



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

EDITAL PROCESSO Nº 190/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG

Torna-se público que o município de São Gotardo/MG, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco nº. 13, Centro, São Gotardo – MG, CNPJ nº. 18.602.037/0001-55, isenta de inscrição estadual, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria de nº. 001/2024, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda se aplicam as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA CONTINUADOS EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTO DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, QUE ESTÃO INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO”.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**
- **FORMA DE FORNECIMENTO:** Continuo
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/10/2024 as 12:30 horas**



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- **SITE PARA CONSULTAS:** www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br www.gov.br/pncp/pt-br
- **TELEFONE PARA CONTATO E E-EMAIL:** (34)3671 -7127 / licitacoesg@gmail.com
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:** PLATAFORMA DIGITAL – **WWW.LICITANET.COM.BR**
- **LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO: SIM**
- **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA BENEFICIÁRIOS LC 123/06: NÃO**

1. DO PREÂMBULO

1.1.A Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG, torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA CONTINUADOS EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTO DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, QUE ESTÃO INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO**



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

GOTARDO” , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital, Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail licitacoesg@gmail.com, pelo site www.licitanet.com.br ou ser entregues diretamente no Sala do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gotardo na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.2.2. **O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente ser anexado na plataforma www.licitanet.com.br.**

3.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas diretamente no “site” **www.licitanet.com.br** correspondente a este edital e no “site” da **Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG** na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação específica.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência (Anexo I).
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de São Gotardo/MG, nos termos da Lei n. 8.666/93 ou impedimento de licitar e contratar nos termos do artigo 7 da Lei n. 10.520/02;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com o Município de São Gotardo;
- d) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- e) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- g) enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021;
- h) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- i) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- j) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O pregoeiro verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s), considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o(s) bem(ns) de forma independente.

4.4. SUBCONTRATAÇÃO

4.4.1. Fica estabelecido que o contratante poderá autorizar a subcontratação de serviços especializados quando estes se mostrarem impossíveis, ou de exclusividade da fabricante, a serem executados pelo licitante, sem o CONTRATADO responsável pelos ônus.

4.4.2. Para tanto, o contratante deverá ser notificado previamente e apresentar justificativa técnica.

4.4.3. A subcontratação só será permitida mediante prévia autorização expressa do contratante, que avaliará a capacidade técnica e idoneidade da empresa subcontratada. A empresa subcontratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato original, sendo responsável pela qualidade e conformidade dos serviços prestados.

4.4.4. Em caso de subcontratação, o contratante reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços pela empresa subcontratada, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos estabelecidos no contrato original.

4.4.5. A subcontratação não eximirá o licitante contratado de suas responsabilidades perante o contratante, sendo este integralmente responsável pelo cumprimento de todas as cláusulas e obrigações contratuais.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de São Gotardo/MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

6.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, conforme modelo sugerido no Anexo II;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; conforme modelo sugerido no Anexo III;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; conforme modelo sugerido no Anexo IV;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo sugerido no Anexo V;

6.2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente, conforme modelo sugerido no Anexo VI;

6.2.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme modelo sugerido no Anexo VII;

6.2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.2.6.2. No(s) item(ns)/ grupo(s)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste edital e anexos.

6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras.

6.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e/ou total do item

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no site www.licitanet.com.br.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05(cinco centavos)**.

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Pregoeiro, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada *automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

8.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.19.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.22.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

8.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.22.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste edital e anexos.

8.22.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.22.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência – item “Dos critérios de aceitabilidade da proposta” (Anexo I), enviando, conforme modelo, caso seja ali exigido.

8.22.5.2.1. O Pregoeiro poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br**.

8.22.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo VIII;

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da LC 123/06, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1.1 e 6.2.6 deste Edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1 conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.7. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto no art. 34 do Decreto Municipal nº 62/2023, bem como na legislação cabível.

9.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.8.1. A convocação será feita pelo Pregoeiro no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

9.8.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ões) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2(duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Pregoeiro .

10.2.1.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.licitanet.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.3. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

10.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.10. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.11. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

A. Ato Constitutivo;



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- 1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
 - 2.** Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
 - 3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
 - 4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 5.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
 - 6.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- B.** Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- C.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- D.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- E.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

¹ Nota Explicativa - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- F.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- G.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- H.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- H.1.** A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

10.11.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme o Art.67. da Lei 14133/21 e suas Alterações, para fins de Qualificação Técnica a Licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou equivalente, comprovando atividade relacionada com o objeto;
- b) Alvará Municipal de Localização e Funcionamento da empresa compatível com objeto licitado;
- c) Alvará Municipal/Estadual Sanitário compatível com objeto licitado;
- d) Declaração fornecido pela empresa participante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, na data prevista para entrega dos envelopes, Engenheiro devidamente registrado no CREA ou Técnico devidamente registrado no Conselho Federal de Técnicos CFT para atividade na área (elétrica, eletrotécnica ou eletrônica) em conformidade com Resolução CONFEA nº 218 de 29 de julho de 1973 / Resolução CFT Nº 74 DE 05.07.2019. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei. Deverá comprovar experiência, por período não inferior a 50% do prazo contratual desse certame (6) meses, detentor de 01(um) ou mais atestado(s) de com Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, de um ou mais contratos já finalizado e executado em sua totalidade, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto.
- e) Declaração fornecido pela empresa participante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, na data prevista para entrega dos envelopes, Engenheiro devidamente registrado no CREA, com mestrado ou doutorado em engenharia biomédica, ou com pós-graduação em engenharia clínica, ou Engenheiro Biomédico, conforme Sessão Plenária Ordinária N: 1282, de 25/09/1998, do CONFEA / Resolução CONFEA Nº 1103 DE 26/07/2018. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA se nela constar o nome dos profissionais indicados. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA se nela constar o nome dos profissionais indicados. Deverá comprovar experiência, por período não inferior a 50% do prazo contratual desse certame (6) meses, detentor de 01(um) ou mais atestado(s) de com Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, de um ou mais contratos já finalizado e executado em sua totalidade, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto.

f) A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, Apresentar um ou mais atestado (s) de capacidade Técnica(s) competente com execução das atividades técnicas de engenharia mecânica e elétrica e/ou eletrotécnica e/ou eletrônica, engenharia Clínica e/ou Biomédica, comprovando que a licitante através do seu quadro de responsáveis técnicos atuais, que executou os serviços de gestão de parque tecnológico, manutenção corretiva, manutenções preventivas, calibrações atestado deve ser fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, sem quaisquer restrições. Com dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”; (Não será aceito atestados de contratos em execução ou não finalizados).

10.11.2. O Atestado de Capacidade Técnica apresentado, deve comprovar a prestação, em Estabelecimento(s) Assistencial(is) de Saúde de direito público ou privado, de serviço pertinente e compatível em **características**, quantidades e prazos com o serviço objeto deste, devendo estar obrigatoriamente evidenciado nesta documentação as seguintes características e quantidades, mínimas:

- a) Prazo de prestação do(s) serviço(s) de no mínimo 50% deste certame (6 meses) ;
- b) Informações (Nome, CNPJ e Endereço)
- c) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), e seu(s) título(s) e N° profissional(is);
- d) Descrição do(s) serviço(s) prestado(s);
- e) Quantitativo de Equipamentos Médico-Hospitalares.

10.11.3. CAT – Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico emitidas pela entidade profissional competente, dos atestados apresentados, por execução do serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

10.11.4. Registro da empresa e do seu responsável técnico no CREA, conforme artigo 67 da Lei 14133/21 e Lei 5.194 do CONFEA.

10.11.5. Registro da empresa no IPEM/INMETRO, para manutenção e reparo em instrumentos de pesagem (balanças) para as classes de exatidão III e IIII conforme portaria 088/1987 do INMETRO.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

10.11.6. Registro da empresa no IPEN/INMETRO, para manutenção e reparo em instrumentos de medir pressão arterial humana, conforme portaria 088/1987 do INMETRO.

10.11.7. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico da NBR IEC 60601-1 para segurança básica e ao desempenho essencial de equipamentos eletromédicos e sistemas eletromédicos. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

10.11.8. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico da NBR IEC 62353:2019 para Ensaio recorrente e ensaio após reparo de Equipamento eletromédico. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

10.11.9. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico Inspeção de Caldeiras e Vasos de Pressão conforme portaria MTB nº 1.846, de 01 Julho de 2022. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

10.11.10. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico NBR ISO/IEC 17025 de 19 de dezembro de 2017, requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

10.11.11. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico Qualificação Térmica de Autoclaves. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

10.11.12. A empresa deverá apresentar Declaração de que o sistema gestão da engenharia clínica, atende as características exigidas, por meio de documento técnico e comprovar condição de atendimento com a solução se for o desenvolvedor por meio de declaração ou por meio de contrato se for empresa terceirizada;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

10.11.13. Para qualificações e calibrações será necessário posse de Analisadores e/ou Simuladores que deverá, estar com calibração válida na data de entrega da proposta, sendo obrigatório apresentar o certificado em nome da licitante, o certificado de calibração deve ser emitido por laboratório de calibração Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração e/ou Acreditado para os seguintes parâmetros:

SIMULADOR E/OU ANALISADOR	PADRÃO	QUANTIDADE MINÍMA DE FAIXAS DE LEITURAS QUE DEVEM SER DISPONIBILIZADAS
Simulador de ECG	Frequência Cardíaca ECG (bpm)	10
Simulador de ECG	Amplitude do ECG (mV)	5
Segurança Elétrica	Corrente Funcional (μ A DC)	5
Segurança Elétrica	Resistência (Ω)	5
Segurança Elétrica	Corrente de Fuga (A AC)	5
Segurança Elétrica	Tensão (V AC)	5
Segurança Elétrica	Resistência de Isolamento (M Ω)	5
Osciloscópio	Frequência em (Hz, KHz)	5
Osciloscópio	Deflexão Vertical (mV, V, μ s, ns)	10
Multímetro	Resistência (Ω , k Ω , m Ω)	10
Multímetro	Tensão Contínua (mV, V)	10
Multímetro	Tensão Alternada (mV, V)	10
Multímetro	Corrente Contínua (μ A, Ma)	10
Multímetro	Corrente Alternada (μ A, Ma)	10
Multímetro	Capacitância (μ F, nF)	10
Analisador de Qualificação Térmica (autoclave e câmaras frias)	Temperatura com no mínimo 15 pontos ($^{\circ}$ C)	5
Analisador de Qualificação Térmica (autoclave)	Pressão pelo menos 1 ponto (bar)	5
Analisador para Fluxo	Fluxo de ar (m/s)	3
Terrômetro	Resistência (Ω)	10
Termohigrometro	Temperatura ($^{\circ}$ C)	2
Termohigrometro	Umidade (%ur)	2
LUXÍMETRO	INTENSIDADE (LUX)	5
Medidor espessura por Ultrassom	Espessura (mm)	5
Analisador nível de pressão sonora	Pressão sonora (dB)	2
Pesos Padrão	Faixa até 200kg	conforme padrão inmetro
Simulador Fetal	Batimentos (bpm)	3
Simulador de Multiparâmetros	Temperatura ($^{\circ}$ C)	10
Simulador de Multiparâmetros	Frequência Respiratória (Brpm)	5





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Simulador de Multiparâmetros	Pressão Não-Invasiva NIBP	5
Simulador de Multiparâmetros	Pressão Invasiva	5
Simulador de Multiparâmetros	Frequência do Marcapasso (Ppm)	5
Simulador de Multiparâmetros	Amplitude do marcapasso (mA)	5
Simulador de Multiparâmetros	Resistência do marcapasso (Ω)	1
Simulador de Multiparâmetros	Largura do marcapasso (ms)	1
Simulador de SPO2	Porcentagem de SPO2 (%O2)	5
Simulador de SPO2	Frequência Cardíaca (bpm)	5
Simulador Esfigmomanômetro	pressão para manômetro (bar)	5
Analizador de Desfibrilador	Energia (Joules)	5
Analizador de Desfibrilador	Tempo de Carga (s)	5
Analizador de Desfibrilador	Frequência Triangular (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Frequência Senoidal (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Frequência Quadrada (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Amplitude (mv)	1
Analizador de Desfibrilador	Sincronismo de choque (ms)	1
Analizador de Ventilação	Frequência (RPM)	5
Analizador de Ventilação	Fluxo Alto (l/min)	5
Analizador de Ventilação	Fluxo baixo (l/min)	5
Analizador de Ventilação	Concentração de O2 (O2%)	5
Analizador de Ventilação	Volume (ml)	5
Analizador de Ventilação	Temperatura ($^{\circ}\text{C}$)	3
Analizador de Ventilação	Pressão Baixa (mH2O)	5
Analizador de Ventilação	Pressão alta (kPa)	5
Analizador de Ventilação	Tempo inspiratório (s)	5
Analizador de Ventilação	Pressão Barométrica (Kpa)	5
Analizador de Bisturi	Potência corte (Watts)	5
Analizador de Bisturi	Potência coagulação (Watts)	5
Analizador de Bisturi	Corrente	5
Analizador de Bisturi	Resistência Interna	5
Analizador de Raio-x	Tensão KV	4
Analizador de Raio-x	mA (mA)	4
Termômetro Infravermelho	Temperatura ($^{\circ}\text{C}$)	5
Radiômetro	Intensidade Radiação (mW/cm2)	5
Datalogger	Temperatura ($^{\circ}\text{C}$)	2
Datalogger	Umidade (%UR)	2
Cronômetro	Tempo (s)	5
Balança Ultrassom	Potência (w)	5
Galvanômetro	Microampère (μA)	5



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, n° 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Analizador de bomba de infusão	Volume (ml)	5
Analizador de bomba de infusão	Fluxo (ml/h)	5
Analizador de bomba de infusão	pressão (psi ou mmHg)	5
Tacômetro	Velocidade (RPM)	5

Obs. Entende Faixas de leitura/Medições o número mínimo de medições utilizados para emissão do laudo de calibração.

10.11.14. Será considerado calibrado apenas o Padrão cuja respectiva última calibração tenha transcorrido no prazo de até 02 anos, ou seja, em outras palavras os Padrões fornecidos deverão ter periodicidade de calibração de até 02 anos;

10.11.15. Os Profissionais apresentados pela Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

10.11.16. Toda a documentação apresentada estará sujeita a diligências e/ou auditorias para comprovação da veracidade das informações prestadas;

10.11.17. A inobservância de qualquer das qualificações técnicas exigidas será motivo de inabilitação da licitante do certame.

10.11.18. A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou sua ausência, deverá inabilitar o licitante.

10.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

10.13. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

10.18. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, inclusive nos Editais destinados exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser apresentada a declaração constante do ANEXO VII, juntamente com a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL** competente, emitida nos últimos **90 dias**, comprovando ser a licitante, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para participar do certame nesta condição, quando for o caso, (a falta desta certidão não inabilita a empresa, porém, a mesma perde o direito do benefício da Lei Complementar nº. 123/2006).

10.19. Quando o documento não contiver de forma expressa o prazo de sua validade, será esse considerado como 90 (noventa) dias contados de sua expedição/emissão.

10.20. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de

preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

11.6.1 Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

f) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2. ADVERTÊNCIA POR ESCRITO

13.2.1. Quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

MULTA DE:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

13.3.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei.

13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de São Gotardo/MG serão observadas as determinações que se seguem.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta.

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.





15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

15.3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

15.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.8. A tolerância do Município de São Gotardo/MG com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

15.12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste edital e Anexos.





15.13. Nessa hipótese, a exigência prevista no Decreto Municipal 63, de 28 de março de 2023, será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.

15.14. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

15.15. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

15.16. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

15.17. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.17.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto na Lei 14.133/21.

15.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de São Gotardo/MG.

15.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.22.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.22.2. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

15.22.3. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;





15.22.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

15.22.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

15.22.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

15.22.7. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.22.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

15.22.9. ANEXO IX – Minuta do Contrato

SÃO GOTARDO/MG , 07 de outubro de 2024

DENISE ABADIA PEREIRA OLIVEIRA

Prefeita Municipal de São Gotardo – MG

Representando a Secretária Municipal de Saúde

DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO





ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: MARÍLIA MÁRCIA ALVES
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços no ramo de engenharia clínica continuados em equipamentos médico-hospitalares, com execução de manutenção preventiva e corretiva, calibrações, treinamento de operadores, gestão de parque tecnológico, fornecimento de peças e acessórios, reforma de estofamentos em geral, calibrações e qualificações, que estão instalados no Município de SÃO GOTARDO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTO DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO.	MÊS	12

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de prestação de serviços técnicos especializados de Engenharia Clínica sem mão de obra dedicada nos equipamentos listados, incluindo gerenciamento do parque de equipamentos, manutenção preventiva, manutenção corretiva e treinamentos.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

2.1. Para formulação das propostas, as licitantes deverão observar todas as exigências da presente contratação por parte do Município de SÃO GOTARDO, todas constantes em Edital, Termo de Referência e outros documentos e anexos a presente contratação.

2.2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

2.3. O contrato deverá possuir vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação se baseia nos estudos técnicos preliminares elaborados, os quais evidenciam a necessidade e viabilidade da solução proposta para atender à demanda identificada. Esses estudos fornecem uma análise detalhada das necessidades do Município de SÃO GOTARDO,





destacando a importância da contratação para garantir a continuidade e eficiência dos serviços de engenharia clínica. Ao embasar a decisão de contratação nesses estudos, a administração municipal assegura que a solução proposta está alinhada com os recursos orçamentários disponíveis e com as exigências legais e regulamentares pertinentes.

3.2. Além disso, os estudos técnicos preliminares destacam a modalidade de licitação mais adequada para a contratação, nesse caso, o Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item. Essa escolha é respaldada pela análise detalhada das características do objeto a ser contratado e das condições do mercado, garantindo a eficiência e transparência do processo licitatório. Portanto, ao fazer referência aos estudos técnicos preliminares, a administração reforça a legalidade e fundamentação da contratação, bem como demonstra seu compromisso em garantir uma gestão pública eficaz e responsável.

3.3. Por fim, a referência aos estudos técnicos preliminares corresponde à busca por embasamento técnico e científico na tomada de decisão, assegurando que a contratação atenda de forma efetiva às necessidades do Município de SÃO GOTARDO e aos interesses da população. Esses estudos fornecem uma análise criteriosa dos aspectos técnicos, operacionais, financeiros e legais envolvidos, permitindo à administração municipal tomar decisões informadas e assertivas. Assim, ao fundamentar a contratação nos estudos técnicos preliminares, o Município de SÃO GOTARDO demonstra seu compromisso com a eficiência, transparência e qualidade na prestação de serviços à comunidade.

3.4. A Lei de terceirização contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários, cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venham comprometer a ordem e causar sérios prejuízos para a Administração.

3.5. Há de se levar em consideração que o objeto da contratação será executado, principalmente, em ambiente hospitalar, cuja atividade fim é a prestação do serviço de assistência à saúde, o que requer um padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, a fim de garantir qualidade no atendimento ao paciente com segurança e efetividade.

3.6. Ressalta-se que a contratação dos serviços de manutenção de forma integrada, ou seja, serviço de Engenharia Clínica completa, proporciona maior agilidade no atendimento das demandas; evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas, atuando no mesmo ambiente, e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação. Do lado da Administração Pública, por sua vez, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados, bem como, na diminuição de trabalho gerado com as suas renovações periódicas, podendo esse tempo economizado ser revertido para outras atividades da administração, proporcionando uma melhor resposta de atendimento aos usuários do hospital.

3.7. Devido à natureza do objeto desta Contratação, que inclui a manutenção de uma vasta gama de EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, far-se-ia necessário a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando, desta forma, a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto a empresa contratada forneça todas as peças necessárias;

3.8. A contratação resultará como principais benefícios:

3.9. Celeridade no reparo do Parque de EQUIPAMENTOS, com aplicação de peças e fornecimento de serviços especializados quando necessário, reduzindo o tempo de espera para realização de atendimento, consultas, exames e procedimentos prejudicados pela indisponibilidade de equipamentos.

3.10. Maior qualidade e presteza no atendimento, provendo desta forma a satisfação e segurança do usuário, agregando economia nos processos de trabalho.

3.11. Maior segurança aos pacientes e profissionais assistenciais que operam os EQUIPAMENTOS, com permanente vigilância e empenho para minimizar riscos de eventos adversos.

3.12. Acompanhamento pleno de todos os serviços executados no parque tecnológico.





- 3.13. Capacitação do corpo clínico para minimizar riscos e dificuldades com utilização dos equipamentos.
- 3.14. Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Desempenho e Segurança, Qualificação e Validação, tendo como base o previsto pelo fabricante e determinado pelas normas que regem os grupos de EQUIPAMENTOS para garantir a confiabilidade dos diagnósticos e procedimentos médicos, aumentando, assim, a segurança dos procedimentos e diminuindo os riscos envolvidos e eventos adversos.
- 3.15. Gestão informatizada do Parque de EQUIPAMENTOS, possibilitando uma melhor gestão e maior agilidade nas decisões.
- 3.16. Criação de indicadores gerenciais para monitorar os trabalhos de gestão de equipamentos e viabilizar os ajustes necessários.
- 3.17. Criação de indicadores de custo para promover o controle efetivo e redução dos custos na manutenção do parque tecnológico.
- 3.18. Registro do Histórico de manutenção dos equipamentos, contemplando custos, de modo a respaldar as decisões da Instituição quanto à incorporação de tecnologias e sua desativação, para fins de desfazimento de acordo com as normas em vigor.

4 - DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A relação sintética das principais atividades do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica e Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, a serem executadas no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no ‘ANEXO I’, são:

- a) Fazer o levantamento, cadastramento, elaboração e manutenção do cadastro e prontuários dos equipamentos, bem como organização, rastreabilidade e atualização de testes, por meio de software especializado em gestão de manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares.
- b) Instalação e desinstalação, ou seja, montagem e desmontagem dos equipamentos, quando necessário.
- c) Manutenção corretiva.
- d) Elaboração de procedimentos operacionais de Manutenção preventiva, calibração e/ou teste de segurança elétrica.
- e) Elaboração de plano anual de manutenção programada, CONSIDERANDO DE FORMA INDIVIDUALIZADA CADA EQUIPAMENTO E SUAS PARTICULARIDADES.
- f) Auxílio no planejamento, seleção de propostas para aquisição de novos equipamentos.
- e) Auxílio quanto à elaboração de especificações técnicas de equipamentos, partes, peças e acessórios de equipamentos.
- g) Manutenção preventiva, calibração, testes de segurança elétrica dos equipamentos.
- h) Troca de Estofados.
- h) Rondas gerais e rondas setoriais.
- i) Aquisição de Peças e Subcontratação de Serviços Especializados, quando necessário;
- j) Registro histórico de todas as intervenções técnicas nos equipamentos.
- k) Emissão de laudos técnicos, quando necessário.
- l) Treinamento de usuários de Equipamentos Médico-Hospitalares e demais profissionais indicados pela CONTRATANTE, quando necessário.
- m) Relatórios de manutenção, mensais e anuais.

4.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.2.1. A CONTRATADA será responsável pelo atendimento técnico de todo e qualquer chamado técnico referente ao parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”.

4.2.2. A solicitação do chamado técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do prazo de atendimento técnico e do prazo de reparo.





4.2.3. O prazo de atendimento técnico não poderá exceder a 01 (um) dia útil, quando caso de emergência por se tratar de equipamentos hospitalares e diante de caso imprevisíveis emergências não poderão exceder, pois poderá colocar em riscos a vida de pessoas que deles dependem.

4.2.4. O prazo de reparo não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 dias corridos para reparos que envolvam peças nas quais não estejam disponíveis de imediato ou que precisem de importação.

4.2.5. A CONTRATADA será responsável pela execução integral dos serviços corretivos de baixa e média complexidade, que são caracterizados por não exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento, não exigirem conhecimento ou mão-de-obra especializada de fábrica e somente exigirem a substituição de peças/acessórios disponíveis ou que possam ser encontrados no mercado.

Nos equipamentos em cessão por comodato, locação, garantia de aquisição ou contrato de manutenção com o fabricante, a CONTRATADA fará o atendimento ao setor solicitante, o acompanhamento de atividades executadas por outrem e testes de funcionalidade.

4.2.6. Para todo atendimento técnico deverá ser feito uma Ordem de Serviço cuja cópia deve ser entregue a CONTRATANTE, do qual conste no mínimo:

- a) Data na qual a assistência técnica foi acionada, e demais ações executadas.
- b) Nomes dos responsáveis pelo Chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as respectivas assinaturas destes.
- c) Descrição dos equipamentos envolvidos, inclusive com modelo, número de série, e outros códigos identificadores.
- d) Descrição das anormalidades observadas.
- e) Providências tomadas, reparos efetuados e/ou peças substituídas, com as respectivas datas de execução.
- f) Resultados dos testes aplicados.
- g) O status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.

4.2.7. A CONTRATADA será responsável pela execução de Manutenção Corretiva no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no ANEXO I, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual substituição de peças necessárias para execução de Manutenção Corretiva.

4.2.8. Em toda e qualquer Manutenção Corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do Equipamento Médico-Hospitalar, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva Calibração do Equipamento Médico Hospitalar antes de liberar o mesmo ao setor de origem.

4.2.9. Todas as atividades de Manutenção Corretiva deverão ser documentadas, registradas em sistema informatizado (software) específico, informando no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade, material aplicado e seus valores, bem como cópia da referida nota fiscal.

4.2.10. O prazo para implementação e início das atividades de manutenção corretiva é imediato após o início das atividades contratuais ou das renovações.

4.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E INSPEÇÃO PERIÓDICA

4.3.1. A CONTRATADA deverá Desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenções Preventivas e Inspeções de modo a reduzir a necessidade de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais. Deverá ser desenvolvido um Planejamento Anual de Manutenções Preventivas e Inspeções e que deverá ser divulgado para os responsáveis de cada setor assistencial, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando na data programada. O Planejamento deverá ser desenvolvido com base na análise da criticidade do parque, considerando as recomendações do fabricante e avaliando o risco físico associado ao paciente, a função do equipamento





e requisitos de manutenção.

4.3.2. A CONTRATADA deverá elaborar procedimentos operacionais específicos para cada tipo de equipamento para realização de Manutenção Preventiva e Inspeção Periódica, de acordo com o preconizado pelo fabricante, pelas normas incidentes, e por este Termo de Referência.

4.3.3. A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Manutenção Preventiva e Inspeções para os equipamentos previsto no contrato, e apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, e com revisão anual. O prazo para implementação e início das atividades referentes à execução destes serviços é de 15 (dias) úteis após o início das atividades contratuais ou das renovações, após aprovação do Plano pelo CONTRATANTE.

4.3.4. Toda manutenção preventiva realizada deve gerar um documento denominado “Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva”, ou similar e toda inspeção deve gerar um documento denominado “Inspeção” ou similar, com no mínimo as seguintes informações: Número da Ordem de Serviço; Dados de identificação do equipamento; Data de realização da preventiva; Data de realização da próxima preventiva; Código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist contendo as rotinas realizadas; Indicação do Técnico responsável pela execução; Assinatura legal do funcionário responsável pelo Setor de lotação vigente do equipamento.

4.3.5. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos submetidos à manutenção preventiva, contendo, obrigatoriamente, a data de realização da preventiva e a data da próxima preventiva, número da ordem e identificação do técnico responsável pela execução com tamanho mínimo de 45 x 35mm.

4.3.6. Deve existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento relacionado em anexo. Estes POPs deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias da assinatura do contrato.

4.3.7. As Manutenções Preventivas deverão ser realizadas periodicamente nos equipamentos relacionados no intervalo máximo estipulado por cada fabricante. O técnico deverá realizar a preventiva, realizando check – list de funcionamento de cada equipamento, ainda tomar informação junto aos responsáveis dos setores, ou a quem por ele for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para, se necessário.

4.3.8. Para os equipamentos em cessão por comodato, locação, garantia de aquisição ou contrato de manutenção com o fabricante, a CONTRATADA deverá indicar para a CONTRATANTE, os prazos para realização da Manutenção Preventiva, de acordo com manual do fabricante do aludido Equipamento Médico-Hospitalar.

4.3.9. As Inspeções Periódicas compreendem a verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, se está corretamente instalado e regulado para uso, por meio do uso e aplicação de uma lista de checagem (check-list), devidamente documentada, buscando identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

4.3.10. As Inspeções técnicas periódicas de modo a reduzir a incidência de Manutenção Corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, sendo realizado no máximo a cada 30 (trinta) dias corridos em todos os equipamentos listados em anexo;

4.3.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes à Verificação do IPEN (Instituto de Pesos e Medidas) e colocação de selo do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), sempre que aplicável conforme procedimentos mínimos e periodicidade mínima supracitados das Manutenções Preventivas, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

4.3.12. Todas as atividades de Manutenção Preventiva e Inspeções Periódicas deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

4.3.13. As Inspeções Periódicas, deverão ser compostas basicamente pelos seguintes procedimentos:





- a) Limpeza Externa: Remoção de poeira, sujeira e outros resíduos que possam acumular no equipamento, utilizando produtos e técnicas de limpeza adequadas para não danificar componentes sensíveis.
- b) Verificação visual: Inspeção visual para identificar danos externos, desgaste de peças e sinais de corrosão, vazamentos ou outros problemas aparentes.
- c) Verificação e lubrificação de componentes móveis: Inspeção e lubrificação de partes móveis do equipamento para garantir seu funcionamento suave e evitar atritos excessivos que possam causar desgaste prematuro.
- d) Troca de peças desgastadas: Substituição regular de peças sujeitas a desgaste, como baterias, lâmpadas, filtros e gaxetas, para garantir o funcionamento adequado do equipamento.
- e) Ajustes dos parâmetros quando necessário: Verificação e ajuste dos parâmetros de operação do equipamento conforme necessário, levando em consideração fatores como mudanças no ambiente de uso, requisitos clínicos específicos e recomendações do fabricante. Isso pode incluir ajustes de configuração, calibração e reprogramação para garantir que o equipamento esteja operando de acordo com as necessidades clínicas e dentro das especificações do fabricante. A realização periódica desses ajustes ajuda a manter a precisão e confiabilidade dos resultados fornecidos pelo equipamento, garantindo um atendimento de qualidade aos pacientes.
- f) Registro e documentação: Manutenção de registros detalhados de todas as atividades de manutenção realizadas, incluindo datas, procedimentos, resultados e quaisquer problemas encontrados, para fins de rastreabilidade e auditoria

4.3.14. As manutenções Preventivas, deverão ser compostas basicamente pelos seguintes procedimentos:

- a) Todos os procedimentos da Inspeções Periódicas.
- b) Teste de desempenho: Realização periódica de testes de desempenho para avaliar o funcionamento e a precisão do equipamento. Isso envolve a verificação de parâmetros específicos, como precisão de medições, velocidade de resposta, calibração de sensores e funcionalidade dos controles. Os testes de desempenho ajudam a identificar problemas potenciais antes que afetem a qualidade dos resultados ou a segurança dos pacientes. Qualquer desvio significativo dos padrões estabelecidos pode indicar a necessidade de ajustes, calibrações ou outras medidas corretivas para garantir que o equipamento esteja operando dentro de especificações aceitáveis
- c) Limpeza interna do equipamento: Realização de limpeza interna regular do equipamento para remover poeira, resíduos e outros detritos que possam acumular-se ao longo do tempo. Isso inclui a limpeza de componentes internos, como ventiladores, filtros e sistemas de circulação de ar, além de inspeção visual de placas de circuito, conexões e cabos. A limpeza interna ajuda a prevenir o superaquecimento, a deterioração prematura de componentes e falhas de funcionamento devido à obstrução ou corrosão, garantindo assim a operação contínua e confiável do equipamento.
- d) Troca da bateria de alimentação elétrica do equipamento (quando necessário).

Inspeção elétrica: Verificação do sistema elétrico do equipamento para identificar danos nos cabos, conectores e componentes elétricos, garantindo a segurança dos usuários e prevenindo curtos-circuitos e outros problemas elétricos.

4.3.15. Testes de funcionalidade:

- a) Realização de testes para verificar se todas as funções do equipamento estão operando corretamente, incluindo controles, displays, alarmes e dispositivos de segurança.

4.3.16. Atualização de software:

- a) Verificação e atualização periódica do software do equipamento para corrigir falhas de segurança, bugs e melhorar o desempenho e a compatibilidade com outros sistemas.

4.4. CALIBRAÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÃO:





4.4.1 CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e de Qualificação, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médicos-assistenciais sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores.

4.4.2. Calibração: Operação que estabelece, sob condições especificadas, numa primeira etapa, uma relação entre os valores e as incertezas de medição fornecidos por padrões rastreados e as indicações correspondentes com as incertezas associadas. Numa segunda etapa, utiliza esta informação para estabelecer uma relação visando à obtenção de um resultado de medição a partir de uma indicação.

4.4.3. Teste de Segurança elétrica: Conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico.

4.4.4. Qualificação: Processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverão ser aplicáveis dois tipos de qualificação:

4.4.5. Qualificação operacional: comprovação, mediante testes, que o equipamento está funcionando como previsto e atende às necessidades do processo ao qual se destina. A qualificação operacional deverá incluir: calibração de parâmetros especificados; avaliação dos parâmetros críticos; verificação dos itens de segurança; testes nas condições limite especificados; verificação dos itens especificados; treinamento de pessoal.

4.4.6. Qualificação de desempenho: deverá consistir na verificação sistemática da eficácia dos equipamentos no processo, com a finalidade de garantir que os produtos finais possam ser produzidos e reproduzidos conforme a qualidade exigida. Ou seja, verificar se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.

4.4.7. Apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato. O prazo para implementação e início das atividades referentes à execução destes serviços é de 03 (três) meses após o início das atividades contratuais ou das renovações, após aprovação do Plano pelo CONTRATANTE.

4.4.8. Todos os padrões de medição (instrumentos, simuladores e analisadores) utilizados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos certificados de calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE.

4.4.9. Os serviços de calibração e teste de segurança elétrica (quando aplicável) deverão ser realizados nos equipamentos específicos, no mínimo uma vez no ano, obedecendo às recomendações técnicas do fabricante. Ainda, os serviços deverão estar em conformidade com as portarias do INMETRO (143/2001, 035/1999 e 236/1994), para esfigmomanômetros e balanças, e demais legislações vigentes.

4.4.10. Os serviços de qualificação operacional e de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA, e de acordo com as Resoluções Nº 57/2010, 15/2012 e 51/2013, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.

4.4.11. A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.

4.4.12. Os serviços realizados deverão gerar um documento denominado de “Certificado de Calibração”, “Laudo de Segurança Elétrica” ou “Relatório de Qualificação”, de acordo com o respectivo





serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: Número do Documento; Tipo do Documento, Data de execução do serviço; Código do equipamento/instrumento; Código do padrão de referência; Indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; Indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; Indicação do Técnico responsável pela execução do serviço.

4.4.13. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos, de acordo com o tipo de serviço que foi executado, contendo, no mínimo, o número do documento, a data de realização do serviço e a data da próxima execução deste, técnico responsável, com tamanho mínimo de 45 x 35mm.

4.4.14. Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme norma NBR/ISO 17025.

4.4.15. Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para calibração, teste elétrico e qualificação de cada tipo de equipamento. Estes POP's deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

4.4.16. Todas as atividades de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

4.4.17. Fica a CONTRATADA responsável pela execução da Qualificação e Validação Térmica dos equipamentos pertencentes a Central de Materiais Estéreis de acordo com a Resolução, RDC nº 015 de março de 2012.

4.4.18. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco de Procedimentos Operacionais, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto, a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura à conclusão deste serviço.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.4.19. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas da instituição, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange Equipamentos Médicos Hospitalares com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

4.5 - RECEBIMENTO, VERIFICAÇÃO, ACEITAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

4.5.1. A cada novo equipamento adquirido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser solicitada para acompanhar os procedimentos de recebimento, instalação e testes de aceitação, inserindo as informações no software de gestão de equipamentos.

4.5.2. O processo deverá contemplar: o recebimento dos equipamentos, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento não sofreu avaria no transporte, a verificação da compatibilidade da ordem de compra com nota fiscal de entrega para afirmar que o item entregue está de acordo com o solicitado, testes funcionais no equipamento e instalação deste no setor de destino, conforme manual do fabricante. Quando aplicável e autorizado pela fornecedora dos equipamentos, deverá realizar a abertura das embalagens e checar a presença e a integridade de todos os itens (equipamento, acessórios e manuais). Para equipamentos de alta complexidade deve-se seguir os termos de garantia do fabricante, instalados por empresa autorizada com o devido acompanhamento, a CONTRATADA deve acompanhar a instalação do equipamento pelo fornecedor checando todos os itens acima citados.

4.5.3. A empresa deverá propor, para a CONTRATANTE, rotina para recebimento e aceitação das





novas tecnologias médicas adquiridas.

4.5.4. A empresa deverá desenvolver e manter procedimento que assegure que os equipamentos sejam avaliados antes de seu primeiro uso, por meio dos ensaios de aceitação. Quando aplicável, os ensaios deverão ser realizados pelo fornecedor do equipamento, com devido acompanhamento da CONTRATADA.

4.5.5. Deverão fazer parte do ensaio de aceitação: atividades realizadas durante inspeção, responsável pela execução do serviço, requisitos de ensaio determinados pelo fabricante (quando informados), parecer técnico que evidencie a segurança e desempenho do equipamento e, quando aplicável, comissionamento de infraestrutura. As não conformidades apuradas deverão implicar na não aceitação do equipamento pelo serviço de saúde, devendo essas ser imediatamente registradas e encaminhadas ao Chefe do Setor de Engenharia.

4.6 - INATIVAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

4.6.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer momento a desativação de equipamentos que se encaixe dentro das razões descritas.

4.6.2. Quando a CONTRATADA julgar pertinente a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar disposto no “ANEXO I”, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE, acompanhando e justificando tal Solicitação.

4.6.3. A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:

- a) Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação/manutenção menor.
- b) Alterações nos padrões de tratamento médico que exigem tecnologia distinta;
- c) Perda de valor por motivos econômicos;
- d) Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;
- e) Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado;
- f) Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas;
- g) Elevado valor de manutenção, que acontece quando o valor de conserto do equipamento representa mais de 40% do valor do equipamento considerando sua depreciação;
- h) A CONTRATANTE avaliará a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar feita pela CONTRATADA e emitirá um Parecer Técnico APROVANDO ou REPROVANDO a Solicitação de Inativação de Equipamento feita pela CONTRATADA.

Quando da aprovação da Inativação do Equipamento Médico-Hospitalar, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá excluir do Plano Anual de Manutenção Programada as Manutenções Programadas Planejadas para este Equipamento.

4.7 - TREINAMENTO

4.7.1. A CONTRATADA deverá elaborar plano de treinamentos anual operacionais para os usuários, da CONTRATANTE, do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”, tendo como escopo itens como instruções operacionais, princípios de funcionamento, montagem do equipamento e acessórios, limpeza e desinfecção, solução de problemas etc.

4.7.2. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos, individuais ou coletivos, seja preventivamente e/ou sempre que constatados erros operacionais dos usuários, demandas de manutenção por mau uso do equipamento e acessórios por parte dos operadores, e demais incidências que possam inviabilizar o uso do equipamento.

4.7.3. A CONTRATADA deverá documentar em ata própria da CONTRATANTE todas as informações pertinentes aos treinamentos operacionais realizados, tais como: nome de participantes e respectivas assinaturas, carga horária, data de realização, e conteúdo programático do treinamento.

4.7.4. A CONTRATADA deverá apoiar a realização de treinamentos em Equipamentos Médicos





Hospitais por outras empresas vinculadas a CONTRATANTE;

4.7.5. A identificação da necessidade para a realização dos treinamentos poderá ser gerada tanto pela empresa CONTRATADA como pela CONTRATANTE.

4.8 - SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

4.8.1. A qualquer tempo, durante a validade do contrato, alguns Equipamentos Médico-Hospitais dispostos no “ANEXO I” poderão ser substituídos por outros Equipamentos Médico-Hospitais similares, ou seja, de mesma natureza dos Equipamentos Médico-Hospitais aqui dispostos, sendo devidamente aceitas e formalizadas, podendo esta formalização se dar por simples registro através de e-mail.

4.9 - APOIO AO GERENCIAMENTO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITAIS

4.9.1. A CONTRATADA será responsável pelo apoio à gestão dos equipamentos beneficiados pelo contrato, devendo acompanhar o andamento, avaliar a qualidade e manter registro de todas as intervenções técnicas realizadas. Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Ordens de Serviço e deverá ser utilizado software específico para gestão do parque tecnológico.

4.9.2. A CONTRATADA deverá dar suporte à instituição na elaboração dos procedimentos operacionais, bem como na elaboração de editais para aquisição de equipamentos e peças para manutenção.

4.9.3. Apoiar a CONTRATANTE na elaboração dos mecanismos de controle de entrada/saída de equipamentos, de acessórios e de materiais médico-assistenciais.

4.9.4. A CONTRATADA deverá manter histórico documentado dos problemas e incidentes relacionados aos eventos adversos causados, ou potencialmente causados, por falhas dos equipamentos. Deverão ser arquivados pelo tempo em que o aparelho estiver em operação pela CONTRATANTE, acrescido de, pelo menos, 05 (cinco) anos.

4.9.5. A CONTRATADA deverá auxiliar no desenvolvimento e na implantação de um processo de melhoria de desempenho quanto ao gerenciamento do parque de equipamentos médico-assistenciais.

4.9.6. A CONTRATADA deverá auxiliar na implantação de um processo que vise assegurar a integridade e o armazenamento dos equipamentos médico assistenciais, respeitando as condições ambientais de cada produto. Para garantir a segurança patrimonial, a CONTRATADA deverá sinalizar à CONTRATANTE no caso de equipamentos armazenados de forma inadequada. No que tange à identificação do equipamento, a CONTRATADA deverá implementar modelos de rotulagem, que indique claramente a situação do produto (se em manutenção, se reprovado em ensaio de aceitação, se liberado para uso, etc.).

4.10 - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS

4.10.1. Sobre o conceito de peças subentende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, não consumíveis, necessários para reparar o Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

4.10.2. Devido à natureza do objeto deste Termo de Referência, que inclui a manutenção de uma vasta gama de Equipamentos Médico-Hospitais, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, far-se-ia necessário a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto a empresa contratada forneça todas as peças necessárias;

4.10.3. As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 (trinta) dias úteis para peças com importação comprovada, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação das peças e/ou solicitação de antecipação das peças pela CONTRATANTE.

4.10.4. O registro de Aplicação de Peças deverá ser realizado no sistema de gerenciamento, devendo





conter a relação de aplicações executadas.

4.10.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares dispostos no “ANEXO I”, a contar da data de aplicação e/ou antecipação da peça.

4.10.6. As peças de Equipamentos Médico-Hospitalares específicos devem ser fornecidas no original de fábrica.

4.11 - DO SISTEMA INFORMATIZADO ESPECÍFICO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS (SOFTWARE)

4.11.1. A gestão deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software, plataforma WEB, a ser fornecido pela CONTRATADA, cuja licença de uso será de sua responsabilidade e ônus, com acesso via WEB de domínio público, permitindo níveis de segurança e acesso diferenciado para usuários por senhas, possibilitando o acesso dos profissionais do Município às informações alimentadas e compiladas.

4.11.2. A ferramenta deverá permitir a avaliação do Setor de Engenharia Clínica e seus profissionais por meio de, no mínimo, os seguintes indicadores de desempenho:

- a) Tempo Médio entre Falhas (MTBF – Mean Time Between Failures);
- b) Tempo Médio de Resposta ao Primeiro Atendimento (TMA);
- c) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- d) Tempo de paralisação dos equipamentos;
- e) Índice de Rechamada por Técnico e por toda a equipe técnica;
- f) Produtividade por Técnico;
- g) Produtividade por Tipo de Serviço executado (desempenho de manutenções corretivas e preventivas, calibrações, qualificações e testes de segurança elétrica, treinamentos, dentre outros);
- h) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- i) O sistema deverá permitir a emissão de relatórios como:
- j) Ordens de Serviço por setor (ou centro de custos);
- k) Ordens de Serviço por tipo do serviço executado;
- l) Ordens de Serviço por período;
- m) Ordens de Serviço por equipamento;
- n) Ordens de Serviço por técnico;
- o) Ordens de Serviço pendentes;
- p) Ordens de Serviço encerradas;
- q) Custo de manutenção por equipamento;
- r) Custo de manutenção por custo de aquisição (por equipamentos);
- s) Custo de manutenção por setor (ou centro de custos);
- t) Custo de manutenção por período;

4.11.3. O sistema deverá permitir, no mínimo:

- a) O cadastro de equipamentos por: TAG - identificador único, série, patrimônio, categoria, marca, modelo, situação operacional, valor e data de compra, data de instalação, setor instalado e nível de criticidade. Tais características objetivam facilitar a análise das quantidades, normas técnicas pertinentes, dados de fabricantes e fornecedores, disponibilidade do parque tecnológico, etc.;
- b) O cadastro e o controle histórico das ordens de serviço por: número da ordem de serviço, setor solicitante, tipo, datas/horários de abertura e de primeiro atendimento técnico, andamento dos serviços, descrições da falha, do diagnóstico e dos serviços executados, técnico executor, materiais utilizados (com indicação de valor);
- c) O controle e a emissão de alertas para vencimento de garantias (venda de produtos e contratos);
- d) A programação de serviços (manutenções preventivas, calibrações, etc.);





- e) O cadastro de fornecedores e prestadores de serviço;
 - f) O controle de transferência de equipamentos entre setores ou localidades distintas;
 - g) O cadastro de contratos de manutenção com outros prestadores de serviço;
 - h) A requisição de serviços de manutenção por parte dos usuários dos equipamentos, sem limitação do número de usuários com permissão para “requisição de serviço”;
 - i) A incorporação de fotos ou documentos, tanto no cadastro de equipamentos quanto de ordens de serviço;
 - j) A incorporação de checklists de manutenção, calibração e procedimentos operacionais padrões;
 - k) A qualificação ou avaliação do serviço executado por parte do requisitante do serviço;
 - l) A pesquisa e filtro de listagem de equipamentos e ordens de serviço, além da exportação de informações e relatórios para os formatos Excel®, PDF, outros;
- 4.11.4. O sistema deverá possuir controle de estoque de materiais, de forma a possibilitar um gerenciamento preciso dos custos envolvidos e das necessidades de reposição de sobressalentes.
- 4.11.5. O sistema deverá ter interface com o usuário a fim de permitir, de modo simples, elaborar consultas à base de dados e usá-las em documentos gerenciais, agregando dados para a elaboração de gráficos, relatórios textuais e tabelas, estes gerados também pelo próprio software.
- 4.11.6. Toda a base de dados será de propriedade da CONTRATANTE. Ao final do contrato, os dados de cadastro dos equipamentos e de registro das ocorrências e serviços serão fornecidos à CONTRATANTE em meio magnético.
- 4.11.7. Os técnicos da CONTRATADA deverão estar qualificados para operação e inserção de todos os dados e informações no sistema. A CONTRATADA deverá prover treinamento e suporte para operação do sistema pela CONTRATANTE.
- 4.11.8. A CONTRATADA deverá manter o software disponibilizado em sua versão mais recente, realizando quaisquer trocas de versões ou upgrades necessários para atender o sistema de informação do Município, bem como fornecimento de correções, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 4.11.9. Caso a CONTRATANTE identifique que o sistema disponibilizado pela CONTRATADA não atende às necessidades mínimas para a gestão eficiente dos serviços contratados, nova ferramenta de software deverá ser apresentada pela empresa vencedora, sem ônus adicional e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da CONTRATANTE.

4.12 - CADASTRO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

- 4.12.1. CONTRATADA deverá manter um cadastro atualizado dos equipamentos médicos hospitalares da CONTRATANTE, em software de gestão Clínica com acesso on-line pela CONTRATANTE. Esse cadastro deverá conter informações como código de identificação, nomenclatura, situação, criticidade, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação;
- 4.12.2. Cada Equipamento Médico-Hospitalar deverá receber uma etiqueta de identificação, com o seu respectivo código de identificação ou QR code. A etiqueta deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de modelo auto-adesivo, com fixação do tipo adesivada, com as seguintes dimensões aproximadas largura (45 mm) e altura (35 mm).
- 6.3.13.3. A forma de codificação dos equipamentos deverá ser definida em comum acordo com a CONTRATANTE e CONTRATADA.
- 4.12.4. A CONTRATADA deverá relacionar, a cada equipamento cadastrado, todos os acessórios, materiais de consumo e peças de manutenção detalhando a vida útil e seus respectivos descritivos técnicos.
- 4.12.5. No evento das renovações anuais de contrato, o cadastro de equipamentos deverá ser auditado e renovado, com a conferência física do equipamento, atualização das informações cadastrais e a existência de etiqueta de identificação do equipamento. Quando da conclusão do cadastro, deverá ser entregue para fins de arquivo junto à Administração da CONTRATANTE, volume impresso contendo o referido cadastro.





4.12.6. O cadastro a que se refere o item anterior deverá ser acompanhado de arquivo em formato eletrônico em mídia digital para consulta. O prazo para conclusão de todas as atividades referentes ao Cadastro de Equipamentos é de 30 (trinta) dias após o início das atividades contratuais ou das renovações.

4.12.7. A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de Equipamentos Médico- Hospitalares, uma qualificação dos Equipamentos em 03(três) níveis de criticidade, acordada com a CONTRATANTE, realizando a qualificação dos Equipamentos nos níveis de criticidade BAIXA, MÉDIA e ALTA. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica.

4.12.8. A elaboração da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente nos seguintes critérios mínimos:

- a) Classe de Risco, conforme RDC ANVISA Nº 185/01;
- b) Importância Estratégica;
- c) Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante.
- d) Qualificação pelo critério de Classes de Risco, conforme RDC185/01:

4.12.9. As orientações a seguir são parte de um grupo de regras relacionadas às questões do enquadramento sanitário de produtos médicos, definidas conforme disposições da RDCANVISA Nº 185/01. Alterações significativas foram incorporadas de forma a refletir o enquadramento sanitário dos equipamentos médico hospitalares no contexto da Legislação Sanitária Brasileira. Desta forma, as informações aqui apresentadas são única e exclusivamente para fins de classificação de Equipamentos Médico-Hospitalares;

4.12.10. Neste sistema de enquadramento sanitário, o nível de controle corresponde ao nível do perigo potencial inerente ao tipo do produto. A fim de evitar que o enquadramento fosse realizado de forma aleatória, o que tornaria o processo de enquadramento bastante complexo, considerando a vasta gama dos produtos médicos, decidiu-se definir um sistema de enquadramento sanitário em que os produtos possam ser enquadrados, tomando como base regras e classes de risco pré-definidas;

4.12.11. Verificou-se que estruturar regras de enquadramento fundamentadas nas características técnicas dos produtos médicos era inviável, devido à diversidade de produtos e ao constante incremento tecnológico do setor. Entretanto, o corpo humano é um elemento relativamente imutável na relação “produto médico X ser humano”, e, desta forma, o conceito de enquadramento sanitário foi baseado essencialmente em uma pequena seleção de critérios que podem ser combinados de várias maneiras: duração do contato como corpo, grau invasivo e efeito local versus sistêmico;

4.12.12. Os Equipamentos Médico-Hospitalares são classificados em quatro classes de risco, conforme o risco associado à utilização dos mesmos:

- a) CLASSE I: baixo risco;
- b) CLASSE II: médio risco;
- c) CLASSE III: alto risco; e
- d) CLASSE IV: máximo risco.

4.12.13. Complementarmente à classificação de risco, existe a classificação por regras, que totalizam dezoito. Reconhece-se que, embora as regras existentes classifiquem adequadamente a grande maioria dos produtos existentes, um número pequeno de produtos pode ser encontrado na linha divisória entre duas regras, por causa de sua natureza ou de situações incomuns às quais são submetidos. Nestes casos, o enquadramento será na regra que apresentar a classe de risco mais alta;

4.12.14. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Classes de Risco, conforme RDCNº185/01:

- a) QUALIFICAÇÃO E CLASSE DE RISCO
- b) ALTA CLASSE III e CLASSE IV
- c) MÉDIA CLASSE II





d) BAIXA CLASSE I

4.12.15. Qualificação pelo critério de Importância Estratégica:

a) A importância estratégica do EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR no Estabelecimento Assistencial de Saúde é um critério de suma importância para qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade;

b) Para qualificar a importância estratégica de um equipamento, deve-se avaliar, em caso de falha deste, como essa situação afetaria operacionalmente e financeiramente toda a instituição, levando em conta a existência de outros equipamentos que possam suprir as funções exercidas por tal equipamento;

c) Deverão ser considerados Equipamentos Médico-Hospitalares importantes estrategicamente, aqueles cuja paralisação ocasionaria receita cessante e/ou cuja paralisação impossibilitaria ou dificultaria a realização de um ou mais serviços oferecidos pela instituição;

4.12.16. Sendo assim os equipamentos foram qualificados da seguinte forma:

a) EQUIPAMENTOS INDISPENSÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação do serviço, sem os quais não é possível oferecê-lo, representando receita cessante considerável para o hospital;

b) EQUIPAMENTOS RECOMENDÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação de serviço, sem os quais este é dificultado, porém pode ser prestado, não apresentando receita;

c) EQUIPAMENTOS DISPENSÁVEIS: são relacionados à prestação de serviço, sem os quais este pode ser prestado sem dificuldade, não afetando a geração de receitas para o hospital.

4.12.17. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através da Importância Estratégica:

a) **QUALIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA**

b) **ALTA INDISPENSÁVEL**

c) **MÉDIA RECOMENDÁVEL**

d) **BAIXA DISPENSÁVEL**

4.12.18. Deve-se ter muito cuidado ao analisar a Importância Estratégica dos Equipamentos Médico-Hospitalares no Estabelecimento Assistencial de Saúde devido a esta qualificação ser um tanto subjetiva, e por esse motivo, deve ser feita sempre com o apoio de outros setores da instituição.

4.12.19. Qualificação pelo critério de Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

a) Além das qualificações já tratadas, não se pode esquecer as normas técnicas específicas que tratam da manutenção de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR e outras tantas recomendações de manutenção para cada modelo de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, fornecidas pelos próprios fabricantes, tais como procedimentos de rotina específicos, substituição periódica de peças de vida útil pré-determinada etc.;

b) Para qualificar as recomendações de um Equipamento Médico-Hospitalar, deve-se identificar a existência de uma ou mais normas técnicas de manutenção que incidam sobre este equipamento e se as mesmas são ou não obrigatórias. Paralelamente, deve-se buscar o manual do equipamento e/ou outros documentos técnicos do fabricante para obtenção de todas as recomendações de manutenção que devem ser executadas neste equipamento, além de avaliar se estas recomendações são ou não essenciais para manter a capacidade do equipamento de desempenhar a função requerida;

4.12.20. Sendo assim as recomendações foram classificadas da seguinte forma:

a) **RECOMENDAÇÕES OBRIGATÓRIAS:** quando incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem, ou não, recomendações essenciais de manutenção do fabricante;

b) **RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante;

c) **RECOMENDAÇÕES FACULTATIVAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando não existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante.





4.12.21. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

a) QUALIFICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

b) ALTA OBRIGATÓRIAS

c) MÉDIA SUGERIDAS

d) BAIXA FACULTATIVAS

4.12.22. A qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser no maior nível dentre o conjunto de critérios utilizados, ou seja, se em algum dos critérios utilizados o EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR foi qualificado com nível de criticidade ALTA, esta deverá ser a sua qualificação, lembrando que a classificação dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR poderá mudar a qualquer tempo devido a aquisição de novos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, a prestação de novos serviços, a vigência de novas normas etc., devendo a CONTRATADA atualizar a qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares envolvidos;

4.12.23. A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

4.12.24. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a CONTRATADA deverá realizar a Conferência Total do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, que inclui a atualização da qualificação dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, a verificação física dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, e caso necessário, a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

4.13 - ANALISADORES E SIMULADORES DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

4.13.1. Para qualificações e calibrações será necessário pose de Analisadores e/ou Simuladores que deverá, estar com calibração válida na data de entrega da proposta.

4.13.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Analisadores e/ou Simuladores para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

4.13.3. Sobre o conceito de Analisadores e/ou Simuladores subentende-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar este;

4.13.4. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, a CONTRATADA sempre que solicitada deverá disponibilizar a cópia do respectivo certificado de calibração válido e Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração ou acreditado;

4.13.5. A CONTRATADA deverá comprovar disponibilidade dos Analisadores e/ou Simuladores listados abaixo, com todos os parâmetros listados conforme cada analisador/simulador, devendo apresentar na habilitação, no item qualificação técnica, o certificado de calibração válido, sendo aceitos com calibração Rastreável à RBC – Rede Brasileira e/ou Acreditado em seu nome. (Não serão aceitos certificados com calibração vencida)

4.14 - FERRAMENTAS

4.14.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Ferramentas para execução do Serviço Técnico Especializado no ramo de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

Sobre o conceito de Ferramentas subentende-se todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma





vantagem de trabalho, e/ou acessório ou consumível deste, necessária para reparar um Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

4.15 - INDICADORES

4.15.1. A CONTRATADA deverá monitorar os seguintes indicadores mínimos:

- a) Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- b) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- c) Performance de Manutenção Programada (PMP);
- d) Percentual de Disponibilidade de Equipamentos (PDE);
- e) Percentual de Manutenção Executada (PME);
- f) Percentual de Rechamado de Manutenção (PRM);
- g) Calibrações realizadas X calibrações programadas;
- h) Percentual de Ordens de Serviço executadas X Ordens de Serviço abertas;
- i) Número de Ordens de Serviço de manutenção corretiva por equipamento;
- j) Percentual de horas trabalhadas X horas disponíveis, por técnico e global da equipe;
- k) Custo geral da manutenção;
- l) Custo da manutenção X valor da substituição, por equipamento e global;
- m) Custo da manutenção por equipamento;
- n) Percentual de disponibilidade operacional de equipamento (PDOE);
- o) Tempo médio entre falhas (TMF ou MTBF);
- p) Tempo de atendimento por criticidade.
- q) Performance de Treinamento (PT);
- r) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- s) Percentual do custo de manutenção pelo custo de substituição, geral e por equipamento.

4.16 - RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO

4.16.1. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Quantidade de Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período, quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período, quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período, e quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no final do período, incluindo percentual de
- b) Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período por Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período e Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período.
- c) Gráfico de tendência, indicando o percentual de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período por Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período e Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período, ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências.
- d) Quantidade de Manutenções Programadas que foram planejadas para o período, quantidade de Manutenções Programadas Pendentes no início do período e quantidade de Manutenções Programadas Executadas no período, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva), incluindo percentual de Manutenções Programadas Executadas no período por Manutenções Programadas que foram planejadas para o período e Manutenções Programadas Pendentes no início do período.
- e) Gráfico de tendência indicando o percentual de Manutenções Programadas Executadas no período por Manutenções Programadas que foram planejadas para o período e Manutenções Programadas Pendentes no início do período, ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências.





f) Quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para período, quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas dentro do prazo, e quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas fora do prazo no período, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva), incluindo percentual de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas dentro do prazo no período por Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período.

g) Indicação dos custos com aplicação de peças no Parque de Equipamentos Médico-Hospitais dispostos no “ANEXO I”.

h) Comparativo do custo total de manutenção pelo custo de substituição dos Equipamentos Médico-Hospitais, com análise de resultados.

j) Relação sintética de peças adquiridas, valor, e equipamento e data de aplicação;

4.16.2. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Anual do serviço à CONTRATANTE, com todas as informações solicitadas nos Relatórios Mensais, estratificados por período e acumulado por trimestre e por ano;

4.16.3. Os Relatórios mensais supracitados deverão ser entregues à CONTRATANTE, impreterivelmente, junto com a NOTA FISCAL do período do respectivo relatório;

4.17 - REUNIÕES

4.17.1. Deverá ser realizada Reunião Mensal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, e do Preposto e Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes;

4.17.2. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, e atrativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes.

4.17.3. As reuniões deverão ser registradas em ata, sempre enviadas por e-mail posteriormente à administração.

4.18 - UNIFORMES DA EQUIPE

4.18.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação do serviço por profissionais uniformizados de modo visível com a identificação da empresa e com identificação funcionário através de crachá.

4.14.2. Conforme disposição NR 6 os profissionais devem estar equipados com equipamentos de proteção Individual, condizente com a atividade a ser desempenhada. Não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

4.19 - HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.19.1. O Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitais deverá ser prestado usualmente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08:00 às 18:00hrs. Podendo ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

4.19.2. Para efeito de qualificação de dias úteis e dias não úteis será considerado o calendário oficial da cidade.

4.20 - LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.20.1. Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitais deverá ser prestado nas dependências do Município onde eles estiverem alocados.

4.20.2. Quando houver necessidade da retirada de equipamentos instalados nas dependências do Município, por impossibilidade de reparos no local onde está instalado, a retirada, transporte, devolução e reinstalação serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o





CONTRATANTE.

4.21 - CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

4.21.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação vigente, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses;

4.21.2. CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:

- a) Fase 1: 01º ao 30º dia, a contar da assinatura do contrato;
- b) Fase 2: 16º ao 60º dia;
- c) Fase 3: 61º ao 90º dia;
- d) Fase 4: a partir do 91º dia até o fim do contrato

4.21.3. Descrição das atividades de cada Fase do Cronograma que deverá ser seguido pela CONTRATADA:

- a) Fase 1: Apresentação do software, Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares, e das ferramentas, uniforme e EPI a serem fornecidos; apresentar a Equipe.
- b) Fase 2: Execução de Manutenção Corretiva, Criação dos planos de Manutenções.
- c) Fase 3: Início da Execução dos planos de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, e de Rondas Gerais e Setoriais; Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos
- d) Fase 4: Plano de Treinamento, e Relatórios.

4.22 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.22.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.23 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.23.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.23.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) É necessário que a empresa possua competência comprovada na área de engenharia clínica e gestão de tecnologias em saúde, com profissionais qualificados e experientes para realizar as atividades propostas. Isso inclui engenheiros clínicos, técnicos especializados em manutenção de equipamentos médicos e outros profissionais capacitados.
- b) Além disso, é fundamental que a empresa disponha de equipamentos de teste e calibração adequados, bem como de software de gerenciamento de equipamentos, conforme exigido pelas diretrizes da RDC n. 509/2021. Esses recursos são essenciais para garantir a precisão e segurança dos procedimentos de manutenção e gestão dos equipamentos médicos.
- c) Outro requisito importante é a capacidade da empresa de oferecer treinamento especializado para o corpo clínico do Município de SÃO GOTARDO. Esse treinamento deve abranger não apenas o uso adequado dos equipamentos, mas também práticas de manutenção preventiva e identificação de possíveis problemas.

5.4. A empresa contratada também deve ser capaz de fornecer um histórico detalhado de manutenção dos equipamentos, contemplando custos e registros de intervenções realizadas. Isso é fundamental para





subsidiar decisões estratégicas sobre a incorporação tecnológica e a substituição de equipamentos por obsolescência.

5.5. A empresa que apresente deve ser capaz de comprovar condições financeiras sólidas para executar o contrato é de extrema importância para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Objeto da contratação envolve serviços contínuos que para execução são necessários ferramentas e equipamentos além de recursos humanos específicos, assim a empresas com boa saúde financeira têm maior capacidade de investimento em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal, o que contribui para a eficiência e eficácia na execução dos serviços contratados. Além disso, uma empresa financeiramente estável é mais resiliente a eventuais adversidades econômicas, tais como reposição de peças que podem gerar imprevistos, assim garantindo a execução do contrato. Isso proporciona segurança tanto para a contratante, que terá a garantia de receber os serviços conforme acordado, quanto para os usuários dos serviços, que contarão com atendimento de qualidade e sem interrupções. Assim, a análise criteriosa das condições financeiras das empresas concorrentes em processos licitatórios é fundamental para assegurar a escolha da melhor parceira para a execução do contrato.

5.6. Ademais, é imprescindível que a empresa esteja em conformidade com todas as normas e regulamentações vigentes, incluindo a RDC n. 509/2021 e outras diretrizes pertinentes. Isso garante que os serviços prestados estejam alinhados com os padrões de qualidade e segurança exigidos pelos órgãos reguladores.

5.7. A empresa deverá apresentar um plano de trabalho claro e detalhado, demonstrando sua capacidade de atender às demandas específicas do Município de SÃO GOTARDO, incluindo prazos, cronogramas de manutenção, e estratégias para maximizar a eficiência e a disponibilidade dos equipamentos médicos.

5.8. É essencial que a empresa possua certificações e credenciamentos relevantes na área de engenharia clínica e gestão de equipamentos médicos. Isso demonstra seu compromisso com a excelência e conformidade com padrões internacionais de qualidade.

5.9. A experiência prévia da empresa em projetos similares, especialmente em ambientes de saúde semelhantes ao de SÃO GOTARDO, é um fator determinante. Uma história de sucesso na implementação de soluções de engenharia clínica pode fornecer garantias adicionais de competência e confiabilidade.

5.10. A capacidade da empresa de oferecer suporte técnico remoto e presencial é crucial para garantir uma resposta rápida e eficaz a eventuais problemas nos equipamentos médicos. Isso inclui disponibilidade para atendimento de emergências e prontidão para realizar intervenções no local, se necessário.

5.11. A empresa deve demonstrar uma sólida compreensão das necessidades específicas do Município de SÃO GOTARDO e estar alinhada com suas metas e objetivos de saúde pública. Isso inclui a capacidade de personalizar soluções de engenharia clínica para atender às demandas únicas da comunidade local.

5.12. A transparência e comunicação eficaz são aspectos-chave na relação entre a empresa e o Município de SÃO GOTARDO. É fundamental que a empresa mantenha os responsáveis pelo Município de SÃO GOTARDO informados sobre o progresso dos trabalhos, problemas encontrados e medidas corretivas adotadas de forma clara e oportuna.

5.13. A capacidade de oferecer soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas é um diferencial importante. Uma empresa que está na vanguarda das últimas tendências em engenharia clínica pode trazer benefícios significativos em termos de eficiência operacional e qualidade dos serviços de saúde.

5.14. A empresa selecionada deve possuir um plano de contingência bem definido para lidar com situações de emergência ou interrupções inesperadas nos serviços. Isso inclui protocolos claros para o gerenciamento de crises e a garantia da continuidade operacional.

5.15. A capacidade de fornecer relatórios detalhados e análises de desempenho dos equipamentos médicos é fundamental para uma gestão eficaz dos recursos. Isso permite avaliar a eficiência das





operações, identificar áreas de melhoria e tomar decisões informadas sobre investimentos futuros.

5.16. A empresa deve estar comprometida com a educação e capacitação contínua de sua equipe técnica, garantindo que eles estejam atualizados com as últimas tecnologias e práticas de engenharia clínica. Isso contribui para a excelência na prestação de serviços e a segurança dos pacientes.

5.17. É importante que a empresa demonstre um compromisso sólido com a responsabilidade social e ambiental, adotando práticas sustentáveis em suas operações e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade de SÃO GOTARDO.

5.18. A contratação alinha-se com o planejamento do Município de SÃO GOTARDO. Está assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais serviços para o bom andamento das Atividades.

5.19. A presente contratação do serviço descrito no objeto visa atender às necessidades de gerenciamento dos equipamentos listados. O contrato deverá possuir vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021

5.20. Por se tratar de serviço indispensável ao atendimento eficiente dos usuários do HFA, a presente demanda visa à redução de riscos à saúde, higiene e segurança nos diversos setores do Município de SÃO GOTARDO.

5.21. O "atesto" da realização do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

5.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, a custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.23. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles estabelecidos na RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências, principalmente, aqueles previstos no Artigo nº 68, onde prevê que os resíduos sólidos contendo metais pesados, quando não submetidos a tratamento, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos, bem como, o descarte de pilhas, baterias, acumuladores de carga e lâmpadas devem ser feitos de acordo com as normas ambientais vigentes.

7 - VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante PODERÁ realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 12:00 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Será de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização.

7.5. A empresa licitante deverá disponibilizar os meios necessários ao transporte de seu representante





até os locais que estão instalados os equipamentos.

7.6. A vistoria deverá ser realizada pelo representante legal ou preposto da empresa licitante, acompanhado por representante do Município de SÃO GOTARDO, designado para esse fim, o qual visará o Termo da Vistoria realizada.

7.7. A empresa licitante, após realizar a vistoria, será considerada perfeita conhecedora de todas as facilidades de que poderá dispor e de todas as dificuldades que encontrará para a execução do objeto deste Termo, apresentando o Termo de Vistoria.

7.8. A licitante que optar por não realizar a vistoria, deverá, obrigatoriamente, apresentar Termo de Conhecimento das peculiaridades, assinada por seu representante legal ou preposto, indicando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto deste termo. Deverá assumir total responsabilidade por esse fato e informar que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros decorrentes de avenças técnicas ou financeiras.

7.9. As despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso da sede da empresa localizar-se fora do Município de SÃO GOTARDO, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la. Ao realizar a vistoria, a empresa receberá o comprovante.

7.10. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses.

8.3. A CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:

1ª FASE	01º ao 30º dia, a contar da assinatura do contrato;	Apresentação do software, Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares, e das ferramentas, uniforme e EPI a serem fornecidos; apresentar a Equipe.
2ª FASE	16º ao 60º dia;	Execução de Manutenção Corretiva, Criação dos planos de Manutenções.
3ª FASE	61º ao 90º dia;	Início da Execução dos planos de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, e de Rondas Gerais e Setoriais; Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos
4ª FASE	a partir do 91º dia até o fim do contrato	Plano de Treinamento, e Relatórios.

8.4. A CONTRATADA deverá executar manutenção corretiva simultaneamente com as fases de 2ª a 4ª,





quando acionada pelos responsáveis.

8.5. O dimensionamento da equipe para execução adequada do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo assegurar-se de que será suficiente para o cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus Acordos de Nível de Serviço.

8.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado por esta, a relação nominal dos profissionais de sua Equipe de Trabalho, bem como a documentação comprobatória da qualificação destes.

8.7. Caso a CONTRATADA possua algum estagiário em seu corpo técnico, o mesmo não poderá executar os serviços nos equipamentos deste hospital, somente poderá realizar acompanhamento dos serviços aos quais os técnicos da empresa estão realizando.

8.8. O Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica deverá ser prestado nas dependências da CONTRATANTE, salvo casos excepcionais formalmente autorizados pela CONTRATANTE.

8.9. Quando houver necessidade da retirada de equipamentos instalados nas dependências do Município, por impossibilidade de reparos no local onde está instalado, a retirada, transporte, devolução e reinstalação serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8.10. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Uniformes para a Equipe de Trabalho do serviço, condizente com a atividade a ser desempenhada, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de EPI - Equipamentos de Proteção Individual para a Equipe de Trabalho, condizente com a atividade a ser desempenhada e conforme as disposições da NR 6, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.12. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação de EPI – Equipamentos de Proteção Individual para cada classe profissional da Equipe de Trabalho, devendo esta relação ser avaliada e aprovada pela área de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

8.13. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Analisadores e/ou Simuladores necessários para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

Sobre o conceito de Analisadores e/ou Simuladores subentende-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar este.

8.14. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, e deverão sempre ser fornecidos juntamente com cópia do respectivo certificado de calibração válido e Rastreável e/ou acreditado à RBC– Rede Brasileira de Calibração.

8.15. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte de Analisadores e/ou Simuladores para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.16. Estes Analisadores são propriedade da CONTRATADA, cuja responsabilidade de sua integridade.

8.17. Deverá ser realizada Reunião Mensal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, e do Preposto e Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes.

8.18. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, e a tratativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes.

9 - MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução do serviço a Contratada deverá disponibilizar todo o material e





equipamentos necessário para a execução do contrato, disponibilizar ferramental necessário para a sua equipe de trabalho e desenvolver e entregar o software com as exigências solicitadas no presente Termo de Referência.

10 - INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. As empresas participantes do presente processo licitatório devem levar em conta os seguintes aspectos quanto ao dimensionamento das suas propostas:

10.2. A empresa deverá realizar o planejamento para execução de todos os serviços, levar em consideração a comprovação de posse de todos os analisadores e/ou simuladores para execução, além de ter disponibilidade de equipe técnica para executar de forma contínua os serviços.

10.3. A empresa deverá apresentar a comprovação que possui software com todas suas características necessárias.

10.4. A presente contratação trata-se de serviço comum, de caráter continuado e SEM fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, portanto, os custos com pessoal (salários, EPI, uniformes, etc.), devem estar embutidos no custo da manutenção dos equipamentos médico-hospitalares.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

11.2. Emitir, por meio do Setor de Compras, Pedido de Compra;

11.3. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

11.4. Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

11.5. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir sua obrigação dentro das normas legais vigentes e condições estabelecidas neste Termo;

11.6. Participar das Reuniões conforme agendamento acordado em ambas as partes;

11.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com fornecimento de mão de obra necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de **fornecer** e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas para execução desse Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas pelo Ministério do Trabalho, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei vigente.

12.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.19. É obrigação da CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ou necessários a seus funcionários, que devem utilizá-los durante toda a jornada de trabalho diária.

12.20. Utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente, se for o caso;

12.21. Fazer o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade ambiental do governo federal;

12.22. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, por ocasião da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

Atender o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - NR 9;e

Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, n° 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Fica estabelecido que o contratante poderá autorizar a subcontratação de serviços especializados quando estes se mostrarem impossíveis, ou de exclusividade da fabricante, a serem executados pelo licitante, sem o CONTRATADO responsável pelos ônus.

13.2. Para tanto, o contratante deverá ser notificado previamente e apresentar justificativa técnica. 13.3. A subcontratação só será permitida mediante prévia autorização expressa do contratante, que avaliará a capacidade técnica e idoneidade da empresa subcontratada. A empresa subcontratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato original, sendo responsável pela qualidade e conformidade dos serviços prestados.

13.4. Em caso de subcontratação, o contratante reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços pela empresa subcontratada, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos estabelecidos no contrato original.

13.5. A subcontratação não eximirá o licitante contratado de suas responsabilidades perante o contratante, sendo este integralmente responsável pelo cumprimento de todas as cláusulas e obrigações contratuais.

14 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve descumprimento de qualquer cláusula, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a notificação da CONTRATADA.

14.2. A conformidade do material e da técnica a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

14.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei 14.133/21.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.





14.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.12. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

Comparecimento da empresa dentro do tempo esperado quando da realização de chamados pela contratante;

14.13. Utilização de equipamentos e ferramental adequado para a manutenção necessária dos equipamentos médicos;

14.14. Cumprimento do prazo estabelecido para a realização de manutenções corretivas;

14.15. Cumprimento do Plano Anual de Manutenção;

14.16. Manter os serviços contratuais de acordo com o determinado;

14.17. Manter funcionário com qualificação para a execução dos serviços;

14.18. Cumprir as políticas de segurança;

14.19. Manter a documentação de habilitação atualizada;

14.20. Não utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;

14.21. Não permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;

14.22. Não permitir a presença de empregado sem uniforme ou crachá nos locais de prestação de serviço;

14.23. Não permitir a presença de empregado sem EPI nos locais de prestação de serviço;

14.24. Deixar de prestar ou abandonar o serviço solicitado sem motivo de força maior; e

14.25. Não permitir a execução de serviço por colaboradores sem qualificação ou sem credenciamento.

14.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

15 - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. Até o 10º dia do mês subsequente ao adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.4. A contratante realizará inspeção minuciosa na documentação referente aos serviços executados, confrontando com as ordens de serviço finalizadas e aprovadas pelos setores requisitantes. A verificação deverá ser feita pela Equipe de Fiscalização do Contrato, acompanhados dos profissionais administrativos da empresa contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico e o fiscal administrativo do contrato irão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com previstos.

15.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar para pagamento da nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá





conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.10. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.12. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16 - DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de apresentação das respectivas CND's.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17 - REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.





17.2. Considera-se data do orçamento estimado o mês da conclusão da pesquisa de preços definitiva que deu ensejo ao valor previsto para a contratação.

17.3. Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e o mês anterior ao seu aniversário.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, tendo como limite máximo a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do orçamento estimado.

17.5. Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

17.7. Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; e
 - e) cometer fraude fiscal.
- f) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19 - ADVERTÊNCIA POR ESCRITO

19.1. Quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

MULTA DE:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão





do contrato;

19.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei.

19.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

19.4. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. Conforme o Art.67. da Lei 14133/21 e suas Alterações, para fins de Qualificação Técnica a Licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Certidão de Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou equivalente, comprovando atividade relacionada com o objeto;

b) Alvará Municipal de Localização e Funcionamento da empresa compatível com objeto licitado;

c) Alvará Municipal/Estadual Sanitário compatível com objeto licitado;

d) Declaração fornecido pela empresa participante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, na data prevista para entrega dos envelopes, Engenheiro devidamente registrado no CREA ou Técnico devidamente registrado no Conselho Federal de Técnicos CFT para atividade na área (elétrica, eletrotécnica ou eletrônica) em conformidade com Resolução CONFEA nº 218 de 29 de julho de 1973 / Resolução CFT Nº 74 DE 05.07.2019. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei. Deverá comprovar experiência, por período não inferior a 50% do prazo contratual desse certame (6) meses, detentor de 01(um) ou mais atestado(s) de com Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, de um ou mais contratos já finalizado e executado em sua totalidade, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto.

e) Declaração fornecido pela empresa participante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, na data prevista para entrega dos envelopes, Engenheiro devidamente registrado no CREA, com mestrado ou doutorado em engenharia biomédica, ou com pós-graduação em engenharia clínica, ou Engenheiro Biomédico, conforme Sessão Plenária Ordinária N: 1282, de 25/09/1998, do CONFEA





/ Resolução CONFEA Nº 1103 DE 26/07/2018. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA se nela constar o nome dos profissionais indicados. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA se nela constar o nome dos profissionais indicados. Deverá comprovar experiência, por período não inferior a 50% do prazo contratual desse certame (6) meses, detentor de 01(um) ou mais atestado(s) de com Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, de um ou mais contratos já finalizado e executado em sua totalidade, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto.

f) A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, Apresentar um ou mais atestado (s) de capacidade Técnica(s) competente com execução das atividades técnicas de engenharia mecânica e elétrica e/ou eletrotécnica e/ou eletrônica, engenharia Clínica e/ou Biomédica, comprovando que a licitante através do seu quadro de responsáveis técnicos atuais, que executou os serviços de gestão de parque tecnológico, manutenção corretiva, manutenções preventivas, calibrações atestado deve ser fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, sem quaisquer restrições. Com dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”; (Não será aceito atestados de contratos em execução ou não finalizados).

21.2. O Atestado de Capacidade Técnica apresentado, deve comprovar a prestação, em Estabelecimento(s) Assistencial(is) de Saúde de direito público ou privado, de serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o serviço objeto deste, devendo estar obrigatoriamente evidenciado nesta documentação as seguintes características e quantidades, mínimas:

Prazo de prestação do(s) serviço(s) de no mínimo 50% deste certame (6 meses) ;

Informações (Nome, CNPJ e Endereço)

Nome do(s) responsável(is) técnico(s), e seu(s) título(s) e Nº profissional(is);

Descrição do(s) serviço(s) prestado(s);

Quantitativo de Equipamentos Médico-Hospitalares.

21.3. CAT – Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico emitidas pela entidade profissional competente, dos atestados apresentados, por execução do serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

21.4. Registro da empresa e do seu responsável técnico no CREA, conforme artigo 67 da Lei 14133/21 e Lei 5.194 do CONFEA.

21.5. Registro da empresa no IPEN/INMETRO, para manutenção e reparo em instrumentos de pesagem (balanças) para as classes de exatidão III e IIII conforme portaria 088/1987 do INMETRO.

21.6. Registro da empresa no IPEN/INMETRO, para manutenção e reparo em instrumentos de medir pressão arterial humana, conforme portaria 088/1987 do INMETRO.

21.7. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico da NBR IEC 60601-1 para segurança básica e ao desempenho essencial de equipamentos eletromédicos e sistemas eletromédicos. O atendimento da exigência dar-se-á da com





uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

21.8. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico da NBR IEC 62353:2019 para Ensaio recorrente e ensaio após reparo de Equipamento eletromédico. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

21.9. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico Inspeção de Caldeiras e Vasos de Pressão conforme portaria MTB nº 1.846, de 01 Julho de 2022. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

21.10. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico NBR ISO/IEC 17025 de 19 de dezembro de 2017, requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

21.11. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico Qualificação Térmica de Autoclaves. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

21.12. A empresa deverá apresentar Declaração de que o sistema gestão da engenharia clínica, atende as características exigidas, por meio de documento técnico e comprovar condição de atendimento com a solução se for o desenvolvedor por meio de declaração ou por meio de contrato se for empresa terceirizada;

21.13. Para qualificações e calibrações será necessário posse de Analisadores e/ou Simuladores que deverá, estar com calibração válida na data de entrega da proposta, sendo obrigatório apresentar o certificado em nome da licitante, o certificado de calibração deve ser emitido por laboratório de calibração Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração e/ou Acreditado para os seguintes parâmetros:

SIMULADOR E/OU ANALISADOR	PADRÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE FAIXAS DE LEITURAS QUE DEVEM SER DISPONIBILIZADAS
Simulador de ECG	Frequência Cardíaca ECG (bpm)	10
Simulador de ECG	Amplitude do ECG (mV)	5





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Segurança Elétrica	Corrente Funcional (μ A DC)	5
Segurança Elétrica	Resistência (Ω)	5
Segurança Elétrica	Corrente de Fuga (A AC)	5
Segurança Elétrica	Tensão (V AC)	5
Segurança Elétrica	Resistência de Isolamento ($M\Omega$)	5
Osciloscópio	Frequência em (Hz, KHz)	5
Osciloscópio	Deflexão Vertical (mV, V, μ s, ns)	10
Multímetro	Resistência (Ω , k Ω , m Ω)	10
Multímetro	Tensão Contínua (mV, V)	10
Multímetro	Tensão Alternada (mV, V)	10
Multímetro	Corrente Contínua (μ A, Ma)	10
Multímetro	Corrente Alternada (μ A, Ma)	10
Multímetro	Capacitância (μ F, nF)	10
Analizador de Qualificação Térmica (autoclave e câmaras frias)	Temperatura com no mínimo 15 pontos ($^{\circ}$ C)	5
Analizador de Qualificação Térmica (autoclave)	Pressão pelo menos 1 ponto (bar)	5
Analizador para Fluxo	Fluxo de ar (m/s)	3
Terrômetro	Resistência (Ω)	10
Termohigrometro	Temperatura ($^{\circ}$ C)	2
Termohigrometro	Umidade (%ur)	2
LUXÍMETRO	INTENSIDADE (LUX)	5
Medidor espessura por Ultrassom	Espessura (mm)	5
Analizador nível de pressão sonora	Pressão sonora (dB)	2
Pesos Padrão	Faixa até 200kg	conforme padrão inmetro
Simulador Fetal	Batimentos (bpm)	3
Simulador de Multiparâmetros	Temperatura ($^{\circ}$ C)	10
Simulador de Multiparâmetros	Frequência Respiratória (Brpm)	5
Simulador de Multiparâmetros	Pressão Não-Invasiva NIBP	5
Simulador de Multiparâmetros	Pressão Invasiva	5
Simulador de Multiparâmetros	Frequência do Marcapasso (Ppm)	5
Simulador de Multiparâmetros	Amplitude do marcapasso (mA)	5
Simulador de Multiparâmetros	Resistência do marcapasso (Ω)	1
Simulador de Multiparâmetros	Largura do marcapasso (ms)	1
Simulador de SPO2	Porcentagem de SPO2 (%O2)	5
Simulador de SPO2	Frequência Cardíaca (bpm)	5
Simulador Esfigmomanômetro	pressão para manômetro (bar)	5
Analizador de Desfibrilador	Energia (Joules)	5
Analizador de Desfibrilador	Tempo de Carga (s)	5
Analizador de Desfibrilador	Frequência Triangular (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Frequência Senoidal (Hz)	2



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, n° 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Analizador de Desfibrilador	Frequência Quadrada (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Amplitude (mv)	1
Analizador de Desfibrilador	Sincronismo de choque (ms)	1
Analizador de Ventilação	Frequência (RPM)	5
Analizador de Ventilação	Fluxo Alto (l/min)	5
Analizador de Ventilação	Fluxo baixo (l/min)	5
Analizador de Ventilação	Concentração de O ₂ (O ₂ %)	5
Analizador de Ventilação	Volume (ml)	5
Analizador de Ventilação	Temperatura (°C)	3
Analizador de Ventilação	Pressão Baixa (mH ₂ O)	5
Analizador de Ventilação	Pressão alta (kPa)	5
Analizador de Ventilação	Tempo inspiratório (s)	5
Analizador de Ventilação	Pressão Barométrica (Kpa)	5
Analizador de Bisturi	Potência corte (Watts)	5
Analizador de Bisturi	Potência coagulação (Watts)	5
Analizador de Bisturi	Corrente	5
Analizador de Bisturi	Resistência Interna	5
Analizador de Raio-x	Tensão KV	4
Analizador de Raio-x	mA (mA)	4
Termômetro Infravermelho	Temperatura (°C)	5
Radiômetro	Intensidade Radiação (mW/cm ²)	5
Datalogger	Temperatura (°C)	2
Datalogger	Umidade (% UR)	2
Cronômetro	Tempo (s)	5
Balança Ultrassom	Potência (w)	5
Galvanômetro	Microampère (µA)	5
Analizador de bomba de infusão	Volume (ml)	5
Analizador de bomba de infusão	Fluxo (ml/h)	5
Analizador de bomba de infusão	pressão (psi ou mmHg)	5
Tacômetro	Velocidade (RPM)	5

Obs. Entende Faixas de leitura/Medidas o número mínimo de medições utilizados para emissão do laudo de calibração.

20.13. Será considerado calibrado apenas o Padrão cuja respectiva última calibração tenha transcorrido no prazo de até 02 anos, ou seja, em outras palavras os Padrões fornecidos deverão ter periodicidade de calibração de até 02 anos;

20.14. Os Profissionais apresentados pela Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

20.15. Toda a documentação apresentada estará sujeita a diligências e/ou auditorias para comprovação da veracidade das informações prestadas;

20.16. A inobservância de qualquer das qualificações técnicas exigidas será motivo de inabilitação da licitante do certame.

20.17. A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou sua ausência,



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, n° 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



deverá inabilitar o licitante.

21 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21 - A definição da estimativa de preços referenciais é baseada na tabela de preços praticados pelo fornecedor. O valor estimado da presente contratação de **R\$ 864.120,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte reais)**, para um período estimado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base na Lei 14.133/21.

22 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 O desembolso para esta despesa, programa de trabalho e elemento de despesa está prescrito na dotação orçamentária abaixo:

COTAÇÃO: 10.498/2024

PEDIDO: 10.696/2024

FICHA: 901: 02 010 002 10 302 0112 2742 33903900 - Pessoa Jurídica - Manutenção do Hospital
FONTE: 500

23 - LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. A prestação dos serviços deverá serem realizadas no local do equipamento instalado, respeitando-se os horários determinados pelos mesmos, respeitando-se os horários determinados pelos mesmos.

23.2. A contratada deverá efetuar os serviços de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e em perfeitas condições de uso, a partir do momento que os sejam solicitados pelo fiscal de contrato, nas quantidades solicitadas correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes tais como: transporte, impostos, mão-de-obra, serviços terceirizados, embalagens e etc.

24 - ANEXO I - Relação do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares sendo dos Setores da Rede de Saúde do Município de São Gotardo/MG.

Autorizado por:

Débora Thaís Silva Alves Araújo
Secretária Municipal de Saúde

Marília Márcia Alves
Coordenadora Geral da Administração Hospitalar





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

1.1. Este documento apresenta estudo técnico preliminar para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados no ramo de engenharia clínica em equipamentos médico-hospitalares, com execução de manutenção preventiva e corretiva, calibrações, treinamento de operadores, gestão de parque tecnológico, fornecimento de peças e acessórios, reforma de estofamentos em geral, calibrações e qualificações, que estão instalados no Município de SÃO GOTARDO.

1.2. Previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA, LEI Nº 2754 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

1.3. A contratação pretendida encontra amparo no PPA “Plano Plurianual Anual”, considerando ser de natureza comum, por se tratar de serviços nos equipamentos médicos da rede municipal de saúde.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Tendo em vista a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados no ramo de engenharia clínica, o Município de SÃO GOTARDO, desempenha um papel fundamental na prestação de serviços de saúde à sua comunidade. Com uma estrutura voltada para atender às necessidades médicas e assistenciais da região, o Município oferece uma ampla gama de serviços, incluindo consultas médicas, exames laboratoriais, atendimento de urgência e emergência, acompanhamento de pacientes crônicos, além de procedimentos cirúrgicos e terapêuticos;

2.2. A importância de SÃO GOTARDO sendo referência de micro, reside na sua capacidade de fornecer cuidados médicos acessíveis e de qualidade para a população local e circunvizinha. Sua atuação abrange desde a prevenção e promoção da saúde até o tratamento de doenças complexas, garantindo o bem-estar e a segurança dos pacientes.

2.3. Para manter seus serviços de saúde ininterruptos e garantir a eficácia de suas operações, é crucial a implantação da engenharia clínica. A engenharia clínica engloba a aplicação de princípios de engenharia para otimizar a utilização de tecnologias médicas, garantindo sua eficiência, segurança e disponibilidade. Através da engenharia clínica, é possível realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos, monitorar sua performance, gerenciar riscos e garantir a conformidade com as regulamentações pertinentes.

2.4. Implantar a engenharia clínica em SÃO GOTARDO é essencial para assegurar que os serviços de saúde sejam prestados de forma contínua e eficaz. Ao investir na manutenção adequada dos equipamentos médicos e na gestão eficiente de tecnologias em saúde, o Município poderá oferecer um atendimento mais seguro, preciso e confiável à sua comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a promoção da saúde pública.

2.5. É fundamental garantir a execução contínua e ininterrupta dos serviços de manutenção das tecnologias médico-assistenciais nos equipamentos do Município de SÃO GOTARDO. Isso assegura o funcionamento dentro dos padrões de segurança estabelecidos por organismos nacionais e internacionais, além dos parâmetros dos fabricantes. Esta prática não apenas garante a qualidade, eficácia e segurança dos serviços prestados, mas também minimiza riscos e custos intrínsecos. Além disso, busca-se uma maior economicidade, rastreabilidade e disponibilidade dos equipamentos, reduzindo ao máximo o impacto ambiental. Adicionalmente, é necessário realizar manutenções preventivas e corretivas com frequência para lidar com defeitos imprevisíveis.





2.6. Há de se levar em consideração que o objeto da contratação será executado, principalmente, em ambiente hospitalar, cuja atividade fim é a prestação do serviço de assistência à saúde, o que requer um padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, a fim de garantir qualidade no atendimento ao paciente com segurança e efetividade.

2.7. Diante disso, é imperativo contar com o apoio contínuo de uma empresa especializada. Essa parceria não apenas contribui para a redução de custos, mas também garante a qualidade, segurança e eficácia no uso da tecnologia em prol dos pacientes e usuários.

2.8. Ressalta-se que a contratação dos serviços de manutenção de forma integrada, ou seja, a contratação de manutenção preventiva e corretiva juntamente com a execução de serviços eventuais, proporciona maior agilidade no atendimento das demandas; evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas, atuando no mesmo ambiente, e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação. Do lado da Administração Pública, por sua vez, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados, bem como, na diminuição de trabalho gerado com as suas renovações periódicas, podendo esse tempo economizado ser revertido para outras atividades da administração, proporcionando uma melhor resposta de atendimento ao público interno.

2.9. Atualmente, o Município de SÃO GOTARDO carece de uma estrutura de apoio técnico especializada. Falta mão de obra, equipamentos, equipamentos de teste para calibração, software de gerenciamento de equipamentos, bem como treinamentos de utilização, tudo em conformidade com as diretrizes da RDC n. 509/2021, que versa sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde. Para suprir essa demanda e atender aos requisitos da RDC n. 509/2021, é essencial estruturar um serviço de manutenção contínua. Isso permitirá o planejamento e gerenciamento eficazes dos equipamentos médico-assistenciais, garantindo qualidade, segurança e suporte adequado para os procedimentos que envolvem tecnologia, resultando em melhorias diretas no atendimento à população.

2.10. Nesse contexto, a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços técnicos e gestão de equipamentos médico-assistenciais é imprescindível. Além dos benefícios já mencionados, busca-se:

- a) Celeridade no reparo dos equipamentos, com reposição de peças quando necessário, reduzindo os tempos de espera para atendimentos e procedimentos.
- b) Maior qualidade e presteza no atendimento, garantindo a satisfação e segurança do usuário, ao mesmo tempo que proporciona economia nos processos de trabalho.
- c) Registro detalhado do histórico de manutenção dos equipamentos, incluindo custos, para embasar decisões sobre incorporação tecnológica e descarte por obsolescência.
- d) Cumprimento rigoroso da RDC n. 509/2021, garantindo a rastreabilidade dos processos relacionados às tecnologias em saúde.
- e) Calibrações conforme especificado pelos fabricantes e normas pertinentes, visando garantir a confiabilidade dos diagnósticos e procedimentos médicos, reduzindo os riscos envolvidos.
- f) Treinamento do corpo clínico para evitar problemas causados pelo mau uso ou falta de habilidade na operação dos equipamentos.
- g) Orientar os profissionais que compõem o Setor/Unidade de Engenharia Clínica a respeito das providências a serem tomadas nas circunstâncias de intercorrências envolvendo equipamentos médico-hospitalares (EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR) críticos, e seus acessórios, bem como orientar os demais profissionais da área assistencial em como proceder no curso destas intercorrências, no intuito de manter a continuidade dos serviços.

2.11. O aumento da complexidade dos equipamentos médico-assistenciais demanda conhecimento especializado para garantir seu funcionamento adequado, maximizando a eficiência dos serviços de saúde prestados à população.

2.12. A falta de uma equipe técnica especializada no Município pode resultar em atrasos na detecção e resolução de problemas nos equipamentos, impactando negativamente a disponibilidade dos serviços de saúde e a satisfação dos usuários.





- 2.13. A ausência de um sistema de gerenciamento de equipamentos dificulta o acompanhamento do histórico de manutenção e o planejamento de substituição ou atualização tecnológica, o que pode levar a custos adicionais e a uma gestão menos eficiente dos recursos públicos.
- 2.14. A conformidade com a Resolução RDC n. 509/2021 é fundamental para garantir a segurança dos pacientes e o cumprimento das normas regulatórias, sendo essencial contar com uma empresa especializada para auxiliar na implementação e manutenção dos requisitos estabelecidos.
- 2.15. A realização de calibrações regulares conforme as especificações dos fabricantes são cruciais para assegurar a precisão dos diagnósticos e procedimentos médicos, contribuindo para a qualidade dos serviços de saúde e a segurança dos pacientes.
- 2.16. O treinamento contínuo do corpo clínico é essencial para evitar problemas causados pelo uso inadequado dos equipamentos, minimizando os riscos de incidentes e garantindo a eficácia dos tratamentos realizados.
- 2.17. A disponibilidade de uma equipe técnica especializada para realizar reparos e substituições de peças com agilidade é fundamental para evitar interrupções nos serviços de saúde, garantindo o acesso oportuno aos cuidados médicos por parte da população.
- 2.18. A implementação de um sistema de rastreabilidade dos processos relacionados às tecnologias em saúde permite uma gestão mais eficiente dos equipamentos, facilitando a identificação de falhas e a tomada de medidas corretivas.
- 2.19. A terceirização dos serviços de manutenção e gestão de equipamentos permite ao Município concentrar seus recursos e esforços em suas atividades principais de assistência à saúde, otimizando sua operação e aumentando sua capacidade de resposta às demandas da comunidade

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO

- 3.1. A adoção da modalidade deve ser por pregão eletrônico demonstrando a mais adequada, permitindo assim que a administração realize as suas contratações com racionalidade, com o devido respaldo legal, já que se trata de prestação de serviços contínuos. Além disso, o objeto a ser adquirido possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pertinente. O Certame deverá possibilitar a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no edital e termo de referência.
- 3.2. A presente contratação do serviço descrito no objeto visa atender às necessidades de gerenciamento dos equipamentos listados.
- 3.3. O contrato deverá possuir vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. É necessário que a empresa possua competência comprovada na área de engenharia clínica e gestão de tecnologias em saúde, com profissionais qualificados e experientes para realizar as atividades propostas. Isso inclui engenheiros clínicos, técnicos especializados em manutenção de equipamentos médicos e outros profissionais capacitados.
- 4.2. Além disso, é fundamental que a empresa disponha de equipamentos de teste e calibração adequados, bem como de software de gerenciamento de equipamentos, conforme exigido pelas diretrizes da RDC n. 509/2021. Esses recursos são essenciais para garantir a precisão e segurança dos procedimentos de manutenção e gestão dos equipamentos médicos.
- 4.3. Outro requisito importante é a capacidade da empresa de oferecer treinamento especializado para o corpo clínico do Município de SÃO GOTARDO. Esse treinamento deve abranger não apenas o uso adequado dos equipamentos, mas também práticas de manutenção preventiva e identificação de possíveis problemas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

4.4. A empresa contratada também deve ser capaz de fornecer um histórico detalhado de manutenção dos equipamentos, contemplando custos e registros de intervenções realizadas. Isso é fundamental para subsidiar decisões estratégicas sobre a incorporação tecnológica e a substituição de equipamentos por obsolescência.

4.5. A empresa que apresente deve ser capaz de comprovar condições financeiras sólidas para executar o contrato é de extrema importância para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

4.6. Objeto da contratação envolve serviços contínuos que para execução são necessários ferramentas e equipamentos além de recursos humanos específicos, assim a empresas com boa saúde financeira têm maior capacidade de investimento em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal, o que contribui para a eficiência e eficácia na execução dos serviços contratados. Além disso, uma empresa financeiramente estável é mais resiliente a eventuais adversidades econômicas, tais como reposição de peças que podem gerar imprevistos, assim garantindo a execução do contrato. Isso proporciona segurança tanto para a contratante, que terá a garantia de receber os serviços conforme acordado, quanto para os usuários dos serviços, que contarão com atendimento de qualidade e sem interrupções. Assim, a análise criteriosa das condições financeiras das empresas concorrentes em processos licitatórios é fundamental para assegurar a escolha da melhor parceira para a execução do contrato.

4.7. Ademais, é imprescindível que a empresa esteja em conformidade com todas as normas e regulamentações vigentes, incluindo a RDC n. 509/2021 e outras diretrizes pertinentes. Isso garante que os serviços prestados estejam alinhados com os padrões de qualidade e segurança exigidos pelos órgãos reguladores.

4.8. A empresa deverá apresentar um plano de trabalho claro e detalhado, demonstrando sua capacidade de atender às demandas específicas do Município de SÃO GOTARDO, incluindo prazos, cronogramas de manutenção, e estratégias para maximizar a eficiência e a disponibilidade dos equipamentos médicos.

4.9. É essencial que a empresa possua certificações e credenciamentos relevantes na área de engenharia clínica e gestão de equipamentos médicos. Isso demonstra seu compromisso com a excelência e conformidade com padrões internacionais de qualidade.

4.10. A experiência prévia da empresa em projetos similares, especialmente em ambientes de saúde semelhantes ao de SÃO GOTARDO, é um fator determinante. Uma história de sucesso na implementação de soluções de engenharia clínica pode fornecer garantias adicionais de competência e confiabilidade.

4.11. A capacidade da empresa de oferecer suporte técnico remoto e presencial é crucial para garantir uma resposta rápida e eficaz a eventuais problemas nos equipamentos médicos. Isso inclui disponibilidade para atendimento de emergências e prontidão para realizar intervenções no local, se necessário.

4.12. A empresa deve demonstrar uma sólida compreensão das necessidades específicas do Município de SÃO GOTARDO e estar alinhada com suas metas e objetivos de saúde pública. Isso inclui a capacidade de personalizar soluções de engenharia clínica para atender às demandas únicas da comunidade local.

4.13. A transparência e comunicação eficaz são aspectos-chave na relação entre a empresa e o Município. É fundamental que a empresa mantenha os responsáveis pelo Município informados sobre o progresso dos trabalhos, problemas encontrados e medidas corretivas adotadas de forma clara e oportuna.

4.14. A capacidade de oferecer soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas é um diferencial importante. Uma empresa que está na vanguarda das últimas tendências em engenharia clínica pode trazer benefícios significativos em termos de eficiência operacional e qualidade dos serviços de saúde.

4.15. A empresa selecionada deve possuir um plano de contingência bem definido para lidar com situações de emergência ou interrupções inesperadas nos serviços. Isso inclui protocolos claros para o gerenciamento de crises e a garantia da continuidade operacional.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

4.16. A capacidade de fornecer relatórios detalhados e análises de desempenho dos equipamentos médicos é fundamental para uma gestão eficaz dos recursos. Isso permite avaliar a eficiência das operações, identificar áreas de melhoria e tomar decisões informadas sobre investimentos futuros.

4.17. A empresa deve estar comprometida com a educação e capacitação contínua de sua equipe técnica, garantindo que eles estejam atualizados com as últimas tecnologias e práticas de engenharia clínica. Isso contribui para a excelência na prestação de serviços e a segurança dos pacientes.

4.18. A contratação alinha-se com o planejamento do Município. Está assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais serviços para o bom andamento das Atividades.

4.19. Por se tratar de serviço indispensável ao atendimento eficiente, a presente demanda visa à redução de riscos à saúde, higiene e segurança nos diversos setores do Município.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTO DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO.	MÊS	12

4.20. Parque Tecnológico conforme ANEXO I.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DE PREÇO MÉDIO

5.1. Diante da necessidade de contratação de serviços de engenharia clínica para atender às demandas do Município, foi realizado um levantamento de mercado em busca de soluções possíveis, sendo a única opção viável é a realização de uma licitação para contratar os serviços necessários. A opção pela realização de uma licitação própria se justifica por diversas razões, sendo através da modalidade de pregão eletrônico. Realizar o levantamento de preços de forma direta com empresas no mercado para o serviço de engenharia clínica é mais eficiente, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas normativas correlatas. Em primeiro lugar, o princípio da eficiência, estabelecido no artigo 2º da referida lei, orienta a administração pública a buscar a melhor relação custo-benefício na contratação de serviços. Dessa forma, ao realizar o levantamento direto de preços, a entidade contratante pode negociar condições mais vantajosas e adequadas às necessidades específicas do parque tecnológico do Município de SÃO GOTARDO.

5.2. Além disso, a Lei de Licitações prevê, no artigo 20, a possibilidade de utilização de pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, visando a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública. No entanto, considerando que o objeto de engenharia clínica pode envolver particularidades técnicas e requisitos específicos, o levantamento direto de preços possibilita uma avaliação mais precisa das propostas, levando em conta aspectos como a capacidade técnica das empresas e a adequação dos serviços oferecidos às necessidades do Município.

5.3. Ademais, a falta de disponibilidade de objetos com características e quantitativos similares ao parque tecnológico de SÃO GOTARDO no painel de preços do governo justifica a realização de um levantamento direto de preços. Conforme o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, a utilização de sistemas de registro de preços pode ser uma alternativa viável para aquisições de bens e serviços comuns, porém, diante da especificidade dos serviços de engenharia clínica e da necessidade de compatibilidade com o parque tecnológico existente, torna-se imprescindível buscar informações diretamente junto às empresas do mercado para garantir a adequação e eficiência na contratação desses serviços.

5.4. O motivo da escolha das empresas para apresentar orçamentos, é considerando que são empresas que já firmaram contratos com esse Município, e apresentaram bom desempenho nos seus trabalhos, e outras conforme pesquisa no mercado e internet.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



5.5. Justifica-se que houve previsão e planejamento do objeto citado, porém de acordo com a Nova Lei de Licitações que tem como objetivo principal modernizar e aprimorar o sistema de contratações públicas, buscando maior eficiência, transparência e combate à corrupção, apesar das melhorias propostas, a transição enfrenta desafios que vão desde a capacitação dos servidores públicos até a adaptação das empresas às novas regras, esse o motivo de ainda ter falhas em algum andamento processual, que nesse caso não irá interferir numa contratação transparente.

5.6. Com base em pesquisa simplificada no mercado os valores unitários e globais da contratação, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	UN	QUA N	LIFTEC	4TECH	MAZER	BE CARE	MARCO S	VLR UNIT	VLR TOTAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA CONTINUADOS EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTO DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO.	MÊS	12	R\$ 45.000,0 0	R\$ 80.000,0 0	R\$ 55.000,0 0	R\$ 59.850,0 0	R\$ 120.200,00	R\$ 72.010,0 0	R\$ 864.120,00

5.7. Os valores estimados no presente ETP foram calculados conforme Lei nº 14.133/2021, art. 23.

Memória de Cálculo

VC = Valor Cotado

QTD = Quantidade

VTE = Valor Estimado

VC = μ (EMP 01; EMP 02; EMP 03, EMP 04 e EMP 05)

VTE = VC x QTD

5.8. O modelo de contratação proposto atende satisfatoriamente as necessidades e especificidades da Rede Municipal de Saúde.

5.9. Os serviços demandados são considerados comuns e encontrados no mercado nacional, portanto, há um grande número de fornecedores aptos a ofertá-los;

6 – DA CONTRATAÇÃO

6.1. Tendo em vista a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados no ramo de engenharia clínica em equipamentos médico-hospitalares, com execução de manutenção preventiva e corretiva, calibrações, treinamento de operadores, gestão de parque tecnológico, fornecimento de peças e acessórios, reforma de estofamentos em geral, calibrações e qualificações, que estão instalados no Município de SÃO GOTARDO, dentro dos padrões, se faz necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

6.2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE





- 6.2.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- 6.2.2. Emitir, por meio do Setor de Compras, Pedido de Compra;
- 6.2.3. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.
- 6.2.4. Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 6.2.5. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir sua obrigação dentro das normas legais vigentes e condições estabelecidas neste Termo;
- 6.2.6. Participar das Reuniões conforme agendamento acordado em ambas as partes;
- 6.2.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

6.3 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com fornecimento de mão de obra necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas para execução desse Termo de Referência e em sua proposta;
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas pelo Ministério do Trabalho, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- i) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- k) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.





- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- o) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei vigente.
- s) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- t) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- u) É obrigação da CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ou necessários a seus funcionários, que devem utilizá-los durante toda a jornada de trabalho diária.
- v) Utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente, se for o caso;
- w) Fazer o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade ambiental do governo federal;
- y) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, por ocasião da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- z) Atender o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - NR 9; e Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

6.3.1. RELAÇÃO DE SERVIÇOS

6.3.1.1. A relação sintética das principais atividades do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica e Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, a serem executadas no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no 'ANEXO I', são podendo ser alterada sendo que a empresa deverá:

- a) Fazer o levantamento, cadastramento, elaboração e manutenção do cadastro e prontuários dos equipamentos, bem como organização, rastreabilidade e atualização de testes, por meio de software especializado em gestão de manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares.
- b) Instalação e desinstalação, ou seja, montagem e desmontagem dos equipamentos, quando necessário.
- c) Manutenção corretiva.
- d) Elaboração de procedimentos operacionais de Manutenção preventiva, calibração e/ou teste de segurança elétrica.
- e) Elaboração de plano anual de manutenção programada, CONSIDERANDO DE FORMA INDIVIDUALIZADA CADA EQUIPAMENTO E SUAS PARTICULARIDADES.
- f) Auxílio no planejamento, seleção de propostas para aquisição de novos equipamentos.





- e) Auxílio quanto à elaboração de especificações técnicas de equipamentos, partes, peças e acessórios de equipamentos.
- g) Manutenção preventiva, calibração, testes de segurança elétrica dos equipamentos.
- h) Troca de Estofados.
- h) Rondas gerais e rondas setoriais.
- i) Aquisição de Peças e Subcontratação de Serviços Especializados, quando necessário;
- j) Registro histórico de todas as intervenções técnicas nos equipamentos.
- k) Emissão de laudos técnicos, quando necessário.
- l) Treinamento de usuários de Equipamentos Médico-Hospitalares e demais profissionais indicados pela CONTRATANTE, quando necessário.
- m) Relatórios de manutenção, mensais e anuais.

6.3.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

6.3.2.1. A CONTRATADA será responsável pelo atendimento técnico de todo e qualquer chamado técnico referente ao parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”.

6.3.2.2. A solicitação do chamado técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do prazo de atendimento técnico e do prazo de reparo.

6.3.2.3. O prazo de atendimento técnico não poderá exceder a 01 (um) dia útil, quando caso de emergência por se tratar de equipamentos hospitalares e diante de caso imprevisíveis emergências não poderão exceder, pois poderá colocar em riscos a vida de pessoas que deles dependem.

6.3.2.4. O prazo de reparo não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 dias corridos para reparos que envolvam peças nas quais não estejam disponíveis de imediato ou que precisem de importação.

6.3.2.5. A CONTRATADA será responsável pela execução integral dos serviços corretivos de baixa e média complexidade, que são caracterizados por não exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento, não exigirem conhecimento ou mão-de-obra especializada de fábrica e somente exigirem a substituição de peças/acessórios disponíveis ou que possam ser encontrados no mercado.

Nos equipamentos em cessão por comodato, locação, garantia de aquisição ou contrato de manutenção com o fabricante, a CONTRATADA fará o atendimento ao setor solicitante, o acompanhamento de atividades executadas por outrem e testes de funcionalidade.

6.3.2.6. Para todo atendimento técnico deverá ser feito uma Ordem de Serviço cuja cópia deve ser entregue a CONTRATANTE, do qual conste no mínimo:

- a) Data na qual a assistência técnica foi acionada, e demais ações executadas.
- b) Nomes dos responsáveis pelo Chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as respectivas assinaturas destes.
- c) Descrição dos equipamentos envolvidos, inclusive com modelo, número de série, e outros códigos identificadores.
- d) Descrição das anormalidades observadas.
- e) Providências tomadas, reparos efetuados e/ou peças substituídas, com as respectivas datas de execução.
- f) Resultados dos testes aplicados.
- g) O status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.

6.3.2.7. A CONTRATADA será responsável pela execução de Manutenção Corretiva no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no ANEXO I, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual substituição de peças necessárias para execução de Manutenção Corretiva.





6.3.2.8. Em toda e qualquer Manutenção Corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do Equipamento Médico-Hospitalar, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva Calibração do Equipamento Médico Hospitalar antes de liberar o mesmo ao setor de origem.

6.3.2.9. Todas as atividades de Manutenção Corretiva deverão ser documentadas, registradas em sistema informatizado (software) específico, informando no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade, material aplicado e seus valores, bem como cópia da referida nota fiscal.

6.3.2.10. O prazo para implementação e início das atividades de manutenção corretiva é imediato após o início das atividades contratuais ou das renovações.

6.3.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E INSPEÇÃO PERIÓDICA

6.3.3.1. A CONTRATADA deverá Desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenções Preventivas e Inspeções de modo a reduzir a necessidade de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais. Deverá ser desenvolvido um Planejamento Anual de Manutenções Preventivas e Inspeções e que deverá ser divulgado para os responsáveis de cada setor assistencial, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando na data programada. O Planejamento deverá ser desenvolvido com base na análise da criticidade do parque, considerando as recomendações do fabricante e avaliando o risco físico associado ao paciente, a função do equipamento e requisitos de manutenção.

6.3.3.2. A CONTRATADA deverá elaborar procedimentos operacionais específicos para cada tipo de equipamento para realização de Manutenção Preventiva e Inspeção Periódica, de acordo com o preconizado pelo fabricante, pelas normas incidentes, e por este Termo de Referência.

6.3.3.3. A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Manutenção Preventiva e Inspeções para os equipamentos previsto no contrato, e apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, e com revisão anual. O prazo para implementação e início das atividades referentes à execução destes serviços é de 15 (dias) úteis após o início das atividades contratuais ou das renovações, após aprovação do Plano pelo CONTRATANTE.

6.3.3.4. Toda manutenção preventiva realizada deve gerar um documento denominado “Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva”, ou similar e toda inspeção deve gerar um documento denominado “Inspeção” ou similar, com no mínimo as seguintes informações: Número da Ordem de Serviço; Dados de identificação do equipamento; Data de realização da preventiva; Data de realização da próxima preventiva; Código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist contendo as rotinas realizadas; Indicação do Técnico responsável pela execução; Assinatura legal do funcionário responsável pelo Setor de lotação vigente do equipamento.

6.3.3.5. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos submetidos à manutenção preventiva, contendo, obrigatoriamente, a data de realização da preventiva e a data da próxima preventiva, número da ordem e identificação do técnico responsável pela execução com tamanho mínimo de 45 x 35mm.

6.3.3.6. Deve existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento relacionado em anexo. Estes POPs deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias da assinatura do contrato.

6.3.3.7. As Manutenções Preventivas deverão ser realizadas periodicamente nos equipamentos relacionados no intervalo máximo estipulado por cada fabricante. O técnico deverá realizar a preventiva, realizando check – list de funcionamento de cada equipamento, ainda tomar informação





junto aos responsáveis dos setores, ou a quem por ele for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para, se necessário.

6.3.3.8. Para os equipamentos em cessão por comodato, locação, garantia de aquisição ou contrato de manutenção com o fabricante, a CONTRATADA deverá indicar para a CONTRATANTE, os prazos para realização da Manutenção Preventiva, de acordo com manual do fabricante do aludido Equipamento Médico-Hospitalar.

6.3.3.9. As Inspeções Periódicas compreendem a verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, se está corretamente instalado e regulado para uso, por meio do uso e aplicação de uma lista de checagem (check-list), devidamente documentada, buscando identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

6.3.3.10. As Inspeções técnicas periódicas de modo a reduzir a incidência de Manutenção Corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, sendo realizado no máximo a cada 30 (trinta) dias corridos em todos os equipamentos listados em anexo;

6.3.3.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes à Verificação do IPEN (Instituto de Pesos e Medidas) e colocação de selo do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), sempre que aplicável conforme procedimentos mínimos e periodicidade mínima supracitados das Manutenções Preventivas, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

6.3.3.12. Todas as atividades de Manutenção Preventiva e Inspeções Periódicas deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

6.3.3.13. As Inspeções Periódicas, deverão ser compostas basicamente pelos seguintes procedimentos:

a) Limpeza Externa: Remoção de poeira, sujeira e outros resíduos que possam acumular no equipamento, utilizando produtos e técnicas de limpeza adequadas para não danificar componentes sensíveis.

b) Verificação visual: Inspeção visual para identificar danos externos, desgaste de peças e sinais de corrosão, vazamentos ou outros problemas aparentes.

c) Verificação e lubrificação de componentes móveis: Inspeção e lubrificação de partes móveis do equipamento para garantir seu funcionamento suave e evitar atritos excessivos que possam causar desgaste prematuro.

d) Troca de peças desgastadas: Substituição regular de peças sujeitas a desgaste, como baterias, lâmpadas, filtros e gaxetas, para garantir o funcionamento adequado do equipamento.

e) Ajustes dos parâmetros quando necessário: Verificação e ajuste dos parâmetros de operação do equipamento conforme necessário, levando em consideração fatores como mudanças no ambiente de uso, requisitos clínicos específicos e recomendações do fabricante. Isso pode incluir ajustes de configuração, calibração e reprogramação para garantir que o equipamento esteja operando de acordo com as necessidades clínicas e dentro das especificações do fabricante. A realização periódica desses ajustes ajuda a manter a precisão e confiabilidade dos resultados fornecidos pelo equipamento, garantindo um atendimento de qualidade aos pacientes.

f) Registro e documentação: Manutenção de registros detalhados de todas as atividades de manutenção realizadas, incluindo datas, procedimentos, resultados e quaisquer problemas encontrados, para fins de rastreabilidade e auditoria

6.3.3.14. As manutenções Preventivas, deverão ser compostas basicamente pelos seguintes procedimentos:

a) Todos os procedimentos da Inspeções Periódicas.

b) Teste de desempenho: Realização periódica de testes de desempenho para avaliar o funcionamento e a precisão do equipamento. Isso envolve a verificação de parâmetros específicos, como precisão de medições, velocidade de resposta, calibração de sensores e funcionalidade dos controles. Os testes de desempenho ajudam a identificar problemas potenciais antes que afetem a





qualidade dos resultados ou a segurança dos pacientes. Qualquer desvio significativo dos padrões estabelecidos pode indicar a necessidade de ajustes, calibrações ou outras medidas corretivas para garantir que o equipamento esteja operando dentro de especificações aceitáveis

c) Limpeza interna do equipamento: Realização de limpeza interna regular do equipamento para remover poeira, resíduos e outros detritos que possam acumular-se ao longo do tempo. Isso inclui a limpeza de componentes internos, como ventiladores, filtros e sistemas de circulação de ar, além de inspeção visual de placas de circuito, conexões e cabos. A limpeza interna ajuda a prevenir o superaquecimento, a deterioração prematura de componentes e falhas de funcionamento devido à obstrução ou corrosão, garantindo assim a operação contínua e confiável do equipamento.

d) Troca da bateria de alimentação elétrica do equipamento (quando necessário).

Inspeção elétrica: Verificação do sistema elétrico do equipamento para identificar danos nos cabos, conectores e componentes elétricos, garantindo a segurança dos usuários e prevenindo curtos-circuitos e outros problemas elétricos.

6.3.3.15. Testes de funcionalidade:

a) Realização de testes para verificar se todas as funções do equipamento estão operando corretamente, incluindo controles, displays, alarmes e dispositivos de segurança.

6.3.3.16. Atualização de software:

a) Verificação e atualização periódica do software do equipamento para corrigir falhas de segurança, bugs e melhorar o desempenho e a compatibilidade com outros sistemas.

6.3.4. CALIBRAÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÃO:

6.3.4.1. CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e de Qualificação, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médicos-assistenciais sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores.

6.3.4.2. Calibração: Operação que estabelece, sob condições especificadas, numa primeira etapa, uma relação entre os valores e as incertezas de medição fornecidos por padrões rastreados e as indicações correspondentes com as incertezas associadas. Numa segunda etapa, utiliza esta informação para estabelecer uma relação visando à obtenção de um resultado de medição a partir de uma indicação.

6.3.4.3. Teste de Segurança elétrica: Conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contrachoque elétrico.

6.3.4.4. Qualificação: Processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverão ser aplicáveis dois tipos de qualificação:

6.3.4.5. Qualificação operacional: comprovação, mediante testes, que o equipamento está funcionando como previsto e atende às necessidades do processo ao qual se destina. A qualificação operacional deverá incluir: calibração de parâmetros especificados; avaliação dos parâmetros críticos; verificação dos itens de segurança; testes nas condições limite especificados; verificação dos itens especificados; treinamento de pessoal.

6.3.4.6. Qualificação de desempenho: deverá consistir na verificação sistemática da eficácia dos equipamentos no processo, com a finalidade de garantir que os produtos finais possam ser produzidos e reproduzidos conforme a qualidade exigida. Ou seja, verificar se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.





6.3.4.7. Apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato. O prazo para implementação e início das atividades referentes à execução destes serviços é de 03 (três) meses após o início das atividades contratuais ou das renovações, após aprovação do Plano pelo CONTRATANTE.

6.3.4.8. Todos os padrões de medição (instrumentos, simuladores e analisadores) utilizados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos certificados de calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE.

6.3.4.9. Os serviços de calibração e teste de segurança elétrica (quando aplicável) deverão ser realizados nos equipamentos específicos, no mínimo uma vez no ano, obedecendo às recomendações técnicas do fabricante. Ainda, os serviços deverão estar em conformidade com as portarias do INMETRO (143/2001, 035/1999 e 236/1994), para esfigmomanômetros e balanças, e demais legislações vigentes.

6.3.4.10. Os serviços de qualificação operacional e de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA, e de acordo com as Resoluções Nº 57/2010, 15/2012 e 51/2013, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.

6.3.4.11. A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.

6.3.4.12. Os serviços realizados deverão gerar um documento denominado de “Certificado de Calibração”, “Laudo de Segurança Elétrica” ou “Relatório de Qualificação”, de acordo com o respectivo serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: Número do Documento; Tipo do Documento, Data de execução do serviço; Código do equipamento/instrumento; Código do padrão de referência; Indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; Indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; Indicação do Técnico responsável pela execução do serviço.

6.3.4.13. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos, de acordo com o tipo de serviço que foi executado, contendo, no mínimo, o número do documento, a data de realização do serviço e a data da próxima execução deste, técnico responsável, com tamanho mínimo de 45 x 35mm.

6.3.4.14. Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme norma NBR/ISO 17025.

6.3.4.15. Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para calibração, teste elétrico e qualificação de cada tipo de equipamento. Estes POP's deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

6.3.4.16. Todas as atividades de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

6.3.4.17. Fica a CONTRATADA responsável pela execução da Qualificação e Validação Térmica dos equipamentos pertencentes a Central de Materiais Estéreis de acordo com a Resolução, RDC nº 015 de março de 2012.

6.3.4.18. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco de Procedimentos Operacionais, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto, a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura à conclusão deste serviço.





6.3.5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

6.3.5.1. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas da instituição, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange Equipamentos Médicos Hospitalares com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

6.3.6. RECEBIMENTO, VERIFICAÇÃO, ACEITAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

6.3.6.1. A cada novo equipamento adquirido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser solicita para acompanhar os procedimentos de recebimento, instalação e testes de aceitação, inserindo as informações no software de gestão de equipamentos.

6.3.6.2. O processo deverá contemplar: o recebimento dos equipamentos, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento não sofreu avaria no transporte, a verificação da compatibilidade da ordem de compra com nota fiscal de entrega para afirmar que o item entregue está de acordo com o solicitado, testes funcionais no equipamento e instalação deste no setor de destino, conforme manual do fabricante. Quando aplicável e autorizado pela fornecedora dos equipamentos, deverá realizar a abertura das embalagens e checar a presença e a integridade de todos os itens (equipamento, acessórios e manuais). Para equipamentos de alta complexidade deve-se seguir os termos de garantia do fabricante, instalados por empresa autorizada com o devido acompanhamento, a CONTRATADA deve acompanhar a instalação do equipamento pelo fornecedor checando todos os itens acima citados.

6.3.6.3. A empresa deverá propor, para a CONTRATANTE, rotina para recebimento e aceitação das novas tecnologias médicas adquiridas.

6.3.6.4. A empresa deverá desenvolver e manter procedimento que assegure que os equipamentos sejam avaliados antes de seu primeiro uso, por meio dos ensaios de aceitação. Quando aplicável, os ensaios deverão ser realizados pelo fornecedor do equipamento, com devido acompanhamento da CONTRATADA.

6.3.6.5. Deverão fazer parte do ensaio de aceitação: atividades realizadas durante inspeção, responsável pela execução do serviço, requisitos de ensaio determinados pelo fabricante (quando informados), parecer técnico que evidencie a segurança e desempenho do equipamento e, quando aplicável, comissionamento de infraestrutura. As não conformidades apuradas deverão implicar na não aceitação do equipamento pelo serviço de saúde, devendo essas ser imediatamente registradas e encaminhadas ao Chefe do Setor de Engenharia.

6.3.7. INATIVAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

6.3.7.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer momento a desativação de equipamentos que se encaixe dentro das razões descritas.

6.3.7.2. Quando a CONTRATADA julgar pertinente a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar disposto no “ANEXO I”, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE, acompanhando e justificando tal Solicitação.

6.3.7.3. A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:

a) Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação/manutenção menor.





- b) Alterações nos padrões de tratamento médico que exigem tecnologia distinta;
 - c) Perda de valor por motivos econômicos;
 - d) Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;
 - e) Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado;
 - f) Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas;
 - g) Elevado valor de manutenção, que acontece quando o valor de conserto do equipamento representa mais de 40% do valor do equipamento considerando sua depreciação;
 - h) A CONTRATANTE avaliará a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar feita pela CONTRATADA e emitirá um Parecer Técnico APROVANDO ou REPROVANDO a Solicitação de Inativação de Equipamento feita pela CONTRATADA.
- Quando da aprovação da Inativação do Equipamento Médico-Hospitalar, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá excluir do Plano Anual de Manutenção Programada as Manutenções Programadas Planejadas para este Equipamento.

6.3.8. TREINAMENTO

- 6.3.8.1. A CONTRATADA deverá elaborar plano de treinamentos anual operacionais para os usuários, da CONTRATANTE, do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”, tendo como escopo itens como instruções operacionais, princípios de funcionamento, montagem do equipamento e acessórios, limpeza e desinfecção, solução de problemas etc.
- 6.3.8.2. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos, individuais ou coletivos, seja preventivamente e/ou sempre que constatados erros operacionais dos usuários, demandas de manutenção por mau uso do equipamento e acessórios por parte dos operadores, e demais incidências que possam inviabilizar o uso do equipamento.
- 6.3.8.3. A CONTRATADA deverá documentar em ata própria da CONTRATANTE todas as informações pertinentes aos treinamentos operacionais realizados, tais como: nome de participantes e respectivas assinaturas, carga horária, data de realização, e conteúdo programático do treinamento.
- 6.3.8.4. A CONTRATADA deverá apoiar a realização de treinamentos em Equipamentos Médicos Hospitalares por outras empresas vinculadas a CONTRATANTE;
- 6.3.8.5. A identificação da necessidade para a realização dos treinamentos poderá ser gerada tanto pela empresa CONTRATADA como pela CONTRATANTE.

6.3.9. SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

- 6.3.9.1. A qualquer tempo, durante a validade do contrato, alguns Equipamentos Médico-Hospitalares dispostos no “ANEXO I” poderão ser substituídos por outros Equipamentos Médico-Hospitalares similares, ou seja, de mesma natureza dos Equipamentos Médico-Hospitalares aqui dispostos, sendo devidamente aceitas e formalizadas, podendo esta formalização se dar por simples registro através de e-mail.

6.3.10. APOIO AO GERENCIAMENTO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES

- 6.3.10.1. A CONTRATADA será responsável pelo apoio à gestão dos equipamentos beneficiados pelo contrato, devendo acompanhar o andamento, avaliar a qualidade e manter registro de todas as intervenções técnicas realizadas. Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Ordens de Serviço e deverá ser utilizado software específico para gestão do parque tecnológico.
- 6.3.10.2. A CONTRATADA deverá dar suporte à instituição na elaboração dos procedimentos operacionais, bem como na elaboração de editais para aquisição de equipamentos e peças para manutenção.





6.3.10.3. Apoiar a CONTRATANTE na elaboração dos mecanismos de controle de entrada/saída de equipamentos, de acessórios e de materiais médico-assistenciais.

6.3.10.4. A CONTRATADA deverá manter histórico documentado dos problemas e incidentes relacionados aos eventos adversos causados, ou potencialmente causados, por falhas dos equipamentos. Deverão ser arquivados pelo tempo em que o aparelho estiver em operação pela CONTRATANTE, acrescido de, pelo menos, 05 (cinco) anos.

6.3.10.5. A CONTRATADA deverá auxiliar no desenvolvimento e na implantação de um processo de melhoria de desempenho quanto ao gerenciamento do parque de equipamentos médico-assistenciais.

6.3.10.6. A CONTRATADA deverá auxiliar na implantação de um processo que vise assegurar a integridade e o armazenamento dos equipamentos médico assistenciais, respeitando as condições ambientais de cada produto. Para garantir a segurança patrimonial, a CONTRATADA deverá sinalizar à CONTRATANTE no caso de equipamentos armazenados de forma inadequada. No que tange à identificação do equipamento, a CONTRATADA deverá implementar modelos de rotulagem, que indique claramente a situação do produto (se em manutenção, se reprovado em ensaio de aceitação, se liberado para uso, etc.).

6.3.11. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS

6.3.11.1. Sobre o conceito de peças subentende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, não consumíveis, necessários para reparar o Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

6.3.11.2. Devido à natureza do objeto deste Termo de Referência, que inclui a manutenção de uma vasta gama de Equipamentos Médico-Hospitalares, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, far-se-ia necessário a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto a empresa contratada forneça todas as peças necessárias;

6.3.11.3. As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 (trinta) dias úteis para peças com importação comprovada, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação das peças e/ou solicitação de antecipação das peças pela CONTRATANTE.

6.3.11.4. O registro de Aplicação de Peças deverá ser realizado no sistema de gerenciamento, devendo conter a relação de aplicações executadas.

6.3.11.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares dispostos no “ANEXO I”, a contar da data de aplicação e/ou antecipação da peça.

6.3.11.6. As peças de Equipamentos Médico-Hospitalares específicos devem ser fornecidas no original de fábrica.

6.3.12. DO SISTEMA INFORMATIZADO ESPECÍFICO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS (SOFTWARE)

6.3.12.1. A gestão deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software, plataforma WEB, a ser fornecido pela CONTRATADA, cuja licença de uso será de sua responsabilidade e ônus, com acesso via WEB de domínio público, permitindo níveis de segurança e acesso diferenciado para usuários por senhas, possibilitando o acesso dos profissionais do Município às informações alimentadas e compiladas.

6.3.12.2. A ferramenta deverá permitir a avaliação do Setor de Engenharia Clínica e seus profissionais por meio de, no mínimo, os seguintes indicadores de desempenho:

a) Tempo Médio entre Falhas (MTBF – Mean Time Between Failures);





- b) Tempo Médio de Resposta ao Primeiro Atendimento (TMA);
- c) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- d) Tempo de paralisação dos equipamentos;
- e) Índice de Rechamada por Técnico e por toda a equipe técnica;
- f) Produtividade por Técnico;
- g) Produtividade por Tipo de Serviço executado (desempenho de manutenções corretivas e preventivas, calibrações, qualificações e testes de segurança elétrica, treinamentos, dentre outros);
- h) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- i) O sistema deverá permitir a emissão de relatórios como:
- j) Ordens de Serviço por setor (ou centro de custos);
- k) Ordens de Serviço por tipo do serviço executado;
- l) Ordens de Serviço por período;
- m) Ordens de Serviço por equipamento;
- n) Ordens de Serviço por técnico;
- o) Ordens de Serviço pendentes;
- p) Ordens de Serviço encerradas;
- q) Custo de manutenção por equipamento;
- r) Custo de manutenção por custo de aquisição (por equipamentos);
- s) Custo de manutenção por setor (ou centro de custos);
- t) Custo de manutenção por período;

6.3.12.3. O sistema deverá permitir, no mínimo:

- a) O cadastro de equipamentos por: TAG - identificador único, série, patrimônio, categoria, marca, modelo, situação operacional, valor e data de compra, data de instalação, setor instalado e nível de criticidade. Tais características objetivam facilitar a análise das quantidades, normas técnicas pertinentes, dados de fabricantes e fornecedores, disponibilidade do parque tecnológico, etc.;
- b) O cadastro e o controle histórico das ordens de serviço por: número da ordem de serviço, setor solicitante, tipo, datas/horários de abertura e de primeiro atendimento técnico, andamento dos serviços, descrições da falha, do diagnóstico e dos serviços executados, técnico executor, materiais utilizados (com indicação de valor);
- c) O controle e a emissão de alertas para vencimento de garantias (venda de produtos e contratos);
- d) A programação de serviços (manutenções preventivas, calibrações, etc.);
- e) O cadastro de fornecedores e prestadores de serviço;
- f) O controle de transferência de equipamentos entre setores ou localidades distintas;
- g) O cadastro de contratos de manutenção com outros prestadores de serviço;
- h) A requisição de serviços de manutenção por parte dos usuários dos equipamentos, sem limitação do número de usuários com permissão para “requisição de serviço”;
- i) A incorporação de fotos ou documentos, tanto no cadastro de equipamentos quanto de ordens de serviço;
- j) A incorporação de checklists de manutenção, calibração e procedimentos operacionais padrões;
- k) A qualificação ou avaliação do serviço executado por parte do requisitante do serviço;
- l) A pesquisa e filtro de listagem de equipamentos e ordens de serviço, além da exportação de informações e relatórios para os formatos Excel®, PDF, outros;

6.3.12.4. O sistema deverá possuir controle de estoque de materiais, de forma a possibilitar um gerenciamento preciso dos custos envolvidos e das necessidades de reposição de sobressalentes.

6.3.12.5. O sistema deverá ter interface com o usuário a fim de permitir, de modo simples, elaborar consultas à base de dados e usá-las em documentos gerenciais, agregando dados para a elaboração de gráficos, relatórios textuais e tabelas, estes gerados também pelo próprio software.





6.3.12.6. Toda a base de dados será de propriedade da CONTRATANTE. Ao final do contrato, os dados de cadastro dos equipamentos e de registro das ocorrências e serviços serão fornecidos à CONTRATANTE em meio magnético.

6.3.12.7. Os técnicos da CONTRATADA deverão estar qualificados para operação e inserção de todos os dados e informações no sistema. A CONTRATADA deverá prover treinamento e suporte para operação do sistema pela CONTRATANTE.

6.3.12.8. A CONTRATADA deverá manter o software disponibilizado em sua versão mais recente, realizando quaisquer trocas de versões ou upgrades necessários para atender o sistema de informação do Município, bem como fornecimento de correções, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

6.3.12.9. Caso a CONTRATANTE identifique que o sistema disponibilizado pela CONTRATADA não atende às necessidades mínimas para a gestão eficiente dos serviços contratados, nova ferramenta de software deverá ser apresentada pela empresa vencedora, sem ônus adicional e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da CONTRATANTE.

6.3.13. CADASTRO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

6.3.13.1. CONTRATADA deverá manter um cadastro atualizado dos equipamentos médicos hospitalares da CONTRATANTE, em software de gestão Clínica com acesso on-line pela CONTRATANTE. Esse cadastro deverá conter informações como código de identificação, nomenclatura, situação, criticidade, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação;

6.3.13.2. Cada Equipamento Médico-Hospitalar deverá receber uma etiqueta de identificação, com o seu respectivo código de identificação ou QR code. A etiqueta deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de modelo auto-adesivo, com fixação do tipo adesivada, com as seguintes dimensões aproximadas largura (45 mm) e altura (35 mm). 6.3.13.3. A forma de codificação dos equipamentos deverá ser definida em comum acordo com a CONTRATANTE e CONTRATADA.

6.3.13.4. A CONTRATADA deverá relacionar, a cada equipamento cadastrado, todos os acessórios, materiais de consumo e peças de manutenção detalhando a vida útil e seus respectivos descritivos técnicos.

6.3.13.5. No evento das renovações anuais de contrato, o cadastro de equipamentos deverá ser auditado e renovado, com a conferência física do equipamento, atualização das informações cadastrais e a existência de etiqueta de identificação do equipamento. Quando da conclusão do cadastro, deverá ser entregue para fins de arquivo junto à Administração da CONTRATANTE, volume impresso contendo o referido cadastro.

6.3.13.6. O cadastro a que se refere o item anterior deverá ser acompanhado de arquivo em formato eletrônico em mídia digital para consulta. O prazo para conclusão de todas as atividades referentes ao Cadastro de Equipamentos é de 30 (trinta) dias após o início das atividades contratuais ou das renovações.

6.3.13.7. A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, uma qualificação dos Equipamentos em 03(três) níveis de criticidade, acordada com a CONTRATANTE, realizando a qualificação dos Equipamentos nos níveis de criticidade BAIXA, MÉDIA e ALTA. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica.

6.3.13.8. A elaboração da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente nos seguintes critérios mínimos:

- a) Classe de Risco, conforme RDC ANVISA Nº 185/01;
- b) Importância Estratégica;
- c) Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante.
- d) Qualificação pelo critério de Classes de Risco, conforme RDC185/01:





6.3.13.9. As orientações a seguir são parte de um grupo de regras relacionadas às questões do enquadramento sanitário de produtos médicos, definidas conforme disposições da RDCANVISA Nº 185/01. Alterações significativas foram incorporadas de forma a refletir o enquadramento sanitário dos equipamentos médico hospitalares no contexto da Legislação Sanitária Brasileira. Desta forma, as informações aqui apresentadas são única e exclusivamente para fins de classificação de Equipamentos Médico-Hospitalares;

6.3.13.10. Neste sistema de enquadramento sanitário, o nível de controle corresponde ao nível do perigo potencial inerente ao tipo do produto. A fim de evitar que o enquadramento fosse realizado de forma aleatória, o que tornaria o processo de enquadramento bastante complexo, considerando a vasta gama dos produtos médicos, decidiu-se definir um sistema de enquadramento sanitário em que os produtos possam ser enquadrados, tomando como base regras e classes de risco pré-definidas;

6.3.13.11. Verificou-se que estruturar regras de enquadramento fundamentadas nas características técnicas dos produtos médicos era inviável, devido à diversidade de produtos e ao constante incremento tecnológico do setor. Entretanto, o corpo humano é um elemento relativamente imutável na relação “produto médico X ser humano”, e, desta forma, o conceito de enquadramento sanitário foi baseado essencialmente em uma pequena seleção de critérios que podem ser combinados de várias maneiras: duração do contato como corpo, grau invasivo e efeito local versus sistêmico;

6.3.13.12. Os Equipamentos Médico-Hospitalares são classificados em quatro classes de risco, conforme o risco associado à utilização dos mesmos:

- a) CLASSE I: baixo risco;
- b) CLASSE II: médio risco;
- c) CLASSE III: alto risco; e
- d) CLASSE IV: máximo risco.

6.3.13.13. Complementarmente à classificação de risco, existe a classificação por regras, que totalizam dezoito. Reconhece-se que, embora as regras existentes classifiquem adequadamente a grande maioria dos produtos existentes, um número pequeno de produtos pode ser encontrado na linha divisória entre duas regras, por causa de sua natureza ou de situações incomuns às quais são submetidos. Nestes casos, o enquadramento será na regra que apresentar a classe de risco mais alta;

6.3.13.14. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Classes de Risco, conforme RDCNº185/01:

- a) QUALIFICAÇÃO E CLASSE DE RISCO
- b) ALTA CLASSE III e CLASSE IV
- c) MÉDIA CLASSE II
- d) BAIXA CLASSE I

6.3.13.15. Qualificação pelo critério de Importância Estratégica:

- a) A importância estratégica do EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR no Estabelecimento Assistencial de Saúde é um critério de suma importância para qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade;
- b) Para qualificar a importância estratégica de um equipamento, deve-se avaliar, em caso de falha deste, como essa situação afetaria operacionalmente e financeiramente toda a instituição, levando em conta a existência de outros equipamentos que possam suprir as funções exercidas por tal equipamento;
- c) Deverão ser considerados Equipamentos Médico-Hospitalares importantes estrategicamente, aqueles cuja paralisação ocasionaria receita cessante e/ou cuja paralisação impossibilitaria ou dificultaria a realização de um ou mais serviços oferecidos pela instituição;

6.3.13.16. Sendo assim os equipamentos foram qualificados da seguinte forma:

- a) EQUIPAMENTOS INDISPENSÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação do serviço, sem os quais não é possível oferecê-lo, representando receita cessante considerável para o hospital;





b) **EQUIPAMENTOS RECOMENDÁVEIS:** são diretamente relacionados à prestação de serviço, sem os quais este é dificultado, porém pode ser prestado, não apresentando receita;

c) **EQUIPAMENTOS DISPENSÁVEIS:** são relacionados à prestação de serviço, sem os quais este pode ser prestado sem dificuldade, não afetando a geração de receitas para o hospital.

6.3.13.17. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através da Importância Estratégica:

a) **QUALIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA**

b) **ALTA INDISPENSÁVEL**

c) **MÉDIA RECOMENDÁVEL**

d) **BAIXA DISPENSÁVEL**

6.3.13.18. Deve-se ter muito cuidado ao analisar a Importância Estratégica dos Equipamentos Médico-Hospitais no Estabelecimento Assistencial de Saúde devido a esta qualificação ser um tanto subjetiva, e por esse motivo, deve ser feita sempre com o apoio de outros setores da instituição.

6.3.13.19. Qualificação pelo critério de Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

a) Além das qualificações já tratadas, não se pode esquecer as normas técnicas específicas que tratam da manutenção de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR e outras tantas recomendações de manutenção para cada modelo de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, fornecidas pelos próprios fabricantes, tais como procedimentos de rotina específicos, substituição periódica de peças de vida útil pré-determinada etc.;

b) Para qualificar as recomendações de um Equipamento Médico-Hospitalar, deve-se identificar a existência de uma ou mais normas técnicas de manutenção que incidam sobre este equipamento e se as mesmas são ou não obrigatórias. Paralelamente, deve-se buscar o manual do equipamento e/ou outros documentos técnicos do fabricante para obtenção de todas as recomendações de manutenção que devem ser executadas neste equipamento, além de avaliar se estas recomendações são ou não essenciais para manter a capacidade do equipamento de desempenhar a função requerida;

6.3.13.20. Sendo assim as recomendações foram classificadas da seguinte forma:

a) **RECOMENDAÇÕES OBRIGATÓRIAS:** quando incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem, ou não, recomendações essenciais de manutenção do fabricante;

b) **RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante;

c) **RECOMENDAÇÕES FACULTATIVAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando não existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante.

6.3.13.21. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

a) **QUALIFICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES**

b) **ALTA OBRIGATÓRIAS**

c) **MÉDIA SUGERIDAS**

d) **BAIXA FACULTATIVAS**

6.3.13.22. A qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitais deverá ser no maior nível dentre o conjunto de critérios utilizados, ou seja, se em algum dos critérios utilizados o EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR foi qualificado com nível de criticidade ALTA, esta deverá ser a sua qualificação, lembrando que a classificação dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR poderá mudar a qualquer tempo devido a aquisição de novos EQUIPAMENTO





MÉDICO HOSPITALAR, a prestação de novos serviços, a vigência de novas normas etc., devendo a CONTRATADA atualizar a qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares envolvidos;

6.3.13.23. A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

6.3.13.24. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a CONTRATADA deverá realizar a Conferência Total do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, que inclui a atualização da qualificação dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, a verificação física dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, e caso necessário, a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

6.3.14. ANALISADORES E SIMULADORES DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

6.3.14.1. Para qualificações e calibrações será necessário pose de Analisadores e/ou Simuladores que deverá, estar com calibração válida na data de entrega da proposta.

6.3.14.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Analisadores e/ou Simuladores para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

6.3.14.3. Sobre o conceito de Analisadores e/ou Simuladores subtede-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar este;

6.3.14.4. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, a CONTRATADA sempre que solicitada deverá disponibilizar a cópia do respectivo certificado de calibração válido e Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração ou acreditado;

6.3.14.5. A CONTRATADA deverá comprovar disponibilidade dos Analisadores e/ou Simuladores listados abaixo, com todos os parâmetros listados conforme cada analisador/simulador, devendo apresentar na habilitação, no item qualificação técnica, o certificado de calibração válido, sendo aceitos com calibração Rastreável à RBC – Rede Brasileira e/ou Acreditado em seu nome. (Não serão aceitos certificados com calibração vencida)

6.3.15. FERRAMENTAS

6.3.15.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Ferramentas para execução do Serviço Técnico Especializado no ramo de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

Sobre o conceito de Ferramentas subtede-se todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma vantagem de trabalho, e/ou acessório ou consumível deste, necessária para reparar um Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

6.3.16. INDICADORES

6.3.16.1. A CONTRATADA deverá monitorar os seguintes indicadores mínimos:

- a) Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- b) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- c) Performance de Manutenção Programada (PMP);
- d) Percentual de Disponibilidade de Equipamentos (PDE);
- e) Percentual de Manutenção Executada (PME);
- f) Percentual de Rechamado de Manutenção (PRM);
- g) Calibrações realizadas X calibrações programadas;





- h) Percentual de Ordens de Serviço executadas X Ordens de Serviço abertas;
- i) Número de Ordens de Serviço de manutenção corretiva por equipamento;
- j) Percentual de horas trabalhadas X horas disponíveis, por técnico e global da equipe;
- k) Custo geral da manutenção;
- l) Custo da manutenção X valor da substituição, por equipamento e global;
- m) Custo da manutenção por equipamento;
- n) Percentual de disponibilidade operacional de equipamento (PDOE);
- o) Tempo médio entre falhas (TMF ou MTBF);
- p) Tempo de atendimento por criticidade.
- q) Performance de Treinamento (PT);
- r) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- s) Percentual do custo de manutenção pelo custo de substituição, geral e por equipamento.

6.3.17. RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO

6.3.17.1. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Quantidade de Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período, quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período, quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período, e quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no final do período, incluindo percentual de b) Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período por Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período e Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período.
- c) Gráfico de tendência, indicando o percentual de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período por Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período e Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período, ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências.
- d) Quantidade de Manutenções Programadas que foram planejadas para o período, quantidade de Manutenções Programadas Pendentes no início do período e quantidade de Manutenções Programadas Executadas no período, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva), incluindo percentual de Manutenções Programadas Executadas no período por Manutenções Programadas que foram planejadas para o período e Manutenções Programadas Pendentes no início do período.
- e) Gráfico de tendência indicando o percentual de Manutenções Programadas Executadas no período por Manutenções Programadas que foram planejadas para o período e Manutenções Programadas Pendentes no início do período, ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências.
- f) Quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para período, quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas dentro do prazo, e quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas fora do prazo no período, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva), incluindo percentual de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas dentro do prazo no período por Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período.
- g) Indicação dos custos com aplicação de peças no Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”.
- h) Comparativo do custo total de manutenção pelo custo de substituição dos Equipamentos Médico-Hospitalares, com análise de resultados.
- j) Relação sintética de peças adquiridas, valor, e equipamento e data de aplicação;





6.3.17.2. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Anual do serviço à CONTRATANTE, com todas as informações solicitadas nos Relatórios Mensais, estratificados por período e acumulado por trimestre e por ano;

6.3.17.3. Os Relatórios mensais supracitados deverão ser entregues à CONTRATANTE, impreterivelmente, junto com a NOTA FISCAL do período do respectivo relatório;

6.3.18. REUNIÕES

6.3.18.1. Deverá ser realizada Reunião Mensal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, e do Preposto e Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes;

6.3.18.2. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, e atrativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes.

6.3.18.3. As reuniões deverão ser registradas em ata, sempre enviadas por e-mail posteriormente à administração.

6.3.19. UNIFORMES DA EQUIPE

6.3.19.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação do serviço por profissionais uniformizados de modo visível com a identificação da empresa e com identificação funcionário através de crachá.

6.3.19.2. Conforme disposição NR 6 os profissionais devem estar equipados com equipamentos de proteção Individual, condizente com a atividade a ser desempenhada. Não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

6.3.20. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.3.20.1. O Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser prestado usualmente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08:00 às 18:00hrs. Podendo ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

6.3.20.2. Para efeito de qualificação de dias úteis e dias não úteis será considerado o calendário oficial da cidade.

6.3.21. LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.3.21.1. Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser prestado nas dependências do Município onde eles estiverem alocados.

6.3.21.2. Quando houver necessidade da retirada de equipamentos instalados nas dependências do Município, por impossibilidade de reparos no local onde está instalado, a retirada, transporte, devolução e reinstalação serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.3.22. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

6.3.22.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação vigente, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses;

6.3.22.2. CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:

- a) Fase 1: 01º ao 30º dia, a contar da assinatura do contrato;
- b) Fase 2: 16º ao 60º dia;
- c) Fase 3: 61º ao 90º dia;
- d) Fase 4: a partir do 91º dia até o fim do contrato





6.3.22.3. Descrição das atividades de cada Fase do Cronograma que deverá ser seguido pela CONTRATADA:

- a) Fase 1: Apresentação do software, Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares, e das ferramentas, uniforme e EPI a serem fornecidos; apresentar a Equipe.
- b) Fase 2: Execução de Manutenção Corretiva, Criação dos planos de Manutenções.
- c) Fase 3: Início da Execução dos planos de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, e de Rondas Gerais e Setoriais; Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos
- d) Fase 4: Plano de Treinamento, e Relatórios.

6.3.23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.3.23.1. A CONTRATADA deverá sempre atender toda a Legislação Aplicável ao escopo do Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares e suas respectivas atividades, devendo sempre atender também as atualizações desta legislação.

6.3.23.2. Destaca-se, de forma não exaustiva, a seguinte Legislação Aplicável:

- a) Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
 - b) Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial, à NBR 15.943/2011, que dispõe sobre as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;
 - c) Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial, à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 509, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;
 - d) Às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e suas regulamentações;
 - e) Às disposições legais federais, estaduais e municipais;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT, ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;

6.3.23.3. Às recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

- a) Norma NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- b) Norma NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- c) Norma NR-32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
- d) As normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

6.3.23.4. Além da legislação pertinente, a CONTRATADA deverá seguir todas as diretrizes especificadas neste. Como se trata de serviço especializado para área hospitalar existem normativos específicos que regulamentam a prestação desses serviços como:

- a) RDC 02/2010 - Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;
- b) RDC 11/2014 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências;
- c) RDC 15/2012 - Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências;
- d) RDC 16/2013 - Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro e dá outras providências;
- e) RDC 20/2012 - Altera a Resolução RDC nº. 02, de 25 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;





- f) RDC 33/2008 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação dos Sistemas de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- g) RDC 36/208 - Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal;
- h) RDC 36/2013 - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;
- i) RDC 38/2008 - Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear “in vivo”;
- j) RDC 63/2011 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;
- k) RDC 34 2014 - Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue;
- Portaria Inmetro nº. 442, de 23 de novembro de 2011 - Regulamentação Metrológica do Inmetro para termômetros;
- l) PORTARIA INMETRO 236/94 - Estabelece condições técnicas e metrológicas, bem como controle metrológico, aplicadas aos instrumentos de pesagem;
- m) NBR 9919 - Oxímetro de pulso para uso médico - Prescrições;
- n) NBR 13534 - Instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- o) NBR 60601 - 1-1. Norma colateral Prescrições de segurança para sistemas eletromédicos;
- p) NBR 60601 - 2-2. Equipamento cirúrgico de alta frequência;
- q) NBR 60601 - 2-12. Ventilador pulmonar;
- r) NBR 60601 - 2-16. Hemodiálise;
- s) NBR 60601 - 2-19. Incubadoras para recém-nascidos (RN);
- t) NBR 60601 - 2-25. Eletrocardiógrafos;
- u) NBR 60601 - 2-30. Monitor de PNI;
- v) NBR 60601 - 2-46. Mesas cirúrgicas;
- x) NBR IEC 60601-1-4. Sistemas eletromédicos programáveis;
- y) ABNT NBR 15943:2011. Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;
- w) ABNT NBR IEC 61331-1:2004. Dispositivo de proteção contra radiação-X para fins de diagnóstico médico Parte 1: Determinação das propriedades de atenuação de materiais;
- z) ABNT NBR IEC 62366:2010. Produtos para a saúde — Aplicação da engenharia de usabilidade a produtos para a saúde;
- a.a) ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Errata 2:2006. Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração.

6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1. Conforme o Art.67. da Lei 14133/21 e suas Alterações, para fins de Qualificação Técnica a Licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou equivalente, comprovando atividade relacionada com o objeto;
- b) Alvará Municipal de Localização e Funcionamento da empresa compatível com objeto licitado;
- c) Alvará Municipal/Estadual Sanitário compatível com objeto licitado;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

d) Declaração fornecido pela empresa participante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, na data prevista para entrega dos envelopes, Engenheiro devidamente registrado no CREA ou Técnico devidamente registrado no Conselho Federal de Técnicos CFT para atividade na área (elétrica, eletrotécnica ou eletrônica) em conformidade com Resolução CONFEA nº 218 de 29 de julho de 1973 / Resolução CFT Nº 74 DE 05.07.2019. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei. Deverá comprovar experiência, por período não inferior a 50% do prazo contratual desse certame (6) meses, detentor de 01(um) ou mais atestado(s) de com Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, de um ou mais contratos já finalizado e executado em sua totalidade, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto.

e) Declaração fornecido pela empresa participante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, na data prevista para entrega dos envelopes, Engenheiro devidamente registrado no CREA, com mestrado ou doutorado em engenharia biomédica, ou com pós-graduação em engenharia clínica, ou Engenheiro Biomédico, conforme Sessão Plenária Ordinária N: 1282, de 25/09/1998, do CONFEA / Resolução CONFEA Nº 1103 DE 26/07/2018. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA se nela constar o nome dos profissionais indicados. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA se nela constar o nome dos profissionais indicados. Deverá comprovar experiência, por período não inferior a 50% do prazo contratual desse certame (6) meses, detentor de 01(um) ou mais atestado(s) de com Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, de um ou mais contratos já finalizado e executado em sua totalidade, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto.

f) A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, Apresentar um ou mais atestado (s) de capacidade Técnica(s) competente com execução das atividades técnicas de engenharia mecânica e elétrica e/ou eletrotécnica e/ou eletrônica, engenharia Clínica e/ou Biomédica, comprovando que a licitante através do seu quadro de responsáveis técnicos atuais, que executou os serviços de gestão de parque tecnológico, manutenção corretiva, manutenções preventivas, calibrações atestado deve ser fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, sem quaisquer restrições. Com dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”; (Não será aceito atestados de contratos em execução ou não finalizados).

6.4.2. O Atestado de Capacidade Técnica apresentado, deve comprovar a prestação, em Estabelecimento(s) Assistencial(is) de Saúde de direito público ou privado, de serviço pertinente e compatível em **características**, quantidades e prazos com o serviço objeto deste, devendo estar obrigatoriamente evidenciado nesta documentação as seguintes características e quantidades, mínimas:

- f) Prazo de prestação do(s) serviço(s) de no mínimo 50% deste certame (6 meses) ;
- g) Informações (Nome, CNPJ e Endereço)
- h) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), e seu(s) título(s) e Nº profissional(is);



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



- i) Descrição do(s) serviço(s) prestado(s);
- j) Quantitativo de Equipamentos Médico-Hospitalares.

6.4.3. CAT – Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico emitidas pela entidade profissional competente, dos atestados apresentados, por execução do serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

6.4.4. Registro da empresa e do seu responsável técnico no CREA, conforme artigo 67 da Lei 14133/21 e Lei 5.194 do CONFEA.

6.4.5. Registro da empresa no IPEN/INMETRO, para manutenção e reparo em instrumentos de pesagem (balanças) para as classes de exatidão III e IIII conforme portaria 088/1987 do INMETRO.

6.4.6. Registro da empresa no IPEN/INMETRO, para manutenção e reparo em instrumentos de medir pressão arterial humana, conforme portaria 088/1987 do INMETRO.

6.4.7. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico da NBR IEC 60601-1 para segurança básica e ao desempenho essencial de equipamentos eletromédicos e sistemas eletromédicos. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

6.4.8. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico da NBR IEC 62353:2019 para Ensaio recorrente e ensaio após reparo de Equipamento eletromédico. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

6.4.9. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico Inspeção de Caldeiras e Vasos de Pressão conforme portaria MTB nº 1.846, de 01 Julho de 2022. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

6.4.10. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico NBR ISO/IEC 17025 de 19 de dezembro de 2017, requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.

6.4.11. A empresa deverá apresentar Declaração de profissional vinculado ao quadro da empresa que possui curso específico Qualificação Térmica de Autoclaves. O atendimento da exigência dar-se-á da com uma das seguintes formas: Contrato Social, se sócio, Carteira de Trabalho com anotação ou pela Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitido pelo CREA e/ou CFT se nela constar o nome dos profissionais indicados, ou documento equivalente de acordo com a lei.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

6.4.12. A empresa deverá apresentar Declaração de que o sistema gestão da engenharia clínica, atende as características exigidas, por meio de documento técnico e comprovar condição de atendimento com a solução se for o desenvolvedor por meio de declaração ou por meio de contrato se for empresa terceirizada;

6.4.13. Para qualificações e calibrações será necessário posse de Analisadores e/ou Simuladores que deverá, estar com calibração válida na data de entrega da proposta, sendo obrigatório apresentar o certificado em nome da licitante, o certificado de calibração deve ser emitido por laboratório de calibração Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração e/ou Acreditado para os seguintes parâmetros:

SIMULADOR ANALISADOR	E/OU	PADRÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE FAIXAS DE LEITURAS QUE DEVEM SER DISPONIBILIZADA S
Simulador de ECG		Frequência Cardíaca ECG (bpm)	10
Simulador de ECG		Amplitude do ECG (mV)	5
Segurança Elétrica		Corrente Funcional (μ A DC)	5
Segurança Elétrica		Resistência (Ω)	5
Segurança Elétrica		Corrente de Fuga (A AC)	5
Segurança Elétrica		Tensão (V AC)	5
Segurança Elétrica		Resistência de Isolamento (M Ω)	5
Osciloscópio		Frequência em (Hz, KHz)	5
Osciloscópio		Deflexão Vertical (mV, V, μ s, ns)	10
Multímetro		Resistência (Ω , k Ω , m Ω)	10
Multímetro		Tensão Contínua (mV, V)	10
Multímetro		Tensão Alternada (mV, V)	10
Multímetro		Corrente Contínua (μ A, Ma)	10
Multímetro		Corrente Alternada (μ A, Ma)	10
Multímetro		Capacitância (μ F, nF)	10
Analisador de Qualificação Térmica (autoclave e câmaras frias)		Temperatura com no mínimo 15 pontos ($^{\circ}$ C)	5
Analisador de Qualificação Térmica (autoclave)		Pressão pelo menos 1 ponto (bar)	5
Analisador para Fluxo		Fluxo de ar (m/s)	3
Terrômetro		Resistência (Ω)	10
Termohigrometro		Temperatura ($^{\circ}$ C)	2





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Termohigrometro	Umidade (%ur)	2
LUXÍMETRO	INTENSIDADE (LUX)	5
Medidor espessura por Ultrassom	Espessura (mm)	5
Analizador nível de pressão sonora	Pressão sonora (dB)	2
Pesos Padrão	Faixa até 200kg	conforme padrão inmetro
Simulador Fetal	Batimentos (bpm)	3
Simulador de Multiparâmetros	Temperatura (°C)	10
Simulador de Multiparâmetros	Frequência Respiratória (Brpm)	5
Simulador de Multiparâmetros	Pressão Não-Invasiva NIBP	5
Simulador de Multiparâmetros	Pressão Invasiva	5
Simulador de Multiparâmetros	Frequência do Marcapasso (Ppm)	5
Simulador de Multiparâmetros	Amplitude do marcapasso (mA)	5
Simulador de Multiparâmetros	Resistência do marcapasso (Ω)	1
Simulador de Multiparâmetros	Largura do marcapasso (ms)	1
Simulador de SPO2	Porcentagem de SPO2 (%O2)	5
Simulador de SPO2	Frequência Cardíaca (bpm)	5
Simulador Esfigmomanômetro	pressão para manômetro (bar)	5
Analizador de Desfibrilador	Energia (Joules)	5
Analizador de Desfibrilador	Tempo de Carga (s)	5
Analizador de Desfibrilador	Frequência Triangular (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Frequência Senoidal (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Frequência Quadrada (Hz)	2
Analizador de Desfibrilador	Amplitude (mv)	1
Analizador de Desfibrilador	Sincronismo de choque (ms)	1
Analizador de Ventilação	Frequência (RPM)	5
Analizador de Ventilação	Fluxo Alto (l/min)	5
Analizador de Ventilação	Fluxo baixo (l/min)	5
Analizador de Ventilação	Concentração de O2 (O2%)	5
Analizador de Ventilação	Volume (ml)	5



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Analizador de Ventilação	Temperatura (°C)	3
Analizador de Ventilação	Pressão Baixa (mH2O)	5
Analizador de Ventilação	Pressão alta (kPa)	5
Analizador de Ventilação	Tempo inspiratório (s)	5
Analizador de Ventilação	Pressão Barométrica (Kpa)	5
Analizador de Bisturi	Potência corte (Watts)	5
Analizador de Bisturi	Potência coagulação (Watts)	5
Analizador de Bisturi	Corrente	5
Analizador de Bisturi	Resistência Interna	5
Analizador de Raio-x	Tensão KV	4
Analizador de Raio-x	mA (mA)	4
Termômetro Infravermelho	Temperatura (°C)	5
Radiômetro	Intensidade Radiação (mW/cm2)	5
Datalogger	Temperatura (°C)	2
Datalogger	Umidade (%UR)	2
Cronômetro	Tempo (s)	5
Balança Ultrassom	Potência (w)	5
Galvanômetro	Microampère (µA)	5
Analizador de bomba de infusão	Volume (ml)	5
Analizador de bomba de infusão	Fluxo (ml/h)	5
Analizador de bomba de infusão	pressão (psi ou mmHg)	5
Tacômetro	Velocidade (RPM)	5

Obs. Entende Faixas de leitura/Medições o número mínimo de medições utilizados para emissão do laudo de calibração.

6.5. Será considerado calibrado apenas o Padrão cuja respectiva última calibração tenha transcorrido no prazo de até 02 anos, ou seja, em outras palavras os Padrões fornecidos deverão ter periodicidade de calibração de até 02 anos;

6.6. Os Profissionais apresentados pela Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

6.7. Toda a documentação apresentada estará sujeita a diligências e/ou auditorias para comprovação da veracidade das informações prestadas;

6.8. A inobservância de qualquer das qualificações técnicas exigidas será motivo de inabilitação da licitante do certame.

6.9. A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou sua ausência, deverá inabilitar o licitante.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



7- DO PARCELAMENTO

7.1. A Lei 14.133/21 estabelece princípios e normas para as licitações e contratos da Administração Pública, visando garantir a eficiência, a transparência e a economicidade na utilização dos recursos públicos. No contexto de um serviço contínuo de engenharia clínica, parcelar o objeto da contratação não se alinha com os princípios dessa legislação, principalmente devido à natureza específica e contínua do serviço. Parcelar o objeto implicaria em uma divisão artificial do escopo do serviço, podendo comprometer a integridade da prestação do serviço e dificultar a gestão eficiente por parte da Administração Pública.

Ao buscar uma solução única para o serviço de engenharia clínica, o agrupamento de todos os serviços em um único item se mostra como a abordagem mais coerente e eficaz. Isso permite uma gestão integrada e centralizada do contrato, simplificando a fiscalização e o acompanhamento por parte da Administração. Além disso, ao concentrar todos os serviços em uma única empresa, há maior responsabilização e coerência na execução dos trabalhos, evitando possíveis conflitos de interesse e garantindo a continuidade e eficácia na prestação dos serviços. A escolha de uma única empresa para atender todas as demandas de engenharia clínica também se baseia na experiência prévia bem-sucedida dessa empresa em atender soluções similares. Ao optar por uma empresa já consolidada no mercado e que demonstrou capacidade técnica e operacional para atender às necessidades específicas do Município, a Administração Pública garante a qualidade e a eficiência na execução dos serviços. Portanto, a opção pelo agrupamento de todos os serviços em um único item, sem parcelamento, é uma medida que está em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência estabelecidos pela Lei 14.133/21.

8- DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. A contratação de uma empresa de engenharia clínica para o Município visa alcançar diversos resultados que contribuirão significativamente para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Em primeiro lugar, espera-se que a implantação da engenharia clínica proporcione um ambiente hospitalar mais seguro e eficiente, garantindo a disponibilidade e o funcionamento adequado dos equipamentos médicos. Isso se refletirá em um atendimento mais ágil e preciso aos pacientes, reduzindo tempos de espera e aumentando a eficácia dos procedimentos médicos.

Além disso, a contratação de uma empresa especializada em engenharia clínica visa promover a adequação do Município às regulamentações vigentes, como a RDC n. 509/2021, que estabelece diretrizes para o gerenciamento de tecnologias em saúde. Ao cumprir essas normas, o Município estará assegurando a segurança dos pacientes e a conformidade com padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente. Outro resultado esperado é a otimização dos recursos públicos por meio de uma gestão mais eficiente dos equipamentos médicos. Com a realização de manutenções preventivas e corretivas adequadas, será possível prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzindo custos com reparos emergenciais e substituições desnecessárias. Isso contribuirá para uma melhor alocação dos recursos financeiros do Município, beneficiando diretamente a população atendida. Além disso, a contratação de uma empresa de engenharia clínica possibilitará o fortalecimento da capacidade técnica e operacional do corpo clínico do Município. Através de treinamentos especializados e orientações sobre a utilização correta dos equipamentos, os profissionais de saúde estarão mais preparados para lidar com situações de emergência e garantir a qualidade dos serviços prestados. Espera-se que a parceria com uma empresa de engenharia clínica contribua para o desenvolvimento sustentável do Município, promovendo a inovação tecnológica e a adoção de práticas mais eficientes e sustentáveis. Isso não apenas beneficiará a comunidade local em termos de qualidade de vida e acesso à saúde, mas também posicionará o Município como uma referência em cuidados médicos de excelência na região.





Além dos resultados mencionados anteriormente, a contratação de uma empresa de engenharia clínica para o Município também visa garantir a continuidade dos serviços de saúde, minimizando interrupções e falhas nos equipamentos médicos. Por meio de um plano de manutenção adequado e da disponibilidade de suporte técnico especializado, será possível evitar situações que comprometam a prestação de assistência aos pacientes, assegurando que o atendimento ocorra de forma contínua e sem contratemplos. Outro aspecto importante é a promoção da segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde. Com a implementação de protocolos de manutenção preventiva e corretiva, bem como a realização de calibrações periódicas, os equipamentos médicos serão mantidos em condições ideais de funcionamento, minimizando o risco de falhas e garantindo a precisão dos diagnósticos e procedimentos realizados. Isso contribui para a confiança dos pacientes nos serviços de saúde oferecidos pelo Município.

Além disso, a contratação de uma empresa especializada em engenharia clínica pode proporcionar uma maior eficiência operacional no gerenciamento dos equipamentos médicos. Ao centralizar a responsabilidade pela manutenção e gestão desses equipamentos em uma única empresa, o Município simplifica os processos de fiscalização e monitoramento, facilitando o acompanhamento do desempenho dos serviços e a identificação de eventuais melhorias necessárias. Outro resultado esperado é o aprimoramento da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Com equipamentos médicos em pleno funcionamento e uma equipe técnica capacitada para operá-los adequadamente, o Município poderá oferecer um atendimento mais eficaz e seguro, promovendo a melhoria da saúde e do bem-estar da comunidade. Isso pode contribuir para a redução da morbidade e mortalidade, bem como para o aumento da satisfação dos usuários com os serviços de saúde. A contratação de uma empresa de engenharia clínica pode gerar impactos positivos também do ponto de vista econômico e social. Ao promover a eficiência na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, o Município poderá atrair investimentos, fomentar o desenvolvimento local e melhorar a qualidade de vida da população. Isso fortalece a posição do Município como um polo de referência em saúde na região, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento sustentável. Espera-se selecionar uma empresa que atenda todos os requisitos técnicos e demonstre solidez financeira para executar o serviço contínuo de engenharia clínica, o Município de SÃO GOTARDO busca assegurar a excelência na prestação de serviços de saúde à sua comunidade. A escolha de uma empresa com competência comprovada e capacidade técnica adequada é essencial para garantir a eficácia na manutenção e gestão dos equipamentos médicos, bem como para proporcionar suporte técnico especializado aos profissionais de saúde locais. Além disso, ao garantir que a empresa contratada tenha condições financeiras sólidas, o Município visa minimizar os riscos de interrupções nos serviços e garantir a continuidade das atividades, promovendo a segurança e o bem-estar dos pacientes.

9- DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

9.1. É essencial realizar um levantamento detalhado das necessidades específicas do contrato, garantindo que todas as demandas e requisitos técnicos sejam identificados e documentados de forma clara e precisa. Isso inclui a definição dos equipamentos médicos a serem cobertos pelo contrato, os serviços a serem prestados e quaisquer outras exigências particulares. Além disso, a administração municipal deve providenciar a capacitação necessária para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Isso pode envolver treinamentos específicos sobre os procedimentos de fiscalização contratual, bem como sobre os aspectos técnicos relacionados à engenharia clínica.

9.2. É fundamental que os servidores estejam devidamente preparados para monitorar a execução do contrato, garantindo o cumprimento dos prazos, a qualidade dos serviços prestados e o atendimento aos requisitos estabelecidos. No entanto, no caso em questão, em que a prestação dos





serviços não exige adequações no ambiente físico, as providências prévias podem se concentrar principalmente na capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.

9.3. Como não há necessidade de ajustes ou adaptações no ambiente de trabalho, o foco principal será garantir que a equipe esteja plenamente preparada para exercer suas funções de maneira eficaz.

9.4. Quanto à fiscalização do contrato, é recomendável que seja designado um servidor específico para essa função, com competências e atribuições claras definidas previamente, a fim de garantir uma supervisão adequada e consistente da execução contratual.

10- DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratações correlatas, nem interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

11- DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. A contratação de uma empresa de engenharia clínica para o Município de SÃO GOTARDO pode acarretar impactos ambientais diversos, especialmente relacionados ao uso de recursos energéticos e materiais. Para mitigar esses impactos, é fundamental adotar medidas preventivas e corretivas adequadas. Primeiramente, deve-se priorizar equipamentos e soluções que promovam o baixo consumo de energia, buscando tecnologias mais eficientes e sustentáveis. Isso pode incluir a seleção de equipamentos com certificações de eficiência energética e a implementação de práticas de uso consciente por parte dos usuários.

11.2. Além disso, é importante considerar a logística reversa para o desfazimento e reciclagem de bens e resíduos, quando aplicável. Isso implica estabelecer um sistema de coleta e descarte adequado para os equipamentos médicos obsoletos, peças substituídas e outros resíduos gerados durante a prestação dos serviços de engenharia clínica. A implementação de um programa de reciclagem e reutilização pode contribuir significativamente para a redução do impacto ambiental, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental da administração pública.

11.3. Outra medida importante é a conscientização e capacitação dos profissionais envolvidos no uso e manutenção dos equipamentos, visando reduzir desperdícios e promover o uso responsável dos recursos disponíveis. Isso pode envolver a realização de treinamentos específicos sobre práticas sustentáveis, gestão de resíduos e consumo consciente de energia. Ao incentivar uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade, o Município pode maximizar os benefícios ambientais da contratação da empresa de engenharia clínica, minimizando seu impacto negativo sobre o meio ambiente.

11.4. Por fim, é essencial estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação periódica dos impactos ambientais associados à prestação dos serviços de engenharia clínica. Isso permite identificar eventuais problemas ou áreas de melhoria e ajustar as práticas e políticas adotadas conforme necessário. Ao integrar considerações ambientais em todas as etapas do processo de contratação e execução do contrato, o Município pode garantir que a prestação dos serviços de saúde seja realizada de forma sustentável e responsável, promovendo o bem-estar da comunidade e a preservação do meio ambiente.

12 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

12.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação.

13- ANEXOS





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Anexo I – Lista de Equipamentos

Observação: (A lista poderá variar para pouco mais ou menos) dependendo da data de formalização da licitação.

Marília Márcia Alves
Coordenadora Geral da Administração Hospitalar

AUTORIZADO: Débora Thaís Silva Alves Araújo
Secretária Municipal de Saúde



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, n° 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



ANEXO II

Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024. - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. _____/_____;

2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO III

Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024 - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO IV

Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024. - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO V

Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024 - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO VI

Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024 - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO VII

**Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte
ou sociedade cooperativa**

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024 - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como () microempresa, () empresa de pequeno porte ou () sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Declara ainda para fins do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024 - Processo nº 190/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA

_____.

O **MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO - MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.602.037/0001-55, com sede nesta cidade, na Rua Professora Maria Coeli Franco, número 13, Bairro Centro, representado legalmente por sua Prefeita Municipal, Denise Abadia Pereira Oliveira, brasileira, casada, portador da Carteira de Identidade MG-8.042.021 PC/MG, inscrita no CPF sob o nº. 787.613.106,97, residente e domiciliada à Rua Lazaro Gonçalves, 93 – Mansões do Lago, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, na cidade de _____/Estado, neste ato representada por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no procedimento do **Processo Administrativo Licitatório nº 190/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais nº 62, 28 de março de 2023, e nº 63, 28 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 46/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA CONTINUADOS EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTO DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, QUE ESTÃO INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Descrição e quantidade:

ITEM	COD. ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR DO ITEM	VALOR TOTAL
1	39607	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA CONTINUADOS EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÕES, TREINAMENTOS DE OPERADORES, GESTÃO DE PARQUE TECNOLÓGICOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REFORMA DE ESTOFAMENTOS EM GERAL, CALIBRAÇÕES E QUALIFICAÇÕES, PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO.	12	MS		

TOTAL GERAL:	R\$
---------------------	------------

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1.A prestação dos serviços deverá serem realizadas no local do equipamento instalado, respeitando-se os horários determinados pelos mesmos, respeitando-se os horários determinados pelos mesmos.

3.1.2.A contratada deverá efetuar os serviços de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e em perfeitas condições de uso, a partir do momento que os sejam solicitados pelo fiscal de contrato, nas quantidades solicitadas correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes tais como: transporte, impostos, mão-de-obra, serviços terceirizados, embalagens e etc.

3.2. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.2.1.O Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser prestado usualmente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08:00 às 18:00hrs. Podendo ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

3.2.2. Para efeito de qualificação de dias úteis e dias não úteis será considerado o calendário oficial da cidade.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



3.3. LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.3.1. Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser prestado nas dependências do Município onde eles estiverem alocados.

3.3.2. Quando houver necessidade da retirada de equipamentos instalados nas dependências do Município, por impossibilidade de reparos no local onde está instalado, a retirada, transporte, devolução e reinstalação serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

3.4. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

3.4.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação vigente, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses;

3.4.2. CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:

- a) Fase 1: 01º ao 30º dia, a contar da assinatura do contrato;
- b) Fase 2: 16º ao 60º dia;
- c) Fase 3: 61º ao 90º dia;
- d) Fase 4: a partir do 91º dia até o fim do contrato

3.4.3. Descrição das atividades de cada Fase do Cronograma que deverá ser seguido pela CONTRATADA:

- a) Fase 1: Apresentação do software, Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares, e das ferramentas, uniforme e EPI a serem fornecidos; apresentar a Equipe.
- b) Fase 2: Execução de Manutenção Corretiva, Criação dos planos de Manutenções.
- c) Fase 3: Início da Execução dos planos de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, e de Rondas Gerais e Setoriais; Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos
- d) Fase 4: Plano de Treinamento, e Relatórios.

3.5. DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.5.1. A relação sintética das principais atividades do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica e Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, a serem executadas no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no 'ANEXO I', são:

- a) Fazer o levantamento, cadastramento, elaboração e manutenção do cadastro e prontuários dos





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

equipamentos, bem como organização, rastreabilidade e atualização de testes, por meio de software especializado em gestão de manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares.

- b) Instalação e desinstalação, ou seja, montagem e desmontagem dos equipamentos, quando necessário.
- c) Manutenção corretiva.
- d) Elaboração de procedimentos operacionais de Manutenção preventiva, calibração e/ou teste de segurança elétrica.
- e) Elaboração de plano anual de manutenção programada, CONSIDERANDO DE FORMA INDIVIDUALIZADA CADA EQUIPAMENTO E SUAS PARTICULARIDADES.
- f) Auxílio no planejamento, seleção de propostas para aquisição de novos equipamentos.
- e) Auxílio quanto à elaboração de especificações técnicas de equipamentos, partes, peças e acessórios de equipamentos.
- g) Manutenção preventiva, calibração, testes de segurança elétrica dos equipamentos.
- h) Troca de Estofados.
- h) Rondas gerais e rondas setoriais.
- i) Aquisição de Peças e Subcontratação de Serviços Especializados, quando necessário;
- j) Registro histórico de todas as intervenções técnicas nos equipamentos.
- k) Emissão de laudos técnicos, quando necessário.
- l) Treinamento de usuários de Equipamentos Médico-Hospitalares e demais profissionais indicados pela CONTRATANTE, quando necessário.
- m) Relatórios de manutenção, mensais e anuais.

3.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

3.6.1. A CONTRATADA será responsável pelo atendimento técnico de todo e qualquer chamado técnico referente ao parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”.

3.6.2. A solicitação do chamado técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do prazo de atendimento técnico e do prazo de reparo.

3.6.3. O prazo de atendimento técnico não poderá exceder a 01 (um) dia útil.

3.6.4. O prazo de reparo não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 dias corridos para reparos que envolvam peças nas quais não estejam disponíveis de imediato ou que precisem de importação.

3.6.5. A CONTRATADA será responsável pela execução integral dos serviços corretivos de baixa e média complexidade, que são caracterizados por não exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento, não exigirem conhecimento ou mão-de-obra especializada de fábrica e somente exigirem a





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

substituição de peças/acessórios disponíveis ou que possam ser encontrados no mercado.

Nos equipamentos em cessão por comodato, locação, garantia de aquisição ou contrato de manutenção com o fabricante, a CONTRATADA fará o atendimento ao setor solicitante, o acompanhamento de atividades executadas por outrem e testes de funcionalidade.

3.6.6. Para todo atendimento técnico deverá ser feito uma Ordem de Serviço cuja cópia deve ser entregue a CONTRATANTE, do qual conste no mínimo:

- a) Data na qual a assistência técnica foi acionada, e demais ações executadas.
- b) Nomes dos responsáveis pelo Chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as respectivas assinaturas destes.
- c) Descrição dos equipamentos envolvidos, inclusive com modelo, número de série, e outros códigos identificadores.
- d) Descrição das anormalidades observadas.
- e) Providências tomadas, reparos efetuados e/ou peças substituídas, com as respectivas datas de execução.
- f) Resultados dos testes aplicados.
- g) O status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.

3.6.7. A CONTRATADA será responsável pela execução de Manutenção Corretiva no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no ANEXO I, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual substituição de peças necessárias para execução de Manutenção Corretiva.

3.6.8. Em toda e qualquer Manutenção Corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do Equipamento Médico-Hospitalar, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva Calibração do Equipamento Médico Hospitalar antes de liberar o mesmo ao setor de origem.

3.6.9. Todas as atividades de Manutenção Corretiva deverão ser documentadas, registradas em sistema informatizado (software) específico, informando no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade, material aplicado e seus valores, bem como cópia da referida nota fiscal.

3.6.10. O prazo para implementação e início das atividades de manutenção corretiva é imediato após o início das atividades contratuais ou das renovações.





3.7. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E INSPEÇÃO PERIÓDICA

3.7.1. A CONTRATADA deverá Desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenções Preventivas e Inspeções de modo a reduzir a necessidade de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais. Deverá ser desenvolvido um Planejamento Anual de Manutenções Preventivas e Inspeções e que deverá ser divulgado para os responsáveis de cada setor assistencial, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando na data programada. O Planejamento deverá ser desenvolvido com base na análise da criticidade do parque, considerando as recomendações do fabricante e avaliando o risco físico associado ao paciente, a função do equipamento e requisitos de manutenção.

3.7.2. A CONTRATADA deverá elaborar procedimentos operacionais específicos para cada tipo de equipamento para realização de Manutenção Preventiva e Inspeção Periódica, de acordo com o preconizado pelo fabricante, pelas normas incidentes, e por este Termo de Referência.

3.7.3. A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Manutenção Preventiva e Inspeções para os equipamentos previsto no contrato, e apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, e com revisão anual. O prazo para implementação e início das atividades referentes à execução destes serviços é de 15 (dias) uteis após o início das atividades contratuais ou das renovações, após aprovação do Plano pelo CONTRATANTE.

3.7.4. Toda manutenção preventiva realizada deve gerar um documento denominado “Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva”, ou similar e toda inspeção deve gerar um documento denominado “Inspeção” ou similar, com no mínimo as seguintes informações: Número da Ordem de Serviço; Dados de identificação do equipamento; Data de realização da preventiva; Data de realização da próxima preventiva; Código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist contendo as rotinas realizadas; Indicação do Técnico responsável pela execução; Assinatura legal do funcionário responsável pelo Setor de lotação vigente do equipamento.

3.7.5. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos submetidos à manutenção preventiva, contendo, obrigatoriamente, a data de realização da preventiva e a data da próxima preventiva, número da ordem e identificação do técnico responsável pela execução com tamanho mínimo de 45 x 35mm.

3.7.6. Deve existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento relacionado em anexo. Estes POPs deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias da assinatura do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

3.7.7. As Manutenções Preventivas deverão ser realizadas periodicamente nos equipamentos relacionados no intervalo máximo estipulado por cada fabricante. O técnico deverá realizar a preventiva, realizando check – list de funcionamento de cada equipamento, ainda tomar informação junto aos responsáveis dos setores, ou a quem por ele for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para, se necessário.

3.7.8. Para os equipamentos em cessão por comodato, locação, garantia de aquisição ou contrato de manutenção com o fabricante, a CONTRATADA deverá indicar para a CONTRATANTE, os prazos para realização da Manutenção Preventiva, de acordo com manual do fabricante do aludido Equipamento Médico-Hospitalar.

3.7.9. As Inspeções Periódicas compreendem a verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, se está corretamente instalado e regulado para uso, por meio do uso e aplicação de uma lista de checagem (check-list), devidamente documentada, buscando identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

3.7.10. As Inspeções técnicas periódicas de modo a reduzir a incidência de Manutenção Corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, sendo realizado no máximo a cada 30 (trinta) dias corridos em todos os equipamentos listados em anexo;

3.7.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes à Verificação do IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) e colocação de selo do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), sempre que aplicável conforme procedimentos mínimos e periodicidade mínima supracitados das Manutenções Preventivas, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

3.7.12. Todas as atividades de Manutenção Preventiva e Inspeções Periódicas deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

3.7.13. As Inspeções Periódicas, deverão ser compostas basicamente pelos seguintes procedimentos:

- a) Limpeza Externa: Remoção de poeira, sujeira e outros resíduos que possam acumular no equipamento, utilizando produtos e técnicas de limpeza adequadas para não danificar componentes sensíveis.
- b) Verificação visual: Inspeção visual para identificar danos externos, desgaste de peças e sinais de corrosão, vazamentos ou outros problemas aparentes.
- c) Verificação e lubrificação de componentes móveis: Inspeção e lubrificação de partes móveis do equipamento para garantir seu funcionamento suave e evitar atritos excessivos que possam causar desgaste prematuro.
- d) Troca de peças desgastadas: Substituição regular de peças sujeitas a desgaste, como baterias,





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

lâmpadas, filtros e gaxetas, para garantir o funcionamento adequado do equipamento.

e) Ajustes dos parâmetros quando necessário: Verificação e ajuste dos parâmetros de operação do equipamento conforme necessário, levando em consideração fatores como mudanças no ambiente de uso, requisitos clínicos específicos e recomendações do fabricante. Isso pode incluir ajustes de configuração, calibração e reprogramação para garantir que o equipamento esteja operando de acordo com as necessidades clínicas e dentro das especificações do fabricante. A realização periódica desses ajustes ajuda a manter a precisão e confiabilidade dos resultados fornecidos pelo equipamento, garantindo um atendimento de qualidade aos pacientes.

f) Registro e documentação: Manutenção de registros detalhados de todas as atividades de manutenção realizadas, incluindo datas, procedimentos, resultados e quaisquer problemas encontrados, para fins de rastreabilidade e auditoria

3.7.14. As manutenções Preventivas, deverão ser compostas basicamente pelos seguintes procedimentos:

a) Todos os procedimentos da Inspeções Periódicas.

b) Teste de desempenho: Realização periódica de testes de desempenho para avaliar o funcionamento e a precisão do equipamento. Isso envolve a verificação de parâmetros específicos, como precisão de medições, velocidade de resposta, calibração de sensores e funcionalidade dos controles. Os testes de desempenho ajudam a identificar problemas potenciais antes que afetem a qualidade dos resultados ou a segurança dos pacientes. Qualquer desvio significativo dos padrões estabelecidos pode indicar a necessidade de ajustes, calibrações ou outras medidas corretivas para garantir que o equipamento esteja operando dentro de especificações aceitáveis

c) Limpeza interna do equipamento: Realização de limpeza interna regular do equipamento para remover poeira, resíduos e outros detritos que possam acumular-se ao longo do tempo. Isso inclui a limpeza de componentes internos, como ventiladores, filtros e sistemas de circulação de ar, além de inspeção visual de placas de circuito, conexões e cabos. A limpeza interna ajuda a prevenir o superaquecimento, a deterioração prematura de componentes e falhas de funcionamento devido à obstrução ou corrosão, garantindo assim a operação contínua e confiável do equipamento.

d) Troca da bateria de alimentação elétrica do equipamento (quando necessário).

Inspeção elétrica: Verificação do sistema elétrico do equipamento para identificar danos nos cabos, conectores e componentes elétricos, garantindo a segurança dos usuários e prevenindo curtos-circuitos e outros problemas elétricos.

3.7.15. Testes de funcionalidade:

a) Realização de testes para verificar se todas as funções do equipamento estão operando corretamente, incluindo controles, displays, alarmes e dispositivos de segurança.





3.7.16. Atualização de software:

a) Verificação e atualização periódica do software do equipamento para corrigir falhas de segurança, bugs e melhorar o desempenho e a compatibilidade com outros sistemas.

3.8. CALIBRAÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÃO:

3.8.1. CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e de Qualificação, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médicos-assistenciais sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores.

3.8.2. Calibração: Operação que estabelece, sob condições especificadas, numa primeira etapa, uma relação entre os valores e as incertezas de medição fornecidos por padrões rastreados e as indicações correspondentes com as incertezas associadas. Numa segunda etapa, utiliza esta informação para estabelecer uma relação visando à obtenção de um resultado de medição a partir de uma indicação.

3.8.3. Teste de Segurança elétrica: Conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico.

3.8.4. Qualificação: Processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverão ser aplicáveis dois tipos de qualificação:

3.8.5. Qualificação operacional: comprovação, mediante testes, que o equipamento está funcionando como previsto e atende às necessidades do processo ao qual se destina. A qualificação operacional deverá incluir: calibração de parâmetros especificados; avaliação dos parâmetros críticos; verificação dos itens de segurança; testes nas condições limite especificados; verificação dos itens especificados; treinamento de pessoal.

3.8.6. Qualificação de desempenho: deverá consistir na verificação sistemática da eficácia dos equipamentos no processo, com a finalidade de garantir que os produtos finais possam ser produzidos e reproduzidos conforme a qualidade exigida. Ou seja, verificar se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.

3.8.7. Apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato. O prazo para implementação e início das atividades referentes à execução destes serviços é de 03 (três) meses após o início das atividades





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

contratuais ou das renovações, após aprovação do Plano pelo CONTRATANTE.

3.8.8. Todos os padrões de medição (instrumentos, simuladores e analisadores) utilizados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos certificados de calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE.

3.8.9. Os serviços de calibração e teste de segurança elétrica (quando aplicável) deverão ser realizados nos equipamentos específicos, no mínimo uma vez no ano, obedecendo às recomendações técnicas do fabricante. Ainda, os serviços deverão estar em conformidade com as portarias do INMETRO (143/2001, 035/1999 e 236/1994), para esfigmomanômetros e balanças, e demais legislações vigentes.

3.8.10. Os serviços de qualificação operacional e de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA, e de acordo com as Resoluções Nº 57/2010, 15/2012 e 51/2013, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.

3.8.11. A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.

3.8.12. Os serviços realizados deverão gerar um documento denominado de “Certificado de Calibração”, “Laudo de Segurança Elétrica” ou “Relatório de Qualificação”, de acordo com o respectivo serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: Número do Documento; Tipo do Documento, Data de execução do serviço; Código do equipamento/instrumento; Código do padrão de referência; Indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; Indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; Indicação do Técnico responsável pela execução do serviço.

3.8.13. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos, de acordo com o tipo de serviço que foi executado, contendo, no mínimo, o número do documento, a data de realização do serviço e a data da próxima execução deste, técnico responsável, com tamanho mínimo de 45 x 35mm.

3.8.14. Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme norma NBR/ISO 17025.

3.8.15. Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para calibração, teste elétrico e





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

qualificação de cada tipo de equipamento. Estes POP's deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

3.8.16. Todas as atividades de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

3.8.17. Fica a CONTRATADA responsável pela execução da Qualificação e Validação Térmica dos equipamentos pertencentes a Central de Materiais Estéreis de acordo com a Resolução, RDC nº 015 de março de 2012.

3.8.18. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco de Procedimentos Operacionais, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto, a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura à conclusão deste serviço.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.8.19. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas da instituição, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange Equipamentos Médicos Hospitalares com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

3.9. RECEBIMENTO, VERIFICAÇÃO, ACEITAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

3.9.1. A cada novo equipamento adquirido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser solicitada para acompanhar os procedimentos de recebimento, instalação e testes de aceitação, inserindo as informações no software de gestão de equipamentos.

3.9.2. O processo deverá contemplar: o recebimento dos equipamentos, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento não sofreu avaria no transporte, a verificação da compatibilidade da ordem de compra com nota fiscal de entrega para afirmar que o item entregue está de acordo com o solicitado, testes funcionais no equipamento e instalação deste no setor de destino, conforme manual do fabricante. Quando aplicável e autorizado pela fornecedora dos equipamentos, deverá realizar a abertura das embalagens e checar a presença e a integridade de todos os itens (equipamento, acessórios e manuais). Para equipamentos de alta complexidade deve-se seguir os termos de garantia do fabricante, instalados por empresa autorizada com o devido acompanhamento, a





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

CONTRATADA deve acompanhar a instalação do equipamento pelo fornecedor checando todos os itens acima citados.

3.9.3. A empresa deverá propor, para a CONTRATANTE, rotina para recebimento e aceitação das novas tecnologias médicas adquiridas.

3.9.4. A empresa deverá desenvolver e manter procedimento que assegure que os equipamentos sejam avaliados antes de seu primeiro uso, por meio dos ensaios de aceitação. Quando aplicável, os ensaios deverão ser realizados pelo fornecedor do equipamento, com devido acompanhamento da CONTRATADA.

3.9.5. Deverão fazer parte do ensaio de aceitação: atividades realizadas durante inspeção, responsável pela execução do serviço, requisitos de ensaio determinados pelo fabricante (quando informados), parecer técnico que evidencie a segurança e desempenho do equipamento e, quando aplicável, comissionamento de infraestrutura. As não conformidades apuradas deverão implicar na não aceitação do equipamento pelo serviço de saúde, devendo essas ser imediatamente registradas e encaminhadas ao Chefe do Setor de Engenharia.

3.10. INATIVAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

3.10.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer momento a desativação de equipamentos que se encaixe dentro das razões descritas.

3.10.2. Quando a CONTRATADA julgar pertinente a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar disposto no “ANEXO I”, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE, acompanhando e justificando tal Solicitação.

4.6.3. A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:

- a) Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação/manutenção menor.
- b) Alterações nos padrões de tratamento médico que exigem tecnologia distinta;
- c) Perda de valor por motivos econômicos;
- d) Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;
- e) Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado;
- f) Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas;
- g) Elevado valor de manutenção, que acontece quando o valor de conserto do equipamento representa mais de 40% do valor do equipamento considerando sua depreciação;
- h) A CONTRATANTE avaliará a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar feita





pela CONTRATADA e emitirá um Parecer Técnico APROVANDO ou REPROVANDO a Solicitação de Inativação de Equipamento feita pela CONTRATADA.

Quando da aprovação da Inativação do Equipamento Médico-Hospitalar, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá excluir do Plano Anual de Manutenção Programada as Manutenções Programadas Planejadas para este Equipamento.

3.11. TREINAMENTO

3.11.1. A CONTRATADA deverá elaborar plano de treinamentos anual operacionais para os usuários, da CONTRATANTE, do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”, tendo como escopo itens como instruções operacionais, princípios de funcionamento, montagem do equipamento e acessórios, limpeza e desinfecção, solução de problemas etc.

3.11.2. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos, individuais ou coletivos, seja preventivamente e/ou sempre que constatados erros operacionais dos usuários, demandas de manutenção por mau uso do equipamento e acessórios por parte dos operadores, e demais incidências que possam inviabilizar o uso do equipamento.

3.11.3. A CONTRATADA deverá documentar em ata própria da CONTRATANTE todas as informações pertinentes aos treinamentos operacionais realizados, tais como: nome de participantes e respectivas assinaturas, carga horária, data de realização, e conteúdo programático do treinamento.

3.11.4. A CONTRATADA deverá apoiar a realização de treinamentos em Equipamentos Médicos Hospitalares por outras empresas vinculadas a CONTRATANTE;

3.11.5. A identificação da necessidade para a realização dos treinamentos poderá ser gerada tanto pela empresa CONTRATADA como pela CONTRATANTE.

3.12. SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

3.12.1. A qualquer tempo, durante a validade do contrato, alguns Equipamentos Médico- Hospitalares dispostos no “ANEXO I” poderão ser substituídos por outros Equipamentos Médico- Hospitalares similares, ou seja, de mesma natureza dos Equipamentos Médico-Hospitalares aqui dispostos, sendo devidamente aceitas e formalizadas, podendo esta formalização se dar por simples registro através de e-mail.





3.13. APOIO AO GERENCIAMENTO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES

3.13.1.A CONTRATADA será responsável pelo apoio à gestão dos equipamentos beneficiados pelo contrato, devendo acompanhar o andamento, avaliar a qualidade e manter registro de todas as intervenções técnicas realizadas. Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Ordens de Serviço e deverá ser utilizado software específico para gestão do parque tecnológico.

3.13.2.A CONTRATADA deverá dar suporte à instituição na elaboração dos procedimentos operacionais, bem como na elaboração de editais para aquisição de equipamentos e peças para manutenção.

3.13.3.Apoiar a CONTRATANTE na elaboração dos mecanismos de controle de entrada/saída de equipamentos, de acessórios e de materiais médico-assistenciais.

3.13.4.A CONTRATADA deverá manter histórico documentado dos problemas e incidentes relacionados aos eventos adversos causados, ou potencialmente causados, por falhas dos equipamentos. Deverão ser arquivados pelo tempo em que o aparelho estiver em operação pela CONTRATANTE, acrescido de, pelo menos, 05 (cinco) anos.

3.13.5.A CONTRATADA deverá auxiliar no desenvolvimento e na implantação de um processo de melhoria de desempenho quanto ao gerenciamento do parque de equipamentos médico- assistenciais.

3.13.6. A CONTRATADA deverá auxiliar na implantação de um processo que vise assegurar a integridade e o armazenamento dos equipamentos médico assistenciais, respeitando as condições ambientais de cada produto. Para garantir a segurança patrimonial, a CONTRATADA deverá sinalizar à CONTRATANTE no caso de equipamentos armazenados de forma inadequada. No que tange à identificação do equipamento, a CONTRATADA deverá implementar modelos de rotulagem, que indique claramente a situação do produto (se em manutenção, se reprovado em ensaio de aceitação, se liberado para uso, etc.).

3.14. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS

3.14.1.Sobre o conceito de peças subtende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, não consumíveis, necessários para reparar o Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

3.14.2.Devido à natureza do objeto deste Termo de Referência, que inclui a manutenção de uma vasta gama de Equipamentos Médico-Hospitalares, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, far-se-ia necessário a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto a empresa contratada forneça todas as peças necessárias;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

3.14.3. As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 (trinta) dias úteis para peças com importação comprovada, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação das peças e/ou solicitação de antecipação das peças pela CONTRATANTE.

3.14.4. O registro de Aplicação de Peças deverá ser realizado no sistema de gerenciamento, devendo conter a relação de aplicações executadas.

3.14.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares dispostos no “ANEXO I”, a contar da data de aplicação e/ou antecipação da peça.

3.14.6. As peças de Equipamentos Médico-Hospitalares específicos devem ser fornecidas no original de fábrica.

3.15. DO SISTEMA INFORMATIZADO ESPECÍFICO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS (SOFTWARE)

3.15.1. A gestão deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software, plataforma WEB, a ser fornecido pela CONTRATADA, cuja licença de uso será de sua responsabilidade e ônus, com acesso via WEB de domínio público, permitindo níveis de segurança e acesso diferenciado para usuários por senhas, possibilitando o acesso dos profissionais do Município às informações alimentadas e compiladas.

3.15.2. A ferramenta deverá permitir a avaliação do Setor de Engenharia Clínica e seus profissionais por meio de, no mínimo, os seguintes indicadores de desempenho:

- a) Tempo Médio entre Falhas (MTBF – Mean Time Between Failures);
- b) Tempo Médio de Resposta ao Primeiro Atendimento (TMA);
- c) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- d) Tempo de paralisação dos equipamentos;
- e) Índice de Rechamada por Técnico e por toda a equipe técnica;
- f) Produtividade por Técnico;
- g) Produtividade por Tipo de Serviço executado (desempenho de manutenções corretivas e preventivas, calibrações, qualificações e testes de segurança elétrica, treinamentos, dentre outros);
- h) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- i) O sistema deverá permitir a emissão de relatórios como:
- j) Ordens de Serviço por setor (ou centro de custos);
- k) Ordens de Serviço por tipo do serviço executado;
- l) Ordens de Serviço por período;
- m) Ordens de Serviço por equipamento;
- n) Ordens de Serviço por técnico;
- o) Ordens de Serviço pendentes;
- p) Ordens de Serviço encerradas;
- q) Custo de manutenção por equipamento;
- r) Custo de manutenção por custo de aquisição (por equipamentos);
- s) Custo de manutenção por setor (ou centro de custos);
- t) Custo de manutenção por período;

3.15.3. O sistema deverá permitir, no mínimo:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- a) O cadastro de equipamentos por: TAG - identificador único, série, patrimônio, categoria, marca, modelo, situação operacional, valor e data de compra, data de instalação, setor instalado e nível de criticidade. Tais características objetivam facilitar a análise das quantidades, normas técnicas pertinentes, dados de fabricantes e fornecedores, disponibilidade do parque tecnológico, etc.;
- b) O cadastro e o controle histórico das ordens de serviço por: número da ordem de serviço, setor solicitante, tipo, datas/horários de abertura e de primeiro atendimento técnico, andamento dos serviços, descrições da falha, do diagnóstico e dos serviços executados, técnico executor, materiais utilizados (com indicação de valor);
- c) O controle e a emissão de alertas para vencimento de garantias (venda de produtos e contratos);
- d) A programação de serviços (manutenções preventivas, calibrações, etc.);
- e) O cadastro de fornecedores e prestadores de serviço;
- f) O controle de transferência de equipamentos entre setores ou localidades distintas;
- g) O cadastro de contratos de manutenção com outros prestadores de serviço;
- h) A requisição de serviços de manutenção por parte dos usuários dos equipamentos, sem limitação do número de usuários com permissão para “requisição de serviço”;
- i) A incorporação de fotos ou documentos, tanto no cadastro de equipamentos quanto de ordens de serviço;
- j) A incorporação de checklists de manutenção, calibração e procedimentos operacionais padrões;
- k) A qualificação ou avaliação do serviço executado por parte do requisitante do serviço;
- l) A pesquisa e filtro de listagem de equipamentos e ordens de serviço, além da exportação de informações e relatórios para os formatos Excel®, PDF, outros;

3.15.4. O sistema deverá possuir controle de estoque de materiais, de forma a possibilitar um gerenciamento preciso dos custos envolvidos e das necessidades de reposição de sobressalentes.

3.15.5. O sistema deverá ter interface com o usuário a fim de permitir, de modo simples, elaborar consultas à base de dados e usá-las em documentos gerenciais, agregando dados para a elaboração de gráficos, relatórios textuais e tabelas, estes gerados também pelo próprio software.

3.15.6. Toda a base de dados será de propriedade da CONTRATANTE. Ao final do contrato, os dados de cadastro dos equipamentos e de registro das ocorrências e serviços serão fornecidos à CONTRATANTE em meio magnético.

3.15.7. Os técnicos da CONTRATADA deverão estar qualificados para operação e inserção de todos os dados e informações no sistema. A CONTRATADA deverá prover treinamento e suporte para operação do sistema pela CONTRATANTE.

3.15.8. A CONTRATADA deverá manter o software disponibilizado em sua versão mais recente, realizando quaisquer trocas de versões ou upgrades necessários para atender o sistema de informação do Município, bem como fornecimento de correções, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

3.15.9. Caso a CONTRATANTE identifique que o sistema disponibilizado pela CONTRATADA não atende às necessidades mínimas para a gestão eficiente dos serviços contratados, nova ferramenta de





software deverá ser apresentada pela empresa vencedora, sem ônus adicional e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da CONTRATANTE.

3.16. CADASTRO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

3.16.1. CONTRATADA deverá manter um cadastro atualizado dos equipamentos médicos hospitalares da CONTRATANTE, em software de gestão Clínica com acesso on-line pela CONTRATANTE. Esse cadastro deverá conter informações como código de identificação, nomenclatura, situação, criticidade, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação;

3.16.2. Cada Equipamento Médico-Hospitalar deverá receber uma etiqueta de identificação, com o seu respectivo código de identificação ou QR code. A etiqueta deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de modelo auto-adesivo, com fixação do tipo adesivada, com as seguintes dimensões aproximadas largura (45 mm) e altura (35 mm). 6.3.13.3. A forma de codificação dos equipamentos deverá ser definida em comum acordo com a CONTRATANTE e CONTRATADA.

3.16.4. A CONTRATADA deverá relacionar, a cada equipamento cadastrado, todos os acessórios, materiais de consumo e peças de manutenção detalhando a vida útil e seus respectivos descritivos técnicos.

3.16.5. No evento das renovações anuais de contrato, o cadastro de equipamentos deverá ser auditado e renovado, com a conferência física do equipamento, atualização das informações cadastrais e a existência de etiqueta de identificação do equipamento. Quando da conclusão do cadastro, deverá ser entregue para fins de arquivo junto à Administração da CONTRATANTE, volume impresso contendo o referido cadastro.

3.16.6. O cadastro a que se refere o item anterior deverá ser acompanhado de arquivo em formato eletrônico em mídia digital para consulta. O prazo para conclusão de todas as atividades referentes ao Cadastro de Equipamentos é de 30 (trinta) dias após o início das atividades contratuais ou das renovações.

3.16.7. A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de Equipamentos Médico- Hospitalares, uma qualificação dos Equipamentos em 03(três) níveis de criticidade, acordada com a CONTRATANTE, realizando a qualificação dos Equipamentos nos níveis de criticidade BAIXA, MÉDIA e ALTA. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica.

3.16.8. A elaboração da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente nos seguintes critérios mínimos:

- a) Classe de Risco, conforme RDC ANVISA N° 185/01;
- b) Importância Estratégica;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- c) Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante.
- d) Qualificação pelo critério de Classes de Risco, conforme RDC185/01:

3.16.9. As orientações a seguir são parte de um grupo de regras relacionadas às questões do enquadramento sanitário de produtos médicos, definidas conforme disposições da RDCANVISA Nº 185/01. Alterações significativas foram incorporadas de forma a refletir o enquadramento sanitário dos equipamentos médico hospitalares no contexto da Legislação Sanitária Brasileira. Desta forma, as informações aqui apresentadas são única e exclusivamente para fins de classificação de Equipamentos Médico-Hospitalares;

3.16.10. Neste sistema de enquadramento sanitário, o nível de controle corresponde ao nível do perigo potencial inerente ao tipo do produto. A fim de evitar que o enquadramento fosse realizado de forma aleatória, o que tornaria o processo de enquadramento bastante complexo, considerando a vasta gama dos produtos médicos, decidiu-se definir um sistema de enquadramento sanitário em que os produtos possam ser enquadrados, tomando como base regras e classes de risco pré-definidas;

3.16.11. Verificou-se que estruturar regras de enquadramento fundamentadas nas características técnicas dos produtos médicos era inviável, devido à diversidade de produtos e ao constante incremento tecnológico do setor. Entretanto, o corpo humano é um elemento relativamente imutável na relação “produto médico X ser humano”, e, desta forma, o conceito de enquadramento sanitário foi baseado essencialmente em uma pequena seleção de critérios que podem ser combinados de várias maneiras: duração do contato como corpo, grau invasivo e efeito local versus sistêmico;

3.16.12. Os Equipamentos Médico-Hospitalares são classificados em quatro classes de risco, conforme o risco associado à utilização dos mesmos:

- a) CLASSE I: baixo risco;
- b) CLASSE II: médio risco;
- c) CLASSE III: alto risco; e
- d) CLASSE IV: máximo risco.

3.16.13. Complementarmente à classificação de risco, existe a classificação por regras, que totalizam dezoito. Reconhece-se que, embora as regras existentes classifiquem adequadamente a grande maioria dos produtos existentes, um número pequeno de produtos pode ser encontrado na linha divisória entre duas regras, por causa de sua natureza ou de situações incomuns às quais são submetidos. Nestes casos, o enquadramento será na regra que apresentar a classe de risco mais alta;

3.16.14. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Classes de Risco, conforme RDCNº185/01:

- a) QUALIFICAÇÃO E CLASSE DE RISCO





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- b) ALTA CLASSE III e CLASSE IV
- c) MÉDIA CLASSE II
- d) BAIXA CLASSE I

3.16.15. Qualificação pelo critério de Importância Estratégica:

- a) A importância estratégica do EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR no Estabelecimento Assistencial de Saúde é um critério de suma importância para qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade;
- b) Para qualificar a importância estratégica de um equipamento, deve-se avaliar, em caso de falha deste, como essa situação afetaria operacionalmente e financeiramente toda a instituição, levando em conta a existência de outros equipamentos que possam suprir as funções exercidas por tal equipamento;
- c) Deverão ser considerados Equipamentos Médico-Hospitalares importantes estrategicamente, aqueles cuja paralisação ocasionaria receita cessante e/ou cuja paralisação impossibilitaria ou dificultaria a realização de um ou mais serviços oferecidos pela instituição;

3.16.16. Sendo assim os equipamentos foram qualificados da seguinte forma:

- a) EQUIPAMENTOS INDISPENSÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação do serviço, sem os quais não é possível oferecê-lo, representando receita cessante considerável para o hospital;
- b) EQUIPAMENTOS RECOMENDÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação de serviço, sem os quais este é dificultado, porém pode ser prestado, não apresentando receita;
- c) EQUIPAMENTOS DISPENSÁVEIS: são relacionados à prestação de serviço, sem os quais este pode ser prestado sem dificuldade, não afetando a geração de receitas para o hospital.

3.16.17. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através da Importância Estratégica:

- a) QUALIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA
- b) ALTA INDISPENSÁVEL
- c) MÉDIA RECOMENDÁVEL
- d) BAIXA DISPENSÁVEL

3.16.18. Deve-se ter muito cuidado ao analisar a Importância Estratégica dos Equipamentos Médico-Hospitalares no Estabelecimento Assistencial de Saúde devido a esta qualificação ser um tanto subjetiva, e por esse motivo, deve ser feita sempre com o apoio de outros setores da instituição.

3.16.19. Qualificação pelo critério de Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

- a) Além das qualificações já tratadas, não se pode esquecer as normas técnicas específicas que tratam da manutenção de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR e outras tantas recomendações de





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

manutenção para cada modelo de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, fornecidas pelos próprios fabricantes, tais como procedimentos de rotina específicos, substituição periódica de peças de vida útil pré-determinada etc.;

b) Para qualificar as recomendações de um Equipamento Médico-Hospitalar, deve-se identificar a existência de uma ou mais normas técnicas de manutenção que incidam sobre este equipamento e se as mesmas são ou não obrigatórias. Paralelamente, deve-se buscar o manual do equipamento e/ou outros documentos técnicos do fabricante para obtenção de todas as recomendações de manutenção que devem ser executadas neste equipamento, além de avaliar se estas recomendações são ou não essenciais para manter a capacidade do equipamento de desempenhar a função requerida;

3.16.20. Sendo assim as recomendações foram classificadas da seguinte forma:

a) **RECOMENDAÇÕES OBRIGATÓRIAS:** quando incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem, ou não, recomendações essenciais de manutenção do fabricante;

b) **RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante;

c) **RECOMENDAÇÕES FACULTATIVAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando não existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante.

3.16.21. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

a) **QUALIFICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES**

b) **ALTA OBRIGATÓRIAS**

c) **MÉDIA SUGERIDAS**

d) **BAIXA FACULTATIVAS**

3.16.22. A qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser no maior nível dentre o conjunto de critérios utilizados, ou seja, se em algum dos critérios utilizados o EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR foi qualificado com nível de criticidade ALTA, esta deverá ser a sua qualificação, lembrando que a classificação dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR poderá mudar a qualquer tempo devido a aquisição de novos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, a prestação de novos serviços, a vigência de novas normas etc., devendo a CONTRATADA atualizar a qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares envolvidos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

3.16.23. A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

3.16.24. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a CONTRATADA deverá realizar a Conferência Total do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, que inclui a atualização da qualificação dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, a verificação física dos EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, e caso necessário, a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

3.17. ANALISADORES E SIMULADORES DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

3.17.1. Para qualificações e calibrações será necessário pose de Analisadores e/ou Simuladores que deverá, estar com calibração válida na data de entrega da proposta.

3.17.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Analisadores e/ou Simuladores para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

3.17.3. Sobre o conceito de Analisadores e/ou Simuladores subentende-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar este;

3.17.4. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, a CONTRATADA sempre que solicitada deverá disponibilizar a cópia do respectivo certificado de calibração válido e Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração ou acreditado;

3.17.5. A CONTRATADA deverá comprovar disponibilidade dos Analisadores e/ou Simuladores listados abaixo, com todos os parâmetros listados conforme cada analisador/simulador, devendo apresentar na habilitação, no item qualificação técnica, o certificado de calibração válido, sendo aceitos com calibração Rastreável à RBC – Rede Brasileira e/ou Acreditado em seu nome. (Não serão aceitos certificados com calibração vencida).

3.18. FERRAMENTAS

3.18.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Ferramentas para execução do Serviço Técnico Especializado no ramo de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Sobre o conceito de Ferramentas subentende-se todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma vantagem de trabalho, e/ou acessório ou consumível deste, necessária para reparar um Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

3.19. INDICADORES

3.19.1.A CONTRATADA deverá monitorar os seguintes indicadores mínimos:

- a) Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- b) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- c) Performance de Manutenção Programada (PMP);
- d) Percentual de Disponibilidade de Equipamentos (PDE);
- e) Percentual de Manutenção Executada (PME);
- f) Percentual de Rechamado de Manutenção (PRM);
- g) Calibrações realizadas X calibrações programadas;
- h) Percentual de Ordens de Serviço executadas X Ordens de Serviço abertas;
- i) Número de Ordens de Serviço de manutenção corretiva por equipamento;
- j) Percentual de horas trabalhadas X horas disponíveis, por técnico e global da equipe;
- k) Custo geral da manutenção;
- l) Custo da manutenção X valor da substituição, por equipamento e global;
- m) Custo da manutenção por equipamento;
- n) Percentual de disponibilidade operacional de equipamento (PDOE);
- o) Tempo médio entre falhas (TMF ou MTBF);
- p) Tempo de atendimento por criticidade.
- q) Performance de Treinamento (PT);
- r) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- s) Percentual do custo de manutenção pelo custo de substituição, geral e por equipamento.

3.20. RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO

3.20.1. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Quantidade de Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período, quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período, quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período, e quantidade de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no final do período, incluindo percentual de b) Ordens de





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período por Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período e Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período.

- c) Gráfico de tendência, indicando o percentual de Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas no período por Chamados Técnicos de Manutenção Corretiva solicitados no período e Ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Abertas e/ou Pendentes no início do período, ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências.
- d) Quantidade de Manutenções Programadas que foram planejadas para o período, quantidade de Manutenções Programadas Pendentes no início do período e quantidade de Manutenções Programadas Executadas no período, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva), incluindo percentual de Manutenções Programadas Executadas no período por Manutenções Programadas que foram planejadas para o período e Manutenções Programadas Pendentes no início do período.
- e) Gráfico de tendência indicando o percentual de Manutenções Programadas Executadas no período por Manutenções Programadas que foram planejadas para o período e Manutenções Programadas Pendentes no início do período, ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências.
- f) Quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para período, quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas dentro do prazo, e quantidade de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas fora do prazo no período, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva), incluindo percentual de Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período e Executadas dentro do prazo no período por Manutenções Programadas que foram Planejadas para o período.
- g) Indicação dos custos com aplicação de peças no Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto no “ANEXO I”.
- h) Comparativo do custo total de manutenção pelo custo de substituição dos Equipamentos Médico-Hospitalares, com análise de resultados.
- j) Relação sintética de peças adquiridas, valor, e equipamento e data de aplicação;

3.20.2. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Anual do serviço à CONTRATANTE, com todas as informações solicitadas nos Relatórios Mensais, estratificados por período e acumulado por trimestre e por ano;

3.20.3. Os Relatórios mensais supracitados deverão ser entregues à CONTRATANTE, impreterivelmente, junto com a NOTA FISCAL do período do respectivo relatório;





3.21. REUNIÕES

3.21.1. Deverá ser realizada Reunião Mensal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, e do Preposto e Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes;

3.21.2. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, e atrativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes.

3.21.3. As reuniões deverão ser registradas em ata, sempre enviadas por e-mail posteriormente à administração.

3.22. UNIFORMES DA EQUIPE

3.22.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação do serviço por profissionais uniformizados de modo visível com a identificação da empresa e com identificação funcionário através de crachá.

3.22.2. Conforme disposição NR 6 os profissionais devem estar equipados com equipamentos de proteção Individual, condizente com a atividade a ser desempenhada. Não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

3.23. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.23.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.23.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.24. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.24.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) É necessário que a empresa possua competência comprovada na área de engenharia clínica e gestão de tecnologias em saúde, com profissionais qualificados e experientes para realizar as atividades propostas. Isso inclui engenheiros clínicos, técnicos especializados em manutenção de equipamentos médicos e outros profissionais capacitados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

b) Além disso, é fundamental que a empresa disponha de equipamentos de teste e calibração adequados, bem como de software de gerenciamento de equipamentos, conforme exigido pelas diretrizes da RDC n. 509/2021. Esses recursos são essenciais para garantir a precisão e segurança dos procedimentos de manutenção e gestão dos equipamentos médicos.

c) Outro requisito importante é a capacidade da empresa de oferecer treinamento especializado para o corpo clínico do Município de SÃO GOTARDO. Esse treinamento deve abranger não apenas o uso adequado dos equipamentos, mas também práticas de manutenção preventiva e identificação de possíveis problemas.

3.24.2. A empresa contratada também deve ser capaz de fornecer um histórico detalhado de manutenção dos equipamentos, contemplando custos e registros de intervenções realizadas. Isso é fundamental para subsidiar decisões estratégicas sobre a incorporação tecnológica e a substituição de equipamentos por obsolescência.

3.24.3. A empresa que apresente deve ser capaz de comprovar condições financeiras sólidas para executar o contrato é de extrema importância para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Objeto da contratação envolve serviços contínuos que para execução são necessários ferramentas e equipamentos além de recursos humanos específicos, assim a empresa com boa saúde financeira tem maior capacidade de investimento em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal, o que contribui para a eficiência e eficácia na execução dos serviços contratados. Além disso, uma empresa financeiramente estável é mais resiliente a eventuais adversidades econômicas, tais como reposição de peças que podem gerar imprevistos, assim garantindo a execução do contrato. Isso proporciona segurança tanto para a contratante, que terá a garantia de receber os serviços conforme acordado, quanto para os usuários dos serviços, que contarão com atendimento de qualidade e sem interrupções. Assim, a análise criteriosa das condições financeiras das empresas concorrentes em processos licitatórios é fundamental para assegurar a escolha da melhor parceira para a execução do contrato.

3.24.4. Ademais, é imprescindível que a empresa esteja em conformidade com todas as normas e regulamentações vigentes, incluindo a RDC n. 509/2021 e outras diretrizes pertinentes. Isso garante que os serviços prestados estejam alinhados com os padrões de qualidade e segurança exigidos pelos órgãos reguladores.

3.24.5. A empresa deverá apresentar um plano de trabalho claro e detalhado, demonstrando sua capacidade de atender às demandas específicas do Município de SÃO GOTARDO, incluindo prazos, cronogramas de manutenção, e estratégias para maximizar a eficiência e a disponibilidade dos equipamentos médicos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

3.24.6. É essencial que a empresa possua certificações e credenciamentos relevantes na área de engenharia clínica e gestão de equipamentos médicos. Isso demonstra seu compromisso com a excelência e conformidade com padrões internacionais de qualidade.

3.24.7. A experiência prévia da empresa em projetos similares, especialmente em ambientes de saúde semelhantes ao de SÃO GOTARDO, é um fator determinante. Uma história de sucesso na implementação de soluções de engenharia clínica pode fornecer garantias adicionais de competência e confiabilidade.

3.24.8. A capacidade da empresa de oferecer suporte técnico remoto e presencial é crucial para garantir uma resposta rápida e eficaz a eventuais problemas nos equipamentos médicos. Isso inclui disponibilidade para atendimento de emergências e prontidão para realizar intervenções no local, se necessário.

3.24.9. A empresa deve demonstrar uma sólida compreensão das necessidades específicas do Município de SÃO GOTARDO e estar alinhada com suas metas e objetivos de saúde pública. Isso inclui a capacidade de personalizar soluções de engenharia clínica para atender às demandas únicas da comunidade local.

3.24.10. A transparência e comunicação eficaz são aspectos-chave na relação entre a empresa e o Município de SÃO GOTARDO. É fundamental que a empresa mantenha os responsáveis pelo Município de SÃO GOTARDO informados sobre o progresso dos trabalhos, problemas encontrados e medidas corretivas adotadas de forma clara e oportuna.

3.24.11. A capacidade de oferecer soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas é um diferencial importante. Uma empresa que está na vanguarda das últimas tendências em engenharia clínica pode trazer benefícios significativos em termos de eficiência operacional e qualidade dos serviços de saúde.

3.24.12. A empresa selecionada deve possuir um plano de contingência bem definido para lidar com situações de emergência ou interrupções inesperadas nos serviços. Isso inclui protocolos claros para o gerenciamento de crises e a garantia da continuidade operacional.

3.24.13. A capacidade de fornecer relatórios detalhados e análises de desempenho dos equipamentos médicos é fundamental para uma gestão eficaz dos recursos. Isso permite avaliar a eficiência das operações, identificar áreas de melhoria e tomar decisões informadas sobre investimentos futuros.

3.24.14. A empresa deve estar comprometida com a educação e capacitação contínua de sua equipe técnica, garantindo que eles estejam atualizados com as últimas tecnologias e práticas de engenharia clínica. Isso contribui para a excelência na prestação de serviços e a segurança dos pacientes.

3.24.15. É importante que a empresa demonstre um compromisso sólido com a responsabilidade social e ambiental, adotando práticas sustentáveis em suas operações e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade de SÃO GOTARDO.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

3.24.16. A contratação alinha-se com o planejamento do Município de SÃO GOTARDO. Está assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais serviços para o bom andamento das Atividades.

3.24.17. A presente contratação do serviço descrito no objeto visa atender às necessidades de gerenciamento dos equipamentos listados. O contrato deverá possuir vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021

3.24.18. Por se tratar de serviço indispensável ao atendimento eficiente dos usuários do HFA, a presente demanda visa à redução de riscos à saúde, higiene e segurança nos diversos setores do Município de SÃO GOTARDO.

3.24.19. O "atesto" da realização do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

3.24.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, a custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.24.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.25. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.25.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles estabelecidos na RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências, principalmente, aqueles previstos no Artigo nº 68, onde prevê que os resíduos sólidos contendo metais pesados, quando não submetidos a tratamento, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos, bem como, o descarte de pilhas, baterias, acumuladores de carga e lâmpadas devem ser feitos de acordo com as normas ambientais vigentes.

3.26. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

3.26.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante PODERÁ realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 12:00 horas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- 3.26.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 3.26.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 3.26.4. Será de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização.
- 3.26.5. A empresa licitante deverá disponibilizar os meios necessários ao transporte de seu representante até os locais que estão instalados os equipamentos.
- 3.26.6. A vistoria deverá ser realizada pelo representante legal ou preposto da empresa licitante, acompanhado por representante do Município de SÃO GOTARDO, designado para esse fim, o qual visará o Termo da Vistoria realizada.
- 3.26.7. A empresa licitante, após realizar a vistoria, será considerada perfeita conhecedora de todas as facilidades de que poderá dispor e de todas as dificuldades que encontrará para a execução do objeto deste Termo, apresentando o Termo de Vistoria.
- 3.26.8. A licitante que optar por não realizar a vistoria, deverá, obrigatoriamente, apresentar Termo de Conhecimento das peculiaridades, assinada por seu representante legal ou preposto, indicando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto deste termo. Deverá assumir total responsabilidade por esse fato e informar que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros decorrentes de avenças técnicas ou financeiras.
- 3.26.9. As despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso da sede da empresa localizar-se fora do Município de SÃO GOTARDO, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la. Ao realizar a vistoria, a empresa receberá o comprovante.
- 3.26.10. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 3.26.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes
- 3.26.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

3.27. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.27.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.27.1.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses.

3.27.1.2.A CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:

	01° ao 30° dia, a contar da	Apresentação do software, Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares, e das
1ª FASE	assinatura do contrato;	ferramentas, uniforme e EPI a serem fornecidos; apresentar a Equipe.
2ª FASE	16° ao 60° dia;	Execução de Manutenção Corretiva, Criação dos planos de Manutenções.
3ª FASE	61° ao 90° dia;	Início da Execução dos planos de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, e de Rondas Gerais e Setoriais; Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos
4ª FASE	a partir do 91° dia até o fim do contrato	Plano de Treinamento, e Relatórios.

3.27.1.2.A CONTRATADA deverá executar manutenção corretiva simultaneamente com as fases de 2ª a 4ª, quando acionada pelos responsáveis.

3.27.1.3.O dimensionamento da equipe para execução adequada do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo assegurar-se de que será suficiente para o cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus Acordos de Nível de Serviço.

3.27.1.4.A empresa CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado por esta, a relação nominal dos profissionais de sua Equipe de Trabalho, bem como a documentação comprobatória da qualificação destes.

3.27.1.5. Caso a CONTRATADA possua algum estagiário em seu corpo técnico, o mesmo não poderá executar os serviços nos equipamentos deste hospital, somente poderá realizar acompanhamento dos serviços aos quais os técnicos da empresa estão realizando.

3.27.1.6.O Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica deverá ser prestado nas dependências da CONTRATANTE, salvo casos excepcionais formalmente autorizados pela CONTRATANTE.

3.27.1.7. Quando houver necessidade da retirada de equipamentos instalados nas dependências do Município, por impossibilidade de reparos no local onde está instalado, a retirada, transporte, devolução e





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

reinstalação serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE

3.27.1.8.É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Uniformes para a Equipe de Trabalho do serviço, condizente com a atividade a ser desempenhada, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.27.1.9.É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de EPI - Equipamentos de Proteção Individual para a Equipe de Trabalho, condizente com a atividade a ser desempenhada e conforme as disposições da NR 6, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.27.1.10.A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação de EPI – Equipamentos de Proteção Individual para cada classe profissional da Equipe de Trabalho, devendo esta relação ser avaliada e aprovada pela área de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

3.27.1.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Analisadores e/ou Simuladores necessários para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

Sobre o conceito de Analisadores e/ou Simuladores subtede-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar este. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, e deverão sempre ser fornecidos juntamente com cópia do respectivo certificado de calibração válido e Rastreável e/ou acreditado à RBC– Rede Brasileira de Calibração.

3.27.1.12.É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte de Analisadores e/ou Simuladores para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.27.1.13. Estes Analisadores são propriedade da CONTRATADA, cuja responsabilidade de sua integridade.

3.27.1.14. Deverá ser realizada Reunião Mensal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, e do Preposto e Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes.

3.27.15. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, e a tratativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes.





3.28. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

3.28.1. Para a perfeita execução do serviço a Contratada deverá disponibilizar todo o material e equipamentos necessário para a execução do contrato, disponibilizar ferramental necessário para a sua equipe de trabalho e desenvolver e entregar o software com as exigências solicitadas no presente Termo de Referência.

3.29. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

3.29.1. As empresas participantes do presente processo licitatório devem levar em conta os seguintes aspectos quanto ao dimensionamento das suas propostas:

3.29.2. A empresa deverá realizar o planejamento para execução de todos os serviços, levar em consideração a comprovação de posse de todos os analisadores e/ou simuladores para execução, além de ter disponibilidade de equipe técnica para executar de forma contínua os serviços.

3.29.3. A empresa deverá apresentar a comprovação que possui software com todas suas características necessárias.

3.29.4. A presente contratação trata-se de serviço comum, de caráter continuado e SEM fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, portanto, os custos com pessoal (salários, EPI, uniformes, etc.), devem estar embutidos no custo da manutenção dos equipamentos médico-hospitalares.

3.30. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.30.1. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

3.30.2. Até o 10º dia do mês subsequente ao adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

3.30.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

3.30.4. A contratante realizará inspeção minuciosa na documentação referente aos serviços executados, confrontando com as ordens de serviço finalizadas e aprovadas pelos setores requisitantes. A verificação deverá ser feita pela Equipe de Fiscalização do Contrato, acompanhados dos profissionais administrativos da empresa contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

3.30.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico e o fiscal administrativo do contrato irão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com previstos.

3.30.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar para pagamento da nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.30.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

3.30.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

3.30.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

3.30.10. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

3.30.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

3.30.12. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

3.30.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

3.30.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.





3.31. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.31.1.A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do Parque de Equipamentos Médico-Hospitais, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas da instituição, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange Equipamentos Médicos Hospitalares com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

3.32. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.32.1.A CONTRATADA deverá sempre atender toda a Legislação Aplicável ao escopo do Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitais e suas respectivas atividades, devendo sempre atender também as atualizações desta legislação.

3.32.2. Destaca-se, de forma não exaustiva, a seguinte Legislação Aplicável:

- a) Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
- b) Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial, à NBR 15.943/2011, que dispõe sobre as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;
- c) Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial, à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 509, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;
- d) Às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e suas regulamentações;
- e) Às disposições legais federais, estaduais e municipais;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT, ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;

3.32.3. Às recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

- a) Norma NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- b) Norma NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- c) Norma NR-32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
- d) As normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

3.32.4. Além da legislação pertinente, a CONTRATADA deverá seguir todas as diretrizes especificadas neste. Como se trata de serviço especializado para área hospitalar existem normativos específicos que regulamentam a prestação desses serviços como:

- a) RDC 02/2010 - Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;
- b) RDC 11/2014 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências;
- c) RDC 15/2012 - Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

- d) RDC 16/2013 - Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro e dá outras providências;
- e) RDC 20/2012 - Altera a Resolução RDC nº. 02, de 25 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;
- f) RDC 33/2008 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação dos Sistemas de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- g) RDC 36/2008 - Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal;
- h) RDC 36/2013 - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;
- i) RDC 38/2008 - Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear “in vivo”;
- j) RDC 63/2011 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;
- k) RDC 34 2014 - Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue;
- Portaria Inmetro nº. 442, de 23 de novembro de 2011 - Regulamentação Metrológica do Inmetro para termômetros;
- l) PORTARIA INMETRO 236/94 - Estabelece condições técnicas e metrológicas, bem como controle metrológico, aplicadas aos instrumentos de pesagem;
- m) NBR 9919 - Oxímetro de pulso para uso médico - Prescrições;
- n) NBR 13534 - Instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- o) NBR 60601 - 1-1. Norma colateral Prescrições de segurança para sistemas eletromédicos;
- p) NBR 60601 - 2-2. Equipamento cirúrgico de alta frequência;
- q) NBR 60601 - 2-12. Ventilador pulmonar;
- r) NBR 60601 - 2-16. Hemodiálise;
- s) NBR 60601 - 2-19. Incubadoras para recém-nascidos (RN);
- t) NBR 60601 - 2-25. Eletrocardiógrafos;
- u) NBR 60601 - 2-30. Monitor de PNI;
- v) NBR 60601 - 2-46. Mesas cirúrgicas;
- x) NBR IEC 60601-1-4. Sistemas eletromédicos programáveis;
- y) ABNT NBR 15943:2011. Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;
- w) ABNT NBR IEC 61331-1:2004. Dispositivo de proteção contra radiação-X para fins de diagnóstico médico Parte 1: Determinação das propriedades de atenuação de materiais;
- z) ABNT NBR IEC 62366:2010. Produtos para a saúde — Aplicação da engenharia de usabilidade a produtos para a saúde;
- a.a) ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Errata 2:2006. Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração.

CLAUSULA QUARTA - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

4.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

4.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de apresentação das respectivas CND's.

4.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

4.6. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

4.7. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

4.8. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012, bem como o Decreto nº 215, de 25 de setembro de 2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

4.9. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto nº 215, de 25 de setembro de 2023 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

CLÁUSULA QUINTA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve descumprimento de qualquer cláusula, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a notificação da CONTRATADA.

5.1.2. A conformidade do material e da técnica a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

5.1.3.O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

5.1.4.O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei 14.133/21.

5.1.5.As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

5.1.6.A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

5.1.7.O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.1.8.Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.1.9.A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

5.1.10.Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

5.1.11.O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

5.1.12.A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: Comparecimento da empresa dentro do tempo esperado quando da realização de chamados pela contratante;

5.1.13.Utilização de equipamentos e ferramental adequado para a manutenção necessária dos equipamentos médicos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- 5.1.14. Cumprimento do prazo estabelecido para a realização de manutenções corretivas;
- 5.1.15. Cumprimento do Plano Anual de Manutenção;
- 5.1.16. Manter os serviços contratuais de acordo com o determinado;
- 5.1.17. Manter funcionário com qualificação para a execução dos serviços;
- 5.1.18. Cumprir as políticas de segurança;
- 5.1.19. Manter a documentação de habilitação atualizada;
- 5.1.20. Não utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
- 5.1.21. Não permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;
- 5.1.22. Não permitir a presença de empregado sem uniforme ou crachá nos locais de prestação de serviço;
- 5.1.23. Não permitir a presença de empregado sem EPI nos locais de prestação de serviço;
- 5.1.24. Deixar de prestar ou abandonar o serviço solicitado sem motivo de força maior; e
- 5.1.25. Não permitir a execução de serviço por colaboradores sem qualificação ou sem credenciamento.
- 5.1.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

CLAUSULA SEXTA - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A definição da estimativa de preços referenciais é baseada na tabela de preços praticados pelo fornecedor. O valor estimado da presente contratação de **R\$ 864.120,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte reais)**, para um período estimado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base na Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com fornecimento de mão de obra necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas para execução desse Termo de Referência e em sua proposta;
- 7.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

qualquer dano causado, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

7.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas pelo Ministério do Trabalho, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

7.1.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei vigente.

7.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.1.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.1.19. É obrigação da CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ou necessários a seus funcionários, que devem utilizá-los durante toda a jornada de trabalho diária.

7.1.20. Utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente, se for o caso;

7.1.21. Fazer o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade ambiental do governo federal;

7.1.22. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, por ocasião da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas do Ministério do





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

Trabalho e Emprego;

Atender o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - NR 9;e

Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

7.2.2. Emitir, por meio do Setor de Compras, Pedido de Compra;

7.2.3. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

7.2.4. Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

7.2.5. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir sua obrigação dentro das normas legais vigentes e condições estabelecidas neste Termo;

7.2.6. Participar das Reuniões conforme agendamento acordado em ambas as partes;

7.2.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e

regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

8.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

8.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

8.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5.1 A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

8.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

8.6.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.6.1.1. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

8.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

8.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

8.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

8.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

9.2. Considera-se data do orçamento estimado o mês da conclusão da pesquisa de preços definitiva que deu ensejo ao valor previsto para a contratação.

9.3. Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo avariação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e o mês anterior ao seu aniversário.

9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, tendo como limite máximo a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do orçamento estimado.

9.5. Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

9.7. Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.
- f) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2. Quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

MULTA DE:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;



(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

10.3.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei.

10.4.As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.5.Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6.Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.7.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária(s):

COTAÇÃO: 10.498/2024 PEDIDO: 10.696/2024

FICHA: 901: 02 010 002 10 302 0112 2742 33903900 - Pessoa Jurídica - Manutenção do Hospital

FONTE: 500

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos Municipais nº 62, de 28 de março de 2023 e 63, de 28 de março de 2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento
São Gotardo – Minas Gerais

- a. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- b. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- d) Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.
- 13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 O foro da justiça estadual na comarca do Município de São Gotardo/MG é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

São Gotardo/MG, de de 2024.

DENISE ABADIA PEREIRA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São Gotardo – MG
Contratante

DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO
Secretária Municipal de Saúde

Nome do representante legal da Contratada
Razão social da Contratada





(34) 3671-7127



licitacao@saogotardo.mg.gov.br



**Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13
Centro, CEP: 38.800-000 - São Gotardo-MG**